



Iniciativas de Inclusão Produtiva e Gestão Participativa de Unidades de Conservação dos Ambientes Marinhos e Costeiros do Brasil



República Federativa do Brasil

Presidente: Michel Temer

Ministério do Meio Ambiente

Ministro: José Sarney Filho

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Presidente: Ricardo Soavinski

Diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação

Diretor: Cláudio Carrera Maretti

**Iniciativas de Inclusão Produtiva e
Gestão Participativa de Unidades de Conservação
dos Ambientes Marinhos e Costeiros do Brasil**

ICMbio
Brasília, 2017

Coordenação Geral de Populações Tradicionais

Coordenadora Geral: Bruna De Vita Silva Santos

Coordenação de Produção e Uso Sustentável

Coordenador: João da Mata Nunes Rocha

Projeto “Conservação e Uso Sustentável Efetivos de Ecossistemas Manguezais no Brasil”

Coordenadora Nacional: Adriana Risuenho Leão

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – BRASIL

Representante-Residente: Niky Fabiancic

Diretor de Países: Didier Trebucq

Esta publicação é fruto da parceria construída entre a Coordenação de Produção e Uso Sustentável (COPROD) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Projeto “Conservação e Uso Sustentável Efetivos de Ecossistemas Manguezais no Brasil”, executado pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em UCs (DISAT), implementado pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – Brasil (PNUD), com o apoio do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Fotos da capa: Carolina Bezamat, Enrico Marone, Waldemar Londres Vergara Filho, Rafaela Farias e Auremat.

Catálogo na fonte - Biblioteca do ICMBio

S471^a

Iniciativas de Inclusão Produtiva e Gestão Participativa de Unidades de Conservação dos Ambientes Marinhos e Costeiros do Brasil, (2017: Brasília,DF). Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: ICMBio, 2017.

116 p.

ISBN 978-85-61842-66-6

1. Extrativismo. 2. Biodiversidade. 3. Unidades de Conservação de Uso Sustentável. 4. Manejo. 5. Ambiente Costeiro e Marinho.

CDU 574

Referência para citar a publicação

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Iniciativas de Inclusão Produtiva e Gestão Participativa de Unidades de Conservação dos Ambientes Marinhos e Costeiros do Brasil. Brasília: ICMBio, 2017. 116 p.

Sistematização de experiências em campo

Alysson de Paula Cavalcante Fraga

Ana Duarte

Andrea Caro Carrillo

Neusa de Castro Zimmermann

Organização e edição dos textos

Lêda Luz

Participação e colaboração na redação dos textos

Adriana Risuenho Leão – DISAT/ICMBio

Alysson de Paula Cavalcante Fraga

Ana Duarte

Andrea Caro Carrillo

Cecil Roberto De Maya Brotherhood de Barros – APA da Baleia Franca/ICMBio

João Arnaldo Novaes Júnior – Cepene/ICMBio

João da Mata Nunes Rocha – COPROD/ICMBio

Lêda Luz

Leonardo Tortoriello Messias – Cepene/ICMBio

Matteo Fumi – PNUD

Neusa de Castro Zimmermann

Rafaela C. Rodeiro de Farias – Resex Arraial do Cabo/ICMBio

Renato José Rivaben de Sales – Ex-diretor da DISAT/ICMBio

Viviane Lasmar Pacheco – Resex Arraial do Cabo/ICMBio

Waldemar Londres Vergara Filho – Resex São João da Ponta/ICMBio

Equipe de coordenação e revisão editorial

Adriana Risuenho Leão – DISAT/ICMBio

João da Mata Nunes Rocha – COPROD/ICMBio

Lêda Luz

Leonardo Tortoriello Messias – Cepene/ICMBio

Matteo Fumi – PNUD

Monica Furtado Martins de Paula – CGPT/ICMBio

Renato José Rivaben de Sales – Ex-diretor da DISAT/ICMBio

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Ângela Ester Magalhães Duarte

Revisão gramatical

Marco Antonio Gonçalves

Agradecimentos

A elaboração desta publicação não seria possível sem a colaboração preciosa de muitos atores, que reuniu companheiras e companheiros que trabalham e trabalharam no ICMBio, gestores de unidades de conservação, lideranças comunitárias e parceiros locais.

Agradecemos em especial:

Resex de São João da Ponta (PA): Célia Regina das Neves – CONFREM; Domingos Santarém; João de Lima Coelho; Manoel Ferreira das Neves (Curió); Manuel da Costa; Almeida (Valdo); Marcelo Mousinho – Sedap; Patrick Passos – Sedap; Raimunda Santa; Rosa Moura (Gimina); Zacarias Monteiro Bandeira.

Resex de Tracuateua (PA): Alessandro Uglioli – UCODEP; Auxiliadora Santiago – UCODEP; Benedito C. Silva – Auremat; Bruna da Silva – UFRA; Cícero Oliveira Lima – Auremat; Cristiane dos S. Brito – Auremat; Flavio de Souza Alves – Auremat; João Carlos Gomes da Silva – Auremat; Francisco Lima – Auremat; Jorge Pinto – UCODEP; José Aroldo Pereira Gomes – Auremat; Jose de Cássia P. da Silva – Auremat; José Milton de Souza – Sindicato Rural; José Ribamar da Conceição – Auremat; Letícia P. da Silva – Auremat; Lucineia de Oliveira Ribeiro – Auremat; Luís Fernando Souza da Silva – Auremat; Maria de Nazaré Teixeira da Fonseca – Auremat; Miguel Alves Vieira – Auremat; Moisés do Nascimento – Auremat; Paulo Oliveira – ICMBio; Rafael N. da Silva – ACCBE; Ruth Brito dos Santos – Auremat; Valdirene C. de Oliveira – Emater; Walter J. R. da Silva – SEMAD – Prefeitura Municipal de Tracuateua; Maria Antônia Nascimento – Auremat.

Resex Canavieiras (BA): Carlos Alberto Pinto dos Santos – Amex; Ernesto Monteiro de Almeida – Amex; Genauto Carvalho de França Filho – UFBA; João Gonçalves de Santana – Amex; Leonardo Prates Leal – UFBA; Taína Rizzato Menegasso – ICMBio; Thauara Santana Souza – Bamex.

Resex de Arraial do Cabo (RJ): Amilton da Silva Monteiro – Associação dos Pescadores em Caíco de Arraial do Cabo; Carlos Augusto Ribeiro Barbosa – ICMBio; Gecemar Benjamin de Andrade – Cemar, pescador de lula; Eraldo Teixeira Cunha e Cesar Williams – Aremac; José Augusto Ferraz de Lima – ICMBio; José Carlos Ribeiro Soares – Colônia de Pesca Z-05; Conceição Margarete da Silva Julião – Cooperativa das Mulheres Nativas; Micilene dos Santos Rodrigues – Colônia de Pesca Z-05; Paulo Sergio Barreto – pesquisador; Rafaela C. Rodeiro de Farias – ICMBio; Mario Sergio Ribeiro da Silva – Tuquinha, representante dos pescadores de Caíco; Viviane Lasmar Pacheco – ICMBio.

APA da Baleia Franca (SC): Anastácio Silveira – liderança tradicional de pesca; Cecil Roberto de Maya Brotherhood de Barros – ICMBio; Enise Ito – ICMBio; Enno Leal – morador; Evaldo de Souza – Prefeitura; Hemerson Mafer – Prefeitura; Ivan T. Santos – Setor de Esporte e Eventos de Turismo; Lédio da Silveira – Colônia Z-13; Lingue Waker – Setor de Esporte; Manoel Marques – Colônia Z-13; Maria Aparecida Ferreira – liderança de pesca; Paulo Sefton – turismo; Sérgio Netto – Unisul; Simão Marrul Filho – ICMBio; Volnei Silveira – Colônia Z-13.

Lista de figuras

Figura 1	Formas de embalagem e transporte do caranguejo em “cambadas” e sacas de polietileno.....	26
Figura 2	Imagem de um cofo, cesto muito comum para transporte do caranguejo coletado por pescadores artesanais no nordeste do Pará.....	27
Figura 3	Utilização de espumas em camadas nas basquetas usadas para comercialização do caranguejo-uçá, oriundo de São João da Ponta.....	28
Figura 4	Imagem de um caranguejo-uçá (macho) capturado em manguezais da Resex de São João da Ponta.....	29
Figura 5	Armazenamento dos caranguejos para transporte.....	31
Figura 6	Caranguejeiros da Resex de São João da Ponta.....	32
Figura 7	Técnica de braceamento para captura do caranguejo-uçá, aplicada por um caranguejeiro oriundo da sede do município de São João da Ponta.....	33
Figura 8	Trapiche municipal na margem esquerda do rio Mocajuba, sede do município de São João da Ponta, na Resex de São João da Ponta.....	35
Figura 9	Vista aérea da sede do município de São João da Ponta.....	36
Figura 10	Feira de Economia Solidária da Resex de Tracuateua.....	44
Figura 11	Feira de Economia Solidária da Resex de Tracuateua.....	46
Figura 12	Recursos apurados na realização das três primeiras feiras.....	48
Figura 13	Feira de Economia Solidária da Resex de Tracuateua.....	49
Figura 14	Feira de Economia Solidária da Resex de Tracuateua.....	50
Figura 15	Feira de Economia Solidária da Resex de Tracuateua.....	51
Figura 16	Orla no rio Pardo, junto ao Centro Histórico de Canavieiras.....	58
Figura 17	Diagrama de Relações do Bamex.....	59
Figura 18	Pesca artesanal com lançamento de tarrafa.....	61
Figura 19	Retirada de caranguejo pela técnica do braceamento.....	62
Figura 20	Embarcação típica de pesca artesanal marinha.....	63
Figura 21	Moedas do Bamex ressaltam as atividades extrativistas da Resex de Canavieiras.....	64
Figura 22	Foto da sede do Bamex com lista dos empreendimentos comerciais que aceitam a moeda social.....	65
Figura 23	Pesca de tarrafa.....	66
Figura 24	Extração de ostra com uso de faca ou facão sem corte das gaiteras (técnica permitida, com impacto reduzido).....	66

Figura 25	Oficina de diagnóstico participativo com pescadores de lula na Praia Grande - mapa falado.....	72
Figura 26	Oficina participativa de construção de regras com pescadores de lula na Praia Grande.....	74
Figura 27	Oficina participativa de construção de regras da pesca da lula.....	78
Figura 28	Pesca de canoa na Praia do Pontal.....	81
Figura 29	Família de marisqueiros da Prainha em atividade de limpeza de mexilhão.....	82
Figura 30	Pescadores de canoa lançando o cerco na Prainha.....	83
Figura 31	Vista aérea da Barra de Ibiraquera.....	90
Figura 32	Costão rochoso com bromélias.....	95
Figura 33	As baleias francas se aproximam muito da costa.....	96
Figura 34	Pesca tradicional.....	97
Figura 35	Abertura do canal da Barra de Ibiraquera.....	98
Figura 26	Canal aberto da Barra de Ibiraquera.....	99

Lista de quadros

Quadro 1	Proposta de sistematização da experiência na Resex São João da Ponta (PA).....	25
Quadro 2	Síntese dos resultados, aprendizados, constatações e recomendações da Resex São João da Ponta.....	37
Quadro 3	Proposta de sistematização da experiência da Resex de Tracuateua (PA).....	43
Quadro 4	Síntese dos resultados, aprendizados e sugestões da Resex de Tracuateua.....	53
Quadro 5	Proposta de sistematização da experiência na Resex de Canavieiras (BA).....	57
Quadro 6	Linhas de crédito do Bamex.....	63
Quadro 7	Síntese dos resultados, aprendizados e recomendações da Resex de Canavieiras.....	67
Quadro 8	Proposta da sistematização da experiência na Resex de Arraial do Cabo (RJ).....	71
Quadro 9	Problemas e conflitos apresentados por pescadores de lula.....	73
Quadro 10	Linha do Tempo: a memória da pesca da lula (Praia Grande, dia 03 de novembro de 2012).....	74
Quadro 11	Matriz de problemas e soluções: a construção dos acordos para o ordenamento da pesca da lula	77
Quadro 12	Linha do tempo na Resex de Arraial do Cabo e o processo de construção da normativa da lula.....	79
Quadro 13	Exemplos de denominações de embarcações e petrechos usados na Resex de Arraial do Cabo.....	79
Quadro 14	Síntese dos resultados, aprendizados e recomendações da Resex de Arraial do Cabo.....	84
Quadro 15	Proposta de sistematização da experiência na APA da Baleia Franca.....	89
Quadro 16	Síntese dos resultados, aprendizados e recomendações.....	100

Lista de siglas

Acim	Associação Empresarial de Imbituba
Acipac	Associação Comercial, Industrial e Pesqueira de Arraial do Cabo
AMA	Associação de Operadores de Mergulho de Arraial do Cabo
Amex	Associação Mãe da Reserva Extrativista de Canavieiras
APA	Área de Proteção Ambiental
APABF	Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca
Aremac	Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo
ASI	Associação de Surfistas de Imbituba
Aspeci	Associação dos Pescadores da Comunidade de Ibiraquera
Atac	Associação de Turismo de Arraial do Cabo
Auremat	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua
Bamex	Banco Comunitário da Associação Mãe dos Extrativistas de Canavieiras
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCDRU	Contrato de concessão de direito real de uso
Cepene	Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste
Cesol	Centro Público de Economia Solidária
CGPEG	Coordenadoria Geral de Petróleo e Gás
CGPT	Coordenação Geral de Populações Tradicionais
CGU	Controladoria Geral da União
CNPJ	Cadastro Nacional Pessoa Jurídica
CNPT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
Conapa	Conselho Gestor da APA da Baleia Franca
Confrem	Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros
Coprod	Coordenação de Produção e Uso Sustentável
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DIPJ	Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica
Disat	Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Epagri	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado Pará
Fatma	Fundação de Amparo ao Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina
Fiperj	Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
Flona	Floresta Nacional
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDSM	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IFTCT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MOEX	Moeda Extrativista
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCAP	Programa de Compensação da Atividade Pesqueira
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PMI	Prefeitura Municipal de Imbituba
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Resex	Reserva extrativista
RGP	Registros Geral da Atividade Pesqueira
SDR/Norte	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Norte
Sedap	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca
Siconv	Sistema de Convênios
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	Unidade de conservação
Ucodep	Associação Unidade e Cooperação para o Desenvolvimento dos Povos
UE	União Europeia
UFBA	Universidade Federal do Estado da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
Unisul	Universidade do Sul de Santa Catarina



Sumário



APRESENTAÇÃO 15

INTRODUÇÃO 17

Organização do texto 18

Abordagem metodológica 19

Ferramentas conceituais e práticas 19

Foco do Projeto “Aprendizados Organizacionais em Iniciativas de Inclusão Produtiva em Unidades de Conservação de Uso Sustentável” 20

EXPERIÊNCIAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL 23

INOVAÇÃO NO TRANSPORTE DO CARANGUEJO NA RESEX SÃO JOÃO DA PONTA (PA) 25

Informações sobre a Resex São João da Ponta (PA) 25

Histórico da atividade 25

Organização social na gestão da Unidade de Conservação 28

Organização social para a produção 29

Organização da atividade e participação da mulher 31

Estruturação e sustentabilidade econômica 32

Capacidade de influência institucional (ICMBio) 34

Conservação da biodiversidade e sustentabilidade ambiental 34

Resultados, aprendizados e recomendações 37

FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA RESEX DE TRACUATEUA (PA) 43

Informações sobre a Resex de Tracuateua (PA) 43

Histórico da Feira Solidária na Resex de Tracuateua (PA) 43

Organização social na gestão da Resex de Tracuateua 44

Organização social na gestão da iniciativa 46

Gestão e sustentabilidade econômica da iniciativa produtiva 47

Logística para a comercialização 49

Capacitação para a comercialização 50

Desafios e perspectivas no âmbito da gestão da iniciativa da Feira de Economia Solidária e Agroextrativismo 50

Conservação da biodiversidade e sustentabilidade ambiental 51

BANCO COMUNITÁRIO NA RESEX DE CANAVIEIRAS (BA) 57

- Informações sobre a Resex de Canavieiras, Bahia 57
- Histórico do Bamex 57
- Organização social e sua relevância na gestão da UC 59
- Organização social para a estruturação do Bamex 60
- Estruturação e estabilidade econômica do Bamex 61
- O impacto econômico na vida dos beneficiários do Bamex 62
- Capacidade de influência institucional 64
- Conservação da biodiversidade e sustentabilidade ambiental 65
- Resultados e aprendizados obtidos por tema e recomendações 67


EXPERIÊNCIAS DE ACORDOS SOCIAIS PARA A MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS 71

CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE NORMATIVA PARA A PESCA DA LULA NA RESEX DE ARRAIAL DO CABO (RJ) 71

- Informações sobre a Resex de Arraial do Cabo 71
- Histórico do processo de ordenamento da lula 71
- Organização social na gestão da Resex de Arraial do Cabo 79
- Organização social para produção e sua sustentabilidade 81
- Estruturação e estabilidade econômica 81
- Capacidade de influência institucional 82
- Conservação da biodiversidade e sustentabilidade ambiental 82
- Perspectivas: parceria para compreender o fenômeno da lula 83
- Resultados, aprendizados e recomendações 84

MANEJO DA BARRA DA LAGOA DE IBIRAQUERA NA APA DA BALEIA FRANCA (SC) 89

- Informações sobre a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (SC) 89
- Histórico da negociação para o Manejo da Barra da Lagoa de Ibiraquera/Imbituba 89
- O Processo de construção dos critérios 91
- Organização social na gestão da APA da Baleia Franca 93
- Organização social para o manejo da barra da lagoa de Ibiraquera 93
- O planejamento da iniciativa de manejo da abertura da barra 94
- Gestão da iniciativa de manejo da abertura da barra da lagoa 95
- O manejo e seu reflexo na sustentabilidade econômica e ambiental 96



Desafios em relação à conservação da biodiversidade e à sustentabilidade ambiental	97
Percepção dos aspectos positivos e negativos do manejo da barra	98
Perspectivas do manejo da abertura da barra da lagoa para os próximos cinco anos	98
Aprendizados em relação à organização social e ao manejo de recursos naturais e à sustentabilidade ambiental	99
Recomendações à gestão institucional do ICMBio	100

APRENDIZADOS, CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS 103

CONSIDERAÇÕES FINAIS 107

As experiências de inclusão produtiva	107
As experiências de construção de acordos de uso e manejo de recursos	109

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 113



Apresentação

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é uma autarquia de natureza especial, responsável pela gestão das unidades de conservação federais e por promover medidas voltadas à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento social sustentável. Para exercer com excelência nossa missão institucional é necessário, antes de tudo, construir alianças com a sociedade, prestar-lhe mais e melhores serviços, entender seus interesses de bem-estar, envolvê-la no processo de gestão, integrá-la ao compromisso de promover a conservação da biodiversidade e, assim, consolidar uma nova abordagem na relação dos seus diversos segmentos com a gestão e consolidação das unidades de conservação, a seu serviço.

As unidades de conservação são criadas em territórios vivos e são inseparáveis das dinâmicas territoriais econômicas, sociais e culturais. Algumas dinâmicas preexistem à criação e continuam pulsando no território depois dela. Outras, a própria criação as estimula, incentiva ou gera, no seu desafio da articulação de esforços e atores sociais em prol da conservação da natureza e do diálogo entre a sociedade civil e o governo.

Tais dinâmicas são o foco dessa publicação com o intuito de resgatar e valorizar processos de inclusão econômica e social de vários segmentos da sociedade que acontecem diariamente nos territórios marinhos e costeiros e que influem na gestão participativa das unidades de conservação e criam práticas virtuosas. O mar brasileiro representa 50% do território nacional, com 4.5 milhões de quilômetros quadrados. Na área costeira vivem mais de 40 milhões de pessoas (20% da população) e se gera o 70% do PIB. Cerca de 23% do ambiente costeiro e apenas 1,6% do espaço marinho são protegidos por meio de unidades de conservação, que são de distintas categorias e diferentes níveis de governo, e que tem o intuito de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais.

As unidades de conservação brasileiras são de toda sociedade deste país e oferecem serviços dos ecossistemas ao mundo. Mesmo que geridas por algumas pessoas e às vezes com uso reservado a certas populações tradicionais, os benefícios são coletivos, para uma gama muito mais ampla da sociedade. Os esforços, que são muito significativos, para sua existência e gestão, promovem a inclusão social, dinâmicas econômicas, proteção do nosso litoral, manutenção de estoques pesqueiros, mitigação de mudanças climáticas, entre muitos outros serviços de seus ecossistemas, propiciados pelo seu uso sustentável por essas populações tradicionais e pela conservação da sua biodiversidade.

Com a publicação desta sistematização de experiências ao longo do ambiente marinho-costeiro o ICMBio busca oferecer a organizações da sociedade civil, movimentos sociais e outros atores sociais privados, a populações tradicionais, conselheiros e gestores dessas áreas protegidas e à sociedade em geral um estímulo ao debate sobre a gestão, o uso sustentável e a conservação das nossas áreas protegidas na perspectiva da participação e do protagonismo social e econômico. Esperamos que essas experiências – poucas, entre as muitas que acontecem todo dia nas nossas unidades de conservação – promovam a criatividade e ousadia para uma efetiva conservação da natureza e o desenvolvimento humano sustentável.

Cláudio Carrera Maretti

Diretor de Ações Socioambientais e
Consolidação Territorial em Unidades de Conservação



Introdução

Promover o desenvolvimento socioambiental de comunidades tradicionais com o manejo sustentável de recursos naturais é uma estratégia eficaz de conservação da biodiversidade. Nesse sentido, as unidades de conservação de uso sustentável são as áreas protegidas de excelência para que seja possível alcançar tais objetivos.

Na condição de órgão gestor das unidades de conservação federais, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) inovou em 2010 ao estabelecer uma coordenação geral específica com a finalidade de apoiar ações e empreender esforços para melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais nas unidades de conservação (UC) federais, de acordo com as premissas de cada categoria de UC. Tais iniciativas se destacam entre as competências da Coordenação Geral de Populações Tradicionais (CGPT) da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação (Disat) do ICMBio.

Na busca para fortalecer a gestão das UC e o protagonismo das populações tradicionais beneficiárias, as ações desta coordenação geral estão pautadas no incentivo a estratégias promissoras de produção extrativista e de uso sustentável dos recursos naturais e no subsídio à formulação e à implementação de políticas públicas universais e específicas voltadas às comunidades tradicionais, sempre com foco na sustentabilidade dos recursos naturais e na conservação da biodiversidade.

Considerando o número de unidades de uso sustentável inseridas em diferentes biomas e realidades socioeconômicas, histórico-culturais e políticas, a ação dessa coordenação pauta-se, também, pelo estímulo às parcerias locais, tanto com organizações governamentais das três esferas como com organizações públicas e privadas que atuam na pesquisa, na promoção do empreendedorismo, na capacitação e no desenvolvimento local.

A missão é desafiadora e, com a intenção de gerar subsídios para o enfrentamento dos desafios institucionais na temática do uso sustentável, foi elaborado o projeto de sistematização de experiências. A proposta teve como objetivo identificar e compreender os contextos e fatores que influenciam, de forma significativa, o êxito de iniciativas de inclusão produtiva e de construção de acordos para o uso e manejo de recursos naturais em UC de uso sustentável. Desta forma, pretende-se, por meio da reflexão coletiva, construir aprendizados em conjunto com os atores sociais ou sujeitos¹ que vivenciam estas iniciativas em diferentes UC.

A ideia é que os aprendizados obtidos nesse processo possibilitem o aperfeiçoamento das ações do ICMBio, das diversas comunidades tradicionais beneficiárias, suas organizações sociais e de nossos parceiros institucionais.

Para além da colaboração esperada em termos do aprendizado e desenvolvimento organizacional do ICMBio, a proposta ainda servirá de oportunidade de autorreflexão e de aprendizado para todos os envolvidos nas iniciativas elencadas, como as organizações sociais, as lideranças e as instituições parceiras.

Nesta edição, os estudos de caso apresentados referem-se à unidades de conservação situadas no bioma marinho, o qual é constituído por áreas de oceanos, mares e faixas de continente (zonas

¹ Sujeito – aqui entendido como o agente da mudança e não apenas o objeto dela. É a pessoa enquanto conjugação das determinações individuais, culturais, sociais e das relações estabelecidas. O sujeito é o ser “... com responsabilidade e capaz de assumir, conjuntamente, seu desejo” (Da Pian, 2010).

costeiras) com realidades socioeconômicas e culturais diferenciadas. A sistematização das experiências envolveu o registro e a análise conjunta de iniciativas de inclusão produtiva e de construção de acordos de uso e manejo de recursos naturais atreladas à conservação da biodiversidade e à melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais em cinco unidades das categorias reserva extrativista (Resex) e área de proteção ambiental (APA).

Organização do texto

O documento está estruturado em cinco partes. A primeira traz uma breve explicação sobre a motivação do ICMBio em realizar a interpretação crítica das experiências de inclusão produtiva e de acordos de uso e manejo de recursos naturais desenvolvidos em áreas de UC marinhas, evidenciando os benefícios para a conservação da biodiversidade, para as comunidades e suas organizações sociais e para a produção de aprendizados coletivos. Nessa primeira parte é explicada, igualmente, a metodologia de sistematização de experiências aplicada no desenvolvimento do Projeto “Aprendizados Organizacionais em Iniciativas de Inclusão Produtiva e Social em Unidades de Conservação de Uso Sustentável” para as experiências em unidades de conservação do ambiente marinho costeiro.

A segunda parte aborda três experiências de inclusão produtiva de populações tradicionais beneficiárias em unidades de conservação da categoria Resex.

Unidade de Conservação	Experiência Sistematizada
Resex São João da Ponta (PA)	Inovação no transporte do caranguejo
Resex de Tracuateua (PA)	Feira de economia solidária
Resex Canavieiras (BA)	Banco social

A terceira parte apresenta a construção de acordos coletivos de uso e manejo de recursos naturais envolvendo pescadores, moradores e outros setores da sociedade em duas unidades de conservação de uso sustentável, uma reserva extrativista no Rio de Janeiro e uma APA em Santa Catarina, conforme quadro abaixo. Dessa forma, a apresentação das experiências nos conduz por uma viagem à costa brasileira desde o Pará até Santa Catarina, registrando a diversidade de iniciativas empreendidas por populações tradicionais, extrativistas, moradores e suas organizações representativas, gestores de UC e organizações parceiras.

Unidade de conservação	Experiência sistematizada
Resex de Arraial do Cabo (RJ)	Construção de acordo para pesca da lula
APA da Baleia Franca (SC)	Construção de acordo para abertura da barra da lagoa de Ibiraquera

Na quarta parte é apresentada uma síntese das constatações, aprendizados e recomendações de todos os envolvidos para o aprimoramento das experiências. E como consideração final é oferecida uma reflexão sobre os aspectos similares presentes nas cinco experiências analisadas, que podem orientar novas reflexões e inspirar o aprimoramento da gestão das unidades de conservação, especialmente na sua tarefa de proteger a biodiversidade em diálogo com a sociedade brasileira.

Abordagem metodológica

O Projeto “Aprendizados Organizacionais em Iniciativas de Inclusão Produtiva e Social em Unidades de Conservação de Uso Sustentável”, foi desenvolvido pela Coordenação de Produção e Uso Sustentável do ICMBio em duas etapas: uma, abordando experiências de unidades de conservação de uso sustentável do bioma amazônico, e a segunda, do ambiente marinho costeiro. A execução da segunda etapa contou com o apoio do Projeto de Conservação Efetiva e Uso Sustentável dos Manguezais no Brasil (Projeto Manguezais do Brasil) com a finalidade de fomentar a reflexão e gerar aprendizados para a conservação da biodiversidade por meio da construção de acordos de uso dos recursos naturais e inclusão produtiva em unidades de conservação de uso sustentável com incidência do ecossistema manguezal.

A metodologia nessa segunda fase foi aprimorada em diálogo com integrantes da Coordenação de Produção e Uso Sustentável do ICMBio (Coprod/CGPT) da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação (Disat), com a equipe do Projeto Manguezais do Brasil, gestores das UC e representantes das comunidades extrativistas, e apoiada por especialistas em cadeias de valor e sistematização de experiências.

Com o propósito de fortalecer a gestão das UC e sua capacidade de proteger o patrimônio natural e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento socioambiental das populações tradicionais beneficiárias, várias estratégias de incentivo à produção extrativista e de uso sustentável dos recursos naturais e conservação da biodiversidade têm sido levadas a efeito. Todo o esforço empreendido visa produzir subsídios à formulação e implementação de políticas públicas universais e específicas voltadas à essas comunidades com impacto ambiental positivo.

Complementando esse esforço, a metodologia de sistematização de experiências foi escolhida para oportunizar uma reflexão sobre o que tem sido feito, como e com quais resultados, uma vez que tem como objetivos: (i) aprender - com a experiência vivida e obter lições aprendidas; (ii) documentar - produzir um registro histórico dos significados que construíram a experiência em nível pessoal, institucional e da comunidade; (iii) compartilhar - valorizar e disponibilizar as experiências para outros interessados; e (iv) comprometer-se - com a transformação de uma dada realidade por meio de uma prática melhorada.

Ferramentas conceituais e práticas

O conceito de sistematização de experiências tem sua origem e desenvolvimento ligados ao campo de estruturação de métodos científicos.

Jorge Chavez-Tafur (2007) afirma que “a sistematização é um instrumento que permite olhar analítica e criticamente para o vivido e o experimentado”. Ao examinarmos de perto e constantemente os resultados e os impactos alcançados por uma determinada experiência, sua sistematização torna-se uma ferramenta de monitoramento e avaliação, necessária, portanto, para o contínuo aprimoramento da ação.

Seu objetivo principal é a produção de um novo conhecimento, ou seja, a ressignificação daquilo que foi vivido e experimentado, a partir da geração de um novo aprendizado. Sua importância está em gerar conhecimento com a própria prática.

Uma metodologia “que facilite, de maneira contínua e participativa, a descrição; a reflexão; a análise e a documentação dos processos e resultados de um projeto de desenvolvimento”

(Selener et al., 1996) ou de uma determinada experiência será de grande ajuda no processo de sistematização. A sistematização deve ser mais que um relato do que ocorreu (mesmo que este relato também possa fazer parte da experiência). “Para chegar a gerar um novo conhecimento, a sistematização precisa necessariamente incorporar ainda uma análise crítica do vivido, por meio da apresentação de opiniões, juízos ou questionamentos sobre o que foi realizado. Esta é a base da aprendizagem” (Tafur, 2007).

Para Oscar Jara Holliday e Red Alforja, sistematização de experiências:

“É a interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido: os diversos fatores que intervieram, como se relacionam entre si e por que o fizeram desse modo. A Sistematização de Experiências produz conhecimentos e aprendizagens significativas que possibilitam apropriar-se criticamente das experiências vividas (seus saberes e sentimentos), compreendê-las teoricamente e orientá-las para o futuro com uma perspectiva transformadora” (Jara, H., 2012, pg. 84).

Sobre o caminho de como sistematizar a experiência vivida, não há procedimentos rígidos. A prática das pessoas que aceitam esse estimulante desafio tem sido: (i) organizar a iniciativa em uma projeto de sistematização; (ii) reconstituir o processo vivido da experiência selecionada; (iii) realizar o ordenamento e a classificação das informações; (iv) organizar uma síntese e a interpretação crítica; (v) elaborar um documento com os resultados e as lições aprendidas para o compartilhamento na instituição, visando a melhoria da prática das pessoas e a geração de aprendizados organizacionais. Além desses, é importante a realização de uma avaliação do processo de sistematização para a melhoria de futuras ações.

O resgate da história e prática de cada iniciativa (sistematização das informações) e a realização de interpretação crítica com os atores que viveram a experiência (sistematização da experiência) foram efetivadas com a aplicação de perguntas em reuniões e oficinas com o emprego do método Meios de Vida Sustentáveis (MVS)². Nesta fase de desenvolvimento do processo participativo, também buscou-se o protagonismo dos interlocutores e informantes, a facilitação do diálogo e a organização das informações com a aplicação de ferramentas e abordagens utilizadas em Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)³.

Foco do Projeto “Aprendizados Organizacionais em Iniciativas de Inclusão Produtiva em Unidades de Conservação de Uso Sustentável”

Nesse projeto do ICMBio, a pergunta que norteou todo o processo de sistematização de iniciativas de construção de acordos de uso e manejo de recursos naturais e inclusão produtiva em unidades de conservação de uso sustentável no ambiente marinho costeiro foi: quais contextos e fatores favorecem a construção de acordos e a inclusão produtiva de populações tradicionais e como influenciam a conservação da biodiversidade em UC de uso sustentável? Para melhor responder a

² A expressão “meios de vida sustentáveis” foi cunhada, em 1992, por Robert Chambers e Gordon Conway. Sua introdução no Brasil ocorreu em 2001, em oficinas e projetos apoiados pelo Ministério Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID, na sigla em inglês). Segundo esses autores, “os meios de vida consistem nas capacidades, atividades e recursos (tanto materiais quanto sociais) necessários para o sustento. Um meio de vida é sustentável quando pode enfrentar e recuperar-se de um estresse ou impacto, mantendo ou expandindo sua capacidade e seus bens, tanto no presente, quanto no futuro, sem prejuízo para os recursos naturais que lhe servem de base”.

³ DRP- Diagnóstico Rápido Participativo é um caminho para estimular e apoiar os membros de grupos sociais para, num espaço de tempo representativo, investigar, analisar e avaliar seus obstáculos e chances de desenvolvimento, assim como tomar decisões fundamentadas e na hora certa, relacionadas a projetos.

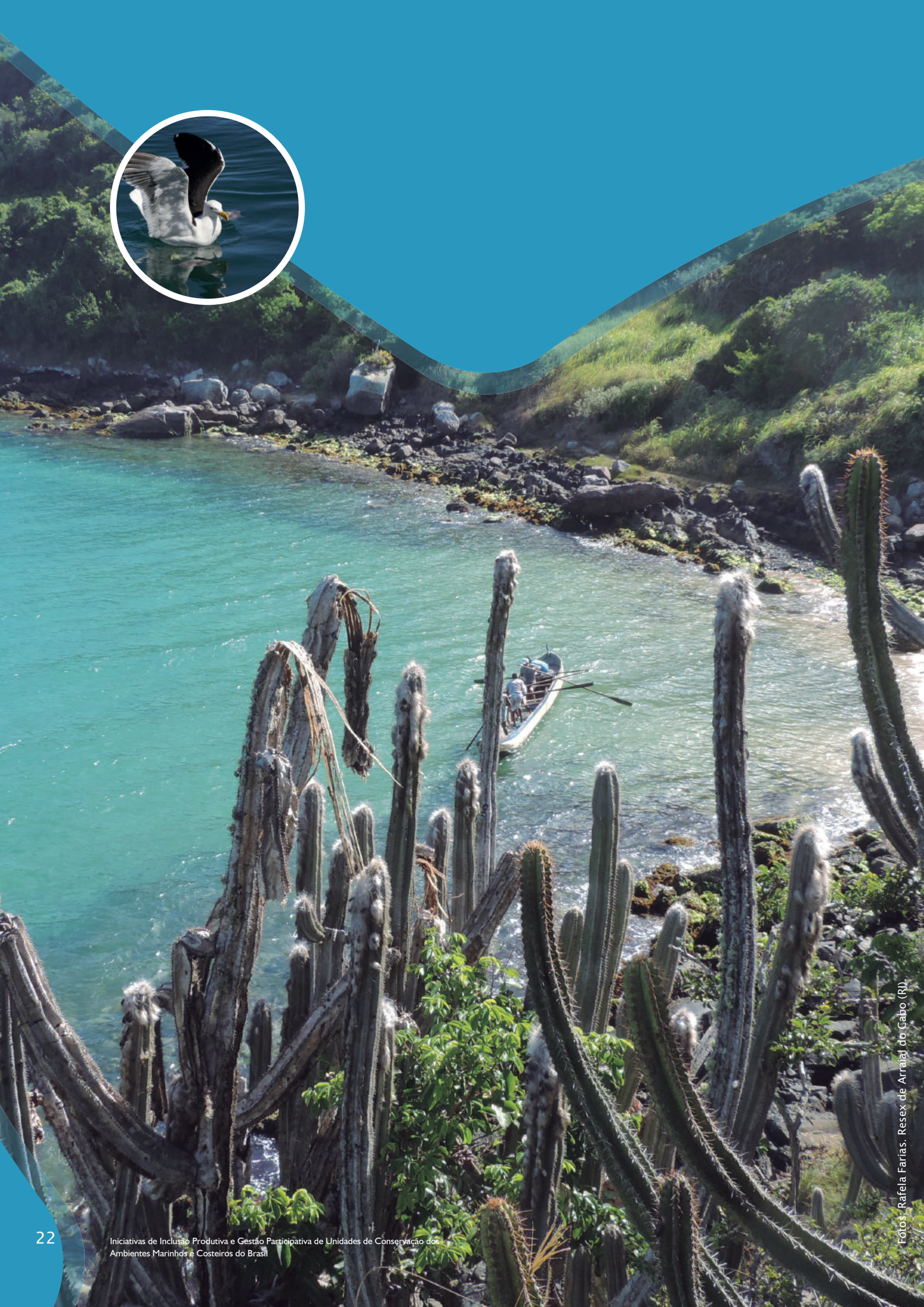
essa questão, foram elaboradas perguntas-chaves relacionadas a cinco temas, conforme descrito a seguir. A partir destas, foram desdobradas novas perguntas para gerar informações que, em conjunto, respondessem à pergunta eixo. As perguntas foram adaptadas a cada realidade estudada, o que poderá ser observado no texto de cada experiência sistematizada.

- Participação social na gestão da UC: como se deu a participação e o controle social na gestão da UC?
- Organização social para a atividade produtiva: como a organização social influenciou a produção sustentável?
- Sustentabilidade econômica: quais fatores determinaram a situação de sustentabilidade econômica da iniciativa?
- Influência institucional do ICMBio: qual foi a importância e a atuação do ICMBio no desenvolvimento da iniciativa?
- Sustentabilidade ambiental: como foram percebidos os impactos e influências do manejo na condição dos recursos naturais?

Os levantamentos de campo junto a cada experiência foram realizados por diferentes consultores, que geraram conteúdos à partir do diálogo com os sujeitos envolvidos, apontando aprendizados, resultados alcançados (organizados em resultados de processo⁴ e finalísticos⁵) e recomendações dirigidas ao órgão gestor das unidades de conservação, às organizações sociais e às instituições parceiras nas iniciativas produtivas e nos acordos de manejo de recursos. Desse modo, a riqueza de cada realidade é apresentada e analisada a partir dos diferentes olhares daqueles que vivenciaram a experiência, passando os temas mencionados acima.

⁴ Resultados de processo: são assim denominados os produtos intermediários que contribuem para a obtenção de resultados finalísticos das iniciativas produtivas e dos acordos de manejo de recursos.

⁵ Resultados finalísticos: entendidos como os produtos quantitativos e qualitativos que levam ao alcance dos objetivos desejados e contribuem para os impactos das iniciativas.



Experiências de Inclusão Produtiva em Unidades de Conservação de Uso Sustentável

As experiências apresentadas a seguir foram reconstituídas e analisadas pelas populações extrativistas, moradores das UC estudadas e suas representações, além de diferentes técnicos, especialistas de instituições públicas, ONG, consultores, gestores de processos e equipes gestoras das unidades de conservação do ICMBio. Todas tiveram como questão a mesma pergunta-eixo, com adequações à experiência a ser estudada em cada UC. Todos os aprendizados identificados e recomendações registradas resultam das reflexões realizadas pelos envolvidos em cada experiência.



Foto: Enrico Marone Resex de Canavieiras (BA).



INOVAÇÃO NO TRANSPORTE DO CARANGUEJO NA RESEX SÃO JOÃO DA PONTA (PA)

Quadro 1 – Proposta de sistematização da experiência na Resex São João da Ponta(PA).

Objeto da sistematização:	Objetivo da sistematização:	Pergunta norteadora:
Implementação e uso de basquetas (caixas plásticas vazadas) no transporte para a comercialização do caranguejo-uçá	Compreender os contextos e fatores que favoreceram e/ou dificultaram o êxito do desenvolvimento e aplicação de tecnologia de transporte do caranguejo e sua relação com a conservação da biodiversidade da unidade de conservação	Como o uso de tecnologia de transporte influencia a conservação do recurso caranguejo-uçá (<i>Ucides cordatus</i>) e seu ambiente na Resex São João da Ponta?

Informações sobre a Resex São João da Ponta (PA)

A Resex de São João da Ponta (PA) foi criada pelo Decreto s/nº de 13 de dezembro de 2002, no município de mesmo nome, com cerca de 3.500 hectares ocupados por um grande manguezal, numa área de transição entre rio e mar.

Junto com as demais áreas de mangue do estado, a UC protege a maior formação de manguezais do Brasil, essencial para a conservação da vida marinha e estuarina do Pará e para a manutenção dos meios de vida das comunidades tradicionais da região. Sua criação visa proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. As populações que vivem nessas unidades possuem Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), tendo em vista que a área é de domínio público. Moradores de 18 comunidades extrativistas e de pescadores dependem diretamente da área e de sua enorme biodiversidade para subsistência.

Histórico da atividade

As reservas extrativistas marinhas da região do salgado paraense compõem uma parte significativa da maior extensão de área contínua protegida de manguezal do mundo. É nesta região que se encontram duas atividades socioculturais e econômicas de grande destaque entre as populações tradicionais: a pesca artesanal e a cata do caranguejo. O caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) é um dos recursos mais relevantes para populações de baixa renda da extensa faixa de manguezal que vai do Amapá ao Maranhão. Nessa área, coleta-se aproximadamente 80% dos caranguejos comercializados em todo Brasil, destinada quase totalmente no mercado informal. O caranguejo tornou-se uma “espécie-bandeira” na costa do Brasil, principalmente por sua importância socioeconômica, assim como para a conservação do manguezal. Esse recurso tem relevância como fonte de proteína na alimentação humana, como fonte de renda para os catadores de caranguejo e por seu papel na conservação do ecossistema manguezal. O caranguejo cava túneis na lama, disponibilizando matéria orgânica para superfície, permitindo a areação, a circulação de água e a renovação de nutrientes nas camadas mais profundas dos manguezais.

Cerca de 60% da coleta e da comercialização do caranguejo-uçá no estado do Pará são provenientes das reservas extrativistas marinhas paraenses, a saber: Mãe Grande de Curuçá, São João da Ponta, Caeté-Taperaçu, Tracuateua, Araí Peroba, Gurupi-Piriá, Chocoaré-Mato Grosso, Maracanã, Mocapajuba, Mestre Lucindo, Cuinarana e Soure.

Durante muitos anos o transporte do caranguejo-uçá pelos pescadores artesanais da Resex São João da Ponta era feito em sacas, de maneira inadequada, o que acarretava mortalidade de até 50% dos indivíduos coletados, causando prejuízos ambientais e econômicos aos pescadores.

A utilização de basquetas (caixas plásticas vazadas) no transporte do caranguejo chegou ao Pará entre 2009 e 2010. Na ocasião, o gestor da reserva tomou contato com a utilização dessa solução por meio de técnicos da Embrapa Meio Norte que participavam de um seminário, em Belém, onde divulgavam a técnica criada e aplicada por eles em regiões produtoras de caranguejo no Maranhão e no Piauí. Paralelamente, um outro técnico da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap) iniciou seus estudos na cadeia produtiva do crustáceo no estado, tendo entrado em contato com os levantamentos feitos pela Embrapa Meio Norte a respeito da empreitada. Em 2011, a Sedap resolveu levar a iniciativa aos pescadores do município de Quatipuru e, na sequência, aos pescadores de São João da Ponta. A grande queixa dos pescadores que atuavam na cadeia naquele momento girava em torno da questão da mortalidade dos animais e da baixa qualidade com que os mesmos chegavam ao mercado consumidor, muitas vezes com as patas quebradas.

De acordo com os dados secundários levantados, a taxa de mortalidade e o desperdício na cadeia produtiva do caranguejo sempre estiveram vinculadas à forma de captura, manuseio, estocagem, transporte e ao tempo transcorrido entre a captura e o consumo do animal. Após a entrega dos animais em “cambadas”⁶ aos comerciantes e atravessadores, os animais são empilhados em caminhões abertos e cobertos com lona. Em seguida, a lona é fortemente fixada ao caminhão utilizando-se cordas de nylon. Durante a colocação dessas cordas, os caranguejos são pressionados uns contra os outros para reduzir o volume da carga. Nessa fase, novamente ocorre a mortalidade pelo ressecamento das brânquias dos animais. A saca de polietileno, também muito utilizada com a finalidade de embalar grandes volumes para transportar o caranguejo, é responsável por uma taxa de mortalidade de 40% dos animais.



Figura 1 – Formas de embalagem e transporte do caranguejo em “cambadas” e sacas de polietileno. Fotos: Patrick Passos/Sedap (imagens utilizadas na pesquisa de mestrado do autor, no IFPA).

⁶ Nas “cambadas”, os caranguejos são dispostos e amarrados por meio de um barbante sendo assim, imobilizados, para transporte e comercialização.

Além das sacas de polietileno e das “cambadas”, outras formas de embalagens utilizadas por pescadores artesanais no Pará que merecem destaque são a pera, o paneiro e o cofo. Trata-se de cestos de formatos e tamanhos variados, e que, no caso dos cofos, podem ser quadrados e achatados lateralmente, tecidos com folhas jovens de palmeiras como inajá ou anajá (*Maximiliana maripa*), servindo também para acondicionamento e transporte de outras espécies de crustáceos, como o camarão e o siri.

Alguns autores que estudaram a memória da pesca na Amazônia apontam que, no período de 1760 a 1787, ocorreu a embalagem e o envio de caranguejos em paneiros, cofos ou peras das mais diversas localidades do estado do Grão-Pará e do Maranhão, que correspondiam, nesse período, à Amazônia colonial, com o objetivo de suprir as demandas da metrópole portuguesa na Europa. Nessa perspectiva, torna-se evidente a constatação da sabedoria e do uso do conhecimento tradicional com fins de embalagem e manutenção da integridade do produto, escoado ao mercado consumidor existente na época.

A partir do reconhecimento e da valorização desse saber tradicional, tanto o ICMBio quanto a Sedap e os pescadores artesanais de São João da Ponta e Quatipuru inovaram na questão da técnica no uso das basquetas, criada pela Embrapa Meio Norte. Ao utilizar panos umedecidos com água para embalar e “acolchoar” os caranguejos nas basquetas, a fim de que os mesmos não fugissem delas e não sofressem ressecamento das brânquias, todos esses atores descobriram que os animais se enrolavam nos panos e acabavam, muitas vezes, estressados, com muito peso em seus corpos (em função da água utilizada nos panos), com as patas danificadas ou até mesmo mortos. Assim, no lugar dos panos, os técnicos da Sedap e os pescadores começaram a testar a utilização de espumas umedecidas, com diversos tipos de densidade (10cm, 9cm e 8cm), a fim de verificar o quanto de água ficava retida nessas espumas e o quanto era dissipada, para que os caranguejos não sofressem com o ressecamento de suas brânquias.

Nesse momento, surgiu a ideia de juntar o conhecimento tradicional dos pescadores no acondicionamento dos caranguejos no cofo com as patas dos animais dobradas e organizados lado a lado, de baixo para cima, formando uma base triangular. Foram testados dez tipos de basquetas, nas quais se colocavam algumas lâminas de espuma umedecida, de forma intercalada, até chegar à técnica utilizada atualmente. Nesses primeiros testes, a taxa de mortalidade do caranguejo, segundo dados da Sedap, caiu de 55% para 8%. Hoje, essa taxa chega em média a 5%, 4% e, em alguns casos, como nas últimas feiras do pescado realizadas pela Sedap, em Belém, a 2% e a 1,8%.

Além da utilização de espumas no lugar de panos, outra inovação proposta pelos pescadores em relação à técnica que a Embrapa Meio Norte vinha desenvolvendo foi a utilização das espumas de forma intercalada (ou seja, para cada lâmina de espuma, acondiciona-se os caranguejos e assim por diante, em camadas). Pela técnica da Embrapa Meio Norte, deveria ser utilizada apenas



Figura 2 - Imagem de um cofo, cesto muito comum para transporte do caranguejo coletado por pescadores artesanais no nordeste do Pará. Foto: Patrick Passos/Sedap (imagem obtida na dissertação de mestrado do autor, no IFPA).

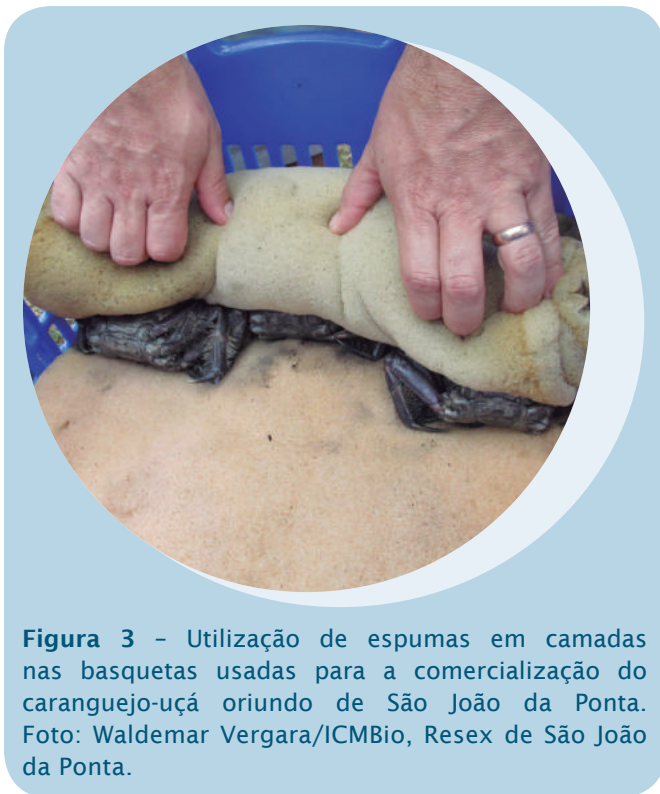


Figura 3 - Utilização de espumas em camadas nas basquetas usadas para a comercialização do caranguejo-uçá oriundo de São João da Ponta. Foto: Waldemar Vergara/ICMBio, Resex de São João da Ponta.

duas camadas de espuma (uma em baixo e outra em cima, antes de tampar as basquetas). Com o conhecimento dos pescadores, a técnica no Pará também passou a ser executada com a utilização de cinco lâminas intercaladas de espuma. Atualmente, em cada basqueta, cabem de 80 a 100 animais divididos em quatro camadas.

Organização social na gestão da Unidade de Conservação

Para os atores envolvidos na experiência sistematizada em São João da Ponta, o desenvolvimento da cogestão na reserva extrativista e sua efetivação estão ligados à valorização da identidade tradicional de suas populações. Isso ocorre na medida em que essas populações passam a compreender que seu modo de vida é fundamental

para a conservação do ambiente no qual estão inseridas e que, nesse sentido, é necessária uma organização social para tornar eficiente a busca de soluções e perspectivas coerentes no âmbito do desenvolvimento local.

Apesar de ter sido criada em 2002, a Resex de São João da Ponta não teve um chefe ou gestor até 2004. Em 2005, com a presença mais efetiva do órgão gestor, surgiu a Associação Mãe da Reserva ou Associação dos Usuários da Resex de São João da Ponta (Mocajuim). Entretanto, sua atuação, nos primeiros anos de criação, girou apenas em função da implementação de políticas públicas locais pelo Inbra.

Em 2007, foi instituído o conselho deliberativo da reserva extrativista, mas foi somente em 2009 que o colegiado passou a atuar de fato. Atualmente, para os pescadores e caranguejeiros, o conselho tem se mostrado atuante, acompanhando todas as atividades de elaboração do plano de manejo e a revisão do plano de utilização da unidade, atualmente denominado “acordo de gestão”. Segundo os comunitários, a gestão participativa no conselho partiu da necessidade de se dar voz a todos na reserva, de forma efetiva e descentralizada. De acordo com os comunitários, era preciso que houvesse um representante de cada atividade produtiva da unidade de conservação dentro do conselho, além da presença das lideranças dos polos comunitários.

A gestão participativa da reserva extrativista tem sido facilitada pela organização das comunidades em polos, os quais vêm gerando, gradativamente, desde a criação da UC, lideranças masculinas e femininas.

Além dos polos comunitários, a participação social ao longo da história de criação e implementação da reserva também se deu por meio de parcerias com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João da Ponta, Associação dos Pescadores Artesanais do município e a Igreja Católica, através da Paróquia de São João Batista.

Atualmente, um comitê de apoio à gestão da reserva extrativista, formado por cinco lideranças representa as 18 comunidades da UC. Cada uma dessas cinco lideranças coordena polos comunitários reunidos nas seguintes comunidades: Cidade, Porto Grande, Guarajuba, Deolândia e Bomfim. Esses polos, por sua vez, são representados por duas lideranças, que têm assentos no conselho deliberativo da reserva, na função de conselheiros (titulares e suplentes) representando a base comunitária extrativista.

A gestão local do ICMBio também colaborou muito para o processo de maturação na cogestão da reserva, na avaliação dos comunitários. Junto com eles, os gestores locais estabeleceram o que hoje é denominado de “agenda de participação”. Nessa agenda, as reuniões do conselho deliberativo passaram a ocorrer (e ainda ocorrem) tanto na sede da Mocajum quanto em encontros itinerantes (não-deliberativos) pelas 18 comunidades da reserva extrativista. Trata-se de uma “ouvidoria itinerante”, segundo o chefe da UC.

Atualmente, a Mocajum engloba todos os polos comunitários, além de usuários comunitários ligados ao extrativismo do pescado no município, tais como peixes, crustáceos (camarões, siris, tamarus e caranguejos) e moluscos (ostras e turus). É também a principal articuladora e interlocutora com outras associações e entidades de classe do município e de outros vizinhos. Em conjunto com a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá (Auremar), a Colônia de Pescadores do Município de São Caetano de Odivelas e as associações dos usuários de outras reservas marinhas do litoral paraense, formam a Central das Associações de Usuários (Caurem).

Outras instâncias de participação na reserva extrativista são os grupos de agentes ambientais, constituídos pelos próprios usuários da UC. Esses agentes atuam apoiando a fiscalização e a denúncia de ações danosas ao meio ambiente, além de trabalharem na conscientização de suas respectivas comunidades em relação ao uso sustentável dos recursos naturais. Gradativamente, eles começam a se inserir nos assuntos mais voltados à qualidade de vida da população local, como por exemplo, através da formação de coordenadorias de saúde, esporte e lazer, de idosos, crianças, entre outras. Dessa forma, vêm se organizando de maneira relevante para a gestão participativa e o controle social da UC, por meio da busca de objetivos coletivos.

Organização social para a produção

A técnica de uso das basquetas no transporte de caranguejos foi implementada e aprimorada por meio de uma série de ações de capacitação e atividades testadas junto aos caranguejeiros. A estratégia adotada foi a valorização do conhecimento do pescador artesanal de caranguejo, fazendo com que ele fosse o disseminador da técnica na capacitação dos pescadores da Resex de São João da Ponta e a tornasse um elemento na identidade desses e de



Figura 4 - Imagem de um caranguejo-uçá (macho) capturado em manguezais da Resex de São João da Ponta. Foto: Waldemar Vergara/ICMBio.

outros pescadores nas reservas extrativistas marinhas do Pará. Essa abordagem foi crucial para o sucesso da ação e passou a ser reconhecida como uma inovação social.

Em 2012, a partir dos bons resultados obtidos nos testes, a gestão da Resex de São João da Ponta lançou um desafio no Pará para que a iniciativa fosse amplamente disseminada nas reservas marinhas do estado.

Com isso, foram montados pequenos grupos em São João da Ponta, distribuídos nos polos comunitários, que com a parceria da prefeitura do município e do Projeto Manguezais do Brasil (ICMBio), começaram a disseminar a atividade em comunidades dessa reserva. Posteriormente, duas lideranças da UC passaram a replicar a iniciativa em outras reservas do Pará e do restante do país. Hoje, com o apoio da Sedap, do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, o saber dos pescadores, aliado ao conhecimento científico da Embrapa, tornou-se oficialmente o curso de Extensão Pesqueira do Transporte do Caranguejo, aplicado no Pará e em outras regiões do país.

O trabalho de disseminação da iniciativa foi desenvolvido em três etapas: sensibilização, capacitação e replicação como extensão pesqueira, na base comunitária de diversas regiões, pelos próprios pescadores que inovaram a técnica, incluindo acompanhamento da comercialização autônoma e direta ao consumidor final.

Na avaliação dos técnicos da Sedap, o grande diferencial para o êxito da atividade na Resex de São João da Ponta foi a organização social e a organização para a produção. Segundo eles, ao chegar na UC, já se depararam com um grupo comprometido e com um senso de corresponsabilidade bastante avançado em termos de organização da produção. Isso contribuiu para gerar uma apropriação da técnica pelos pescadores, que também aprimoraram e disseminaram a mesma. O êxito da iniciativa ainda contribuiu para a publicação da Instrução Normativa nº 9, editada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) em julho de 2013. A instrução estabelece normas para que o caranguejo-uçá seja transportado, adequadamente, desde sua origem até o ponto de venda nos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará.

Para o gestor da Resex de São João da Ponta, Waldemar Londres Vergara Filho, a iniciativa das basquetas constata que a inovação social, nesse caso, foi desenvolvida pelos próprios pescadores das reservas extrativistas. E, segundo ele, isso oferece a oportunidade para uma reflexão sobre instruções normativas que precisam ser elaboradas com base no etnoconhecimento. Na avaliação do gestor, a sabedoria popular tem muito a ensinar em qualquer dimensão de proteção ambiental ou uso sustentável. E isso deve ser estimulado e aproveitado pelo ICMBio no desenvolvimento e no fortalecimento de iniciativas produtivas em UC de uso sustentável.

Atualmente as basquetas já estão sendo utilizadas por algumas associações de pescadores artesanais de caranguejo no Pará, principalmente na região nordeste do estado. Ao todo, foram envolvidos no processo de disseminação e capacitação da técnica mais de 2.400 caranguejeiros de 19 municípios do litoral paraense, dos quais mais de 1.600 são pescadores de 11 das 12 reservas extrativistas marinhas do Pará. Segundo o caranguejeiro da Resex de São João da Ponta, João Lima, que desde 2011 atua como liderança local da UC e que se tornou replicador da técnica em diversas regiões do Pará e do país, a participação das populações tradicionais no início da atividade era muito pequena. “Cada um trabalhava por si, mas como resolvemos trabalhar não só o pescador do caranguejo, mas também os jovens e as famílias, a técnica rapidamente se disseminou”, afirmou.

Para os pescadores de caranguejo da reserva, a basqueta deve realmente substituir a saca no transporte do animal, a partir do próximo ano. No fim de 2014, uma nota técnica elaborada pela Diretoria de Logística, Estudo e Estatística da Sedap foi enviada à Superintendência Federal da Pesca no Pará e ao MPA, solicitando o adiamento da medida que impõe a obrigatoriedade do transporte de caranguejo em basquetas no estado. A determinação, prevista na instrução do MPA, deveria entrar em vigor no dia 1º de janeiro de 2015. No entanto, segundo a Sedap, mesmo com a capacitação dos caranguejeiros que vem sendo feita desde 2011, ainda não foi possível atingir toda a cadeia produtiva do animal. Até agora já foram realizados 50 cursos de extensão pesqueira do transporte sustentável do caranguejo nas reservas extrativistas marinhas do Pará, as quais concentram 80% da produção do estado.

A nota cita fatores como a falta de basquetas no mercado, condições financeiras limitadas dos pescadores artesanais para aquisição das caixas, aquecimento desses recipientes em razão das altas temperaturas registradas em algumas regiões do estado e a definição exata para o melhor horário do transporte do caranguejo como empecilhos para que os pescadores possam adotar o novo método de transporte com mais segurança, cumprindo os termos da instrução normativa. Para a Sedap, a capacitação ainda precisa chegar aos condutores, comerciantes, atravessadores e aos operadores do transporte intermunicipal, interestadual e aéreo, a fim de que as novas regras sejam cumpridas por todos os atores da cadeia.

Organização da atividade e participação da mulher



Figura 5 - Armazenamento dos caranguejos para transporte. Foto: Waldemar Vergara/ICMBio, Resex de São João da Ponta.

De acordo com algumas fontes secundárias utilizadas nesta sistematização de experiências (PASSOS et al., 2015), na maioria das comunidades pesqueiras com cata do caranguejo, ocorre uma forte divisão do trabalho entre homens e mulheres. Os homens geralmente têm a função de garantir o sustento econômico e alimentar da família, exercendo atividades ligadas ao mar ou ao mangue, uma vez que a pesca é considerada um trabalho pesado e perigoso. As mulheres ficam responsáveis pela educação dos filhos e pelos cuidados da casa. Na Resex de São João da Ponta, as mulheres costumam atuar na pesca do caranguejo em áreas próximas de suas residências (rios, mangues e praias). A partir do desenvolvimento da iniciativa na UC, algumas já trabalham também nas atividades referentes ao acondicionamento e à

embalagem do caranguejo para o transporte nas basquetas. Na captura do animal, elas trabalham em conjunto com seus maridos, filhos ou até mesmo sozinhas em manguezais próximos de casa; porém, essa dedicação é sazonal. O verão amazônico é a época em que mais se dedicam à atividade por haver menor incidência de chuva e facilidade na captura, permitindo a coleta do animal por meio do laço⁷. Segundo informações da equipe da UC, estima-se que 40% dos caranguejeiros na reserva extrativista sejam mulheres.

⁷ Laço é uma forma de pesca utilizada na captura do caranguejo, feita com linha de náilon amarrada a uma pequena vara e colocada na entrada da toca do caranguejo.

A utilização das basquetas na reserva ainda é um projeto-piloto no qual estão envolvidos 30 caranguejeiros, incluindo mulheres, entre os 235 pescadores de caranguejo existentes na UC. A produção é estipulada entre as comunidades de acordo com a quantidade de animais estabelecida para a venda nas feiras do pescado pela Sedap. As feiras são realizadas pela secretaria ao longo do ano, a fim de apoiar a produção e a geração de trabalho e renda nas comunidades pesqueiras do estado.

Com o propósito de comercializarem um caranguejo “mais saudável e mais fresco”, os pescadores da UC fazem a coleta do animal com dois dias de antecedência da realização das feiras. Algumas horas antes da feira, os líderes do grupo que vai comercializar o animal recolhem o caranguejo entre as comunidades da reserva extrativista e, com o apoio de um ou mais caranguejeiros (inclusive mulheres), os acondicionam nas basquetas. As tarefas são divididas num processo de auto-organização. As basquetas são empilhadas em até seis unidades, sendo cinco com o produto e uma sexta usada como tampa, todas amarradas entre si e atracadas no veículo que fará o transporte.

Atualmente, o transporte para a venda do animal é cedido pela Sedap, mas os pescadores pretendem levantar recursos financeiros a fim de adquirirem um veículo próprio na Mocajum e realizar esta etapa da cadeia. Eles também estão aprendendo a técnica de venda direta ao consumidor e pretendem implementar, em breve, a venda autônoma do produto, de forma a exercer o controle de toda a cadeia produtiva (dois processos de comercialização dos caranguejos, sem qualquer tipo de apoio, já foram realizados na reserva). O plano, a partir de 2015, é credenciar dois restaurantes como compradores dos caranguejos a fim de minimizar a importância do atravessador no processo de comercialização.

Estruturação e sustentabilidade econômica

Entre os resultados obtidos em termos de sustentabilidade econômica na iniciativa de São João da Ponta destaca-se a fixação de um preço mínimo mais justo para o caranguejo vendido pelos pescadores artesanais, a partir do estabelecimento de um calendário de venda direta do produto ao consumidor, nas feiras promovidas pela Sedap. Com as ações desenvolvidas pela secretaria em parceria com o ICMBio e a Mocajum, fixou-se um calendário de venda e preços que levassem em conta o esforço de pesca do caranguejeiro, valorizando a produção artesanal local frente aos consumidores de Belém. Além disso, definiu-se uma data-base no mês de agosto para o reajuste anual de preços do caranguejo, a partir de dados do Dieese sobre os índices de inflação e de preços no mercado.



Figura 6 - Caranguejeiros da Resex de São João da Ponta.
Foto: Waldemar Vergara/ICMBio, Resex de São João da Ponta.

Assim, o preço mínimo estabelecido para a unidade do caranguejo transportado em basquetas nas feiras foi de R\$ 1,00 em 2011, chegando em março de 2015 a R\$ 1,50 e até mesmo a R\$ 2,00 para o indivíduo graúdo (animal com tamanho superior a 8cm). Segundo os técnicos da Sedap, o estabelecimento de um preço mínimo quase três vezes maior ao praticado pelos atravessadores em 2011 fez com que os valores praticados pelos atravessadores aumentassem em toda a cadeia no Pará. Consequentemente, essa medida resultou em ampliação da renda dos pescadores e em maior adesão desses produtores ao uso das basquetas no transporte.

Em análise realizada pela Sedap, a variação da série histórica de preços do caranguejo transportado pelo sistema convencional registrava um valor unitário médio, no ano de 2011, de R\$ 0,27, em Quatipuru; R\$ 0,35, em São João da Ponta; R\$ 0,45, no município de Curuçá; e R\$ 0,17 em Augusto Corrêa.

Ainda com relação aos resultados obtidos na comercialização, houve aumento do preço médio do caranguejo recebido pelos pescadores em decorrência do aumento do tempo de vida dos indivíduos e da forte queda de mortalidade obtida pela nova técnica no transporte. De acordo com as atividades de monitoramento dos resultados em 36 feiras promovidas pela Sedap, com o apoio do ICMBio, cerca de 45.000 caranguejos foram comercializados ao longo dos últimos anos, com uma mortalidade média de apenas 4,9% e o índice de resistência maior que 95%.

Outro resultado importante no desenvolvimento da iniciativa foi a resolução, por parte dos pescadores, de que o prejuízo causado pela mortandade dos caranguejos na cadeia passasse a ser dividido igualmente por todos os produtores envolvidos na comercialização. Essa resolução foi extremamente importante para alavancar o comprometimento e a corresponsabilidade desses atores na utilização das basquetas e na busca por uma produção com mais qualidade (coleta, manuseio e transporte do caranguejo). Com a organização da produção e a utilização das basquetas no transporte também houve aumento da produtividade. No início da implementação da técnica, os pescadores levavam, em média, seis horas para colocar 2.000 caranguejos nas basquetas (quantidade que geralmente é usada para a venda nas feiras realizadas pela Sedap). Atualmente, esse tempo é de apenas uma hora e vinte minutos.



Figura 7 – Técnica de braceamento para captura do caranguejo-uçá, aplicada por um caranguejeiro oriundo da sede do município de São João da Ponta. Foto: Waldemar Vergara/ICMBio, Resex de São João da Ponta.

Tanto para a gestão do ICMBio quanto para os técnicos da Sedap, o grande desafio em termos de sustentabilidade econômica na cadeia, atualmente, é o escoamento da produção, executado predominantemente por atravessadores que possuem uma grande força no transporte do produto. Na opinião desses atores, o que falta é um apoio maior aos pescadores para que eles se formalizem, já que a grande maioria não possui documentos pessoais ou mesmo identificação de classe e, sem isso, não há a possibilidade de pleitearem crédito financeiro, nem acessar políticas públicas. Hoje, há uma parceria entre o ICMBio e o Mapa para agilizar a emissão do registro geral da atividade

pesqueira entre as populações tradicionais da reserva extrativista, visto que aproximadamente 70% dos pescadores na UC não possuem o registro.

Outra recomendação por parte de gestores e técnicos é que se insiram os pescadores artesanais em programas específicos para a aquisição de recursos financeiros, voltados exclusivamente à cadeia produtiva do caranguejo (como crédito para compra de basquetas, veículos e outros equipamentos usados no manuseio e na pesca do produto). A Sedap estabeleceu recentemente uma parceria com a Emater visando a inserção da produção dos pescadores artesanais de caranguejo em algumas políticas públicas do governo federal, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). A ideia é incluir o caranguejo na PGPM e inserir o produto no PAA e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Capacidade de influência institucional (ICMBio)

Os pescadores da Resex de São João da Ponta avaliam a atuação do ICMBio como determinante na adoção do uso de basquetas no elo transporte da cadeia produtiva do caranguejo. Para os comunitários, o fato do gestor da unidade ter sua origem profissional no Centro Nacional de Populações Tradicionais, na época vinculado ao Ibama, antes de assumir a gestão da reserva extrativista, foi bastante relevante para a promoção de uma cultura de gestão participativa nessa unidade de conservação. Esse processo também contribuiu, na avaliação dos diversos atores ouvidos, para a apropriação da iniciativa produtiva por parte populações tradicionais da unidade e de outras reservas extrativistas marinhas no Pará.

Na opinião do gestor da unidade, todos os gestores das unidades de conservação de uso sustentável devem maximizar o exercício do diálogo no fomento e no fortalecimento de iniciativas de inclusão produtiva nessas unidades. O mecanismo deve ser o da participação e da interação com as populações locais. Por essa razão, na Resex de São João da Ponta foram formados os polos e os comitês comunitários⁸, como instituições participativas, além do conselho deliberativo da reserva. Os comitês comunitários, segundo o gestor do ICMBio, são a base de tudo, uma vez que “eles representam os interlocutores da gestão participativa, para fortalecer a base comunitária da gestão participativa”. As comunidades da reserva em questão se reconhecem dentro da gestão da UC, participando por meio da interlocução dos comitês comunitários com seus conselheiros ou com os seus representantes no conselho deliberativo.

Conservação da biodiversidade e sustentabilidade ambiental

Como já citado, um dos resultados positivos alcançados a partir da gestão participativa em relação à conservação da biodiversidade na Reserva Extrativista de São João da Ponta foi a formação de lideranças das populações tradicionais da UC para atuação como agentes ambientais. Além de agirem na denúncia de ações danosas ao meio ambiente na reserva, esses agentes passaram a atuar ainda na conscientização de suas respectivas comunidades sobre o uso sustentável dos recursos naturais na UC. Como os próprios pescadores artesanais afirmam, “todos passaram a ser fiscais de todos com a formação dos agentes ambientais”. A conscientização em relação ao uso sustentável dos recursos naturais, segundo os pescadores, surgiu da prática: “Quando percebemos que era útil preservar, que os manguezais tinham muito mais valor se não tirássemos madeira dali, se deixássemos o mangue saudável para que os caranguejos pudessem se alimentar e crescer, dando retorno para nós na pesca, é que começamos a usar melhor o mangue”, afirma o pescador Manoel da Costa Almeida, o Valdo, acrescentando que “ao contrário da seringueira, na Amazônia, mangueiro não ‘grela’ (não cresce de novo), portanto era preciso que se preservasse o mangue”.

⁸ Os comitês são organizados em cada comunidade e os polos envolvem mais de uma comunidade.

Constata-se, assim, que, com a conscientização dos pescadores, as técnicas produtivas na cadeia do caranguejo passaram a ser construídas a partir da articulação entre a racionalidade de satisfação das necessidades desses atores, através do manejo de seu território e de seus recursos naturais, e a manutenção dos ecossistemas na UC. Os pescadores compreenderam que seu território é ativo, que está em contínuo movimento, organizado e sustentado (ou não) a partir dos processos produtivos que forem adotados.

Outro trabalho importante feito pelo ICMBio em conjunto com os pescadores da reserva foi

a sensibilização de todos, inclusive dos pescadores de fora da unidade, sobre o uso dentro da UC da rede apoiada⁹, proibida por lei. Diante da ameaça de perda dos estoques pesqueiros, do consequente prejuízo e do sentimento de indignação por parte da população local diante do uso da rede apoiada, os moradores da reserva extrativista passaram a realizar ações no sentido de conter tal prática. A atuação do ICMBio incluiu ações integradas com a população local para a conservação dos estoques pesqueiros do rio Mocajuba. Com isso, o uso da rede apoiada por pescadores da própria reserva, na região da UC que margeia o rio Mocajuba, diminuiu cerca de 70% a 80%.

Os conceitos de higiene, sustentabilidade ambiental e descarte de resíduos também passaram a ser construídos pelos pescadores, ao longo do uso das basquetas no transporte do caranguejo. Hoje, todos esses conceitos perpassam a cadeia produtiva do animal na reserva extrativista, com o entendimento pelos caranguejeiros de que o aumento da produtividade está intrinsecamente ligado à forma de transporte costumeiramente utilizada na comercialização do animal. Segundo eles, todo material utilizado no transporte ou escoamento da produção de caranguejo em saca era descartado, até poucos anos atrás. Já com a basqueta, tanto as caixas quanto as espumas usadas no acondicionamento e na embalagem do caranguejo são reaproveitadas.

As basquetas têm uma durabilidade de quatro a cinco anos, segundo os caranguejeiros, e as espumas ou esponjas utilizadas pelos produtores são higienizadas e reaproveitadas a cada transporte realizado. As sacas, quando usadas, precisavam ser descartadas logo depois do primeiro uso, gerando assim mais resíduos na cadeia, se comparadas às basquetas. Outro resultado positivo obtido diz respeito ao conhecimento dos pescadores com a implementação da nova técnica. Atualmente, os pescadores afirmam que, com todo o saber advindo da técnica das basquetas, a reserva possui o melhor caranguejo do nordeste do Pará. Trata-se de um animal bem transportado e mais saudável. Houve maior e melhor aproveitamento dos indivíduos coletados, o que resultou em menos pressão no mangue na busca por mais caranguejo.

⁹Redes apoiadas são redes usadas na pesca que ficam presas no fundo de rios e marés, para não serem levadas por seu movimento natural. Essa denominação refere-se ao momento em que as redes de pesca são colocadas com amarras no fundo mar ou arrastando no chão para a maior extração de peixes, o que geralmente prejudica a pesca executada por outras pessoas no mesmo local ou em locais próximos.



Figura 8 - Trapiche municipal na margem esquerda do rio Mocajuba, sede do município de São João da Ponta, na Resex de São João da Ponta. Foto: Waldemar Vergara/ICMBio, Resex de São João da Ponta.

Vale enfatizar a temática ambiental na reserva, no que diz respeito ao uso de óleo diesel como repelente, e a ausência de equipamentos de proteção individual durante a atividade de coleta e manuseio do caranguejo, nos manguezais. Em uma pesquisa realizada na UC pela Sedap com o apoio do ICMBio, entre junho de 2012 e junho de 2014, descobriu-se dados alarmantes a respeito dessas questões, que, segundo todos atores envolvidos na cadeia, necessitam urgentemente de atenção.

No período mencionado foi constatado que os pescadores da reserva usaram em média 0,15 litros de óleo diesel por dia como repelente para efetuar a extração do crustáceo nos manguezais. Fato que se torna mais preocupante, quando se percebe os dias trabalhados por semana, equivalente a cinco, ampliando, portanto, essa quantidade para 0,75 litros. A utilização de óleo diesel no corpo chegou à quantidade de três litros de diesel nos 20 dias de trabalho mensais dos pescadores. Em um ano, com uma média de 240 dias trabalhados, chega a ser manipulado sobre o corpo cerca de 36 litros. Quando observado o universo total de 260 pescadores estudados na pesquisa, o volume de óleo utilizado chega à 9.360 litros/ano.

Conclui-se que é necessário um esforço para ampliar o conhecimento sobre o tema, assim como para fomentar uma reflexão a respeito de novas formas de prevenção a acidentes de trabalho na pesca do caranguejo, diminuindo os impactos à saúde dos pescadores envolvidos, assim como estudos em diversos níveis sobre tecnologia e inovação, voltados para a mitigação do problema que se alonga historicamente. É preciso que se busque incluir nas reflexões sugeridas instituições das três esferas de gestão que trabalhem com os temas da segurança do trabalho, saúde, pesca e ciência, tecnologia e inovação.



Figura 9 – Vista aérea da sede do município de São João da Ponta. Foto: Waldemar Vergara/ICMBio, Rex de São João da Ponta.

Resultados, aprendizados e recomendações

Quadro 2 – Síntese dos resultados, aprendizados, constatações e recomendações da Resex de São João da Ponta.

Organização social e sua relevância na gestão da UC	
Resultados de processo	Aprendizados
<ul style="list-style-type: none">• Implementação de espaços de diálogo, além do conselho deliberativo, como polos e comitês comunitários.• Fortalecimento da cultura de participação nas comunidades da reserva extrativista.• Reconhecimento dos atores sociais, de suas organizações locais e lideranças.• Ampliação da participação comunitária no conselho deliberativo e aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão partilhada.• Maior interação entre órgão gestor, comunidades, pescadores, extrativistas e instituições governamentais e não-governamentais.	<ul style="list-style-type: none">• Ao desempenharem papel social e produtivo condizente com sua realidade local, valorizando seus saberes tradicionais e regionais, as populações fortalecem sua identidade cultural e a própria organização social.• Os espaços de participação de base comunitária são essenciais para o alinhamento entre moradores, lideranças e o órgão gestor na UC.• A descentralização do processo decisório, por meio da criação de grupos representativos das comunidades na UC, e o envolvimento do maior número de atores neste processo, assegura que a iniciativa produtiva não beneficie apenas um pequeno grupo de privilegiados ou provoque o isolamento de outros.• A organização social das comunidades resulta em melhorias na qualidade de vida, auxilia no acesso a direitos sociais e ressignifica o processo decisório no território, a partir de uma maior participação de suas populações.

Recomendações

A eficácia de projetos produtivos junto às comunidades tradicionais depende da maior participação desses grupos, de forma efetiva, desde o início do processo. Para que uma ação conjunta possa produzir resultados expressivos, durante a gestão de projetos participativos, é necessária a soma das capacidades de todas as partes envolvidas na ação e dos pontos de convergência no alcance dos objetivos.

Quadro 2 – Síntese dos resultados, aprendizados, constatações e recomendações da Resex de São João da Ponta (continuação).

Organização social para produção	
Resultados de processo	Aprendizados
<ul style="list-style-type: none"> • Aprendizagem organizacional, desenvolvimento do senso de corresponsabilidade e maior cooperação entre os caranguejeiros (homens e mulheres) envolvidos na iniciativa. • Crescente capacitação da comunidade, lideranças e das organizações sociais (cooperativas e associações). • Aproveitamento do saber tradicional no aprimoramento da técnica e geração de conhecimento a respeito da cadeia produtiva do caranguejo. • Inserção da mulher na cadeia produtiva, especialmente nas etapas de acondicionamento, embalagem e transporte do caranguejo. • Maior articulação na construção de parcerias (internas e externas), por parte dos pescadores artesanais e maior aproximação com o órgão gestor. 	<ul style="list-style-type: none"> • O fortalecimento das organizações sociais promove mudanças significativas no comportamento dos indivíduos para uma atuação corresponsável nas atividades produtivas. • O fomento ao diálogo e às parcerias com instituições governamentais e não-governamentais possibilitam o aproveitamento de saberes tradicionais e potencialidades locais. • A promoção do diálogo, da boa gestão e da transparência na organização da produção, para que todos os grupos envolvidos tenham um bom nível de compreensão sobre o papel de cada um, aumenta a participação de todos na atividade. • Com a valorização e o aproveitamento dos conhecimentos tradicionais, as organizações sociais passam a deter maior controle sobre a cadeia produtiva.
Resultados finalísticos	
<ul style="list-style-type: none"> • Implementação do Curso de Extensão Pesqueira do Transporte do Caranguejo e disseminação da técnica no Pará e em outras regiões do país, a partir do saber tradicional do pescador artesanal. • Índices altos de participação nos cursos ministrados pelos caranguejeiros em parceria com a Sedap. 	

Quadro 2 – Síntese dos resultados, aprendizados, constatações e recomendações da Resex de São João da Ponta (continuação).

Estruturação e sustentabilidade econômica	
Resultados de processo	Aprendizados
Estabelecimento de preço mínimo e de uma data-base de reajuste do produto, a partir da implementação das feiras do pescado.	<ul style="list-style-type: none"> • O acompanhamento permanente das instituições parceiras na estruturação produtiva e econômica da iniciativa resulta não só na melhoria contínua desse processo como em aprendizagem compartilhada entre as organizações envolvidas na parceria.
Resultados finalísticos	
<ul style="list-style-type: none"> • Maior valorização no preço do produto. • Ganho em produtividade e, consequentemente, em rentabilidade. • Melhoria na qualidade de vida das famílias e comunidades humanas inseridas na UC. 	<ul style="list-style-type: none"> • O monitoramento de mudanças e resultados na iniciativa produtiva é essencial para o êxito socioeconômico da experiência. • O estabelecimento de um melhor preço para o produto (economicamente e socialmente justo e que reflita a valorização do trabalho e do saber tradicional do pescador) diminui a pressão sobre os recursos naturais.

Recomendações

- Capacitação técnica para o estabelecimento de preços que reflitam os custos de produção, valorize o trabalho do pescador e inclua o valor ambiental do produto.
- Ampliação da formalização dos pescadores e de sua inserção em políticas de crédito voltadas para a pesca do caranguejo, além do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). A ideia é incluir o caranguejo na PGPM e inserir o produto no PAA e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
- Pensar formas de comercialização da produção que agreguem valor ao trabalho do pescador e que seja econômica e socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Quadro 2 – Síntese dos resultados, aprendizados, constatações e recomendações da Resex de São João da Ponta (continuação).

Capacidade de influência institucional (ICMBio)	
Resultados de processo	Aprendizados
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento do ICMBio como principal parceiro na estruturação da iniciativa produtiva por parte de extrativistas e comunitários. • Reconhecimento do papel do ICMBio nas iniciativas por instituições e atores externos. • Maior aproximação com às universidades, instituições de pesquisa, instituições parceiras da iniciativa e outros órgãos ambientais. • Ampliação do diálogo entre diferentes atores. 	<ul style="list-style-type: none"> • É necessário buscar a autossuficiência dos grupos envolvidos e criar condições para que as organizações possam cumprir as normas de uso dos recursos na UC e contribuir, efetivamente, para a gestão partilhada. • O perfil e posicionamento da equipe de gestão quanto à atuação junto à iniciativa produtiva colaboram de maneira estruturante para o sucesso ou o retrocesso da atividade.
Resultados finalísticos	
<ul style="list-style-type: none"> • Melhora na qualidade e fortalecimento da gestão institucional. • Geração de conhecimento institucional que pode ser replicado. • Mais agilidade por parte das comunidades no cumprimento dos trâmites burocráticos, normas e formas de uso dos recursos na UC. 	

Recomendações

- A equipe de gestão local deve atuar com protagonismo no fomento às iniciativas produtivas em UC de uso sustentável e no apoio à estruturação dessas iniciativas. A ferramenta a ser usada para isso deve ser a participação e a interação com as populações locais
- A fiscalização deve ser mais um instrumento de gestão na UC e não o seu fim.

Quadro 2 – Síntese dos resultados, aprendizados, constatações e recomendações da Resex de São João da Ponta (continuação).

Conservação da biodiversidade e sustentabilidade ambiental	
Resultados de Processo	Aprendizados
Adesão social aos princípios conservacionistas e de sustentabilidade ambiental. Maior controle social para a conservação. Transformação das comunidades em parceiras e “fiscais” do meio ambiente.	<ul style="list-style-type: none"> • Os pescadores compreenderam que os processos produtivos influenciam a dinâmica do território e sua sustentabilidade ambiental. • O fomento à participação no processo decisório da UC e o aproveitamento e a valorização dos saberes tradicionais na estruturação de iniciativas produtivas gera resultados expressivos do ponto de vista socioambiental.
Resultados finalísticos	
<ul style="list-style-type: none"> • Redução de atividades ilegais e de grande impacto sobre o meio ambiente por parte dos comunitários. • Redução na geração de resíduos da produção, a partir da utilização de basquetas no transporte. • Diminuição da mortandade do animal e menor pressão sobre os recursos naturais. 	

Recomendações

É necessário um esforço para ampliar o conhecimento sobre o uso do óleo diesel como repelente na atividade de coleta do caranguejo e fomentar uma reflexão a respeito de novas formas de prevenção de acidentes de trabalho na pesca do animal, diminuindo os impactos à saúde dos pescadores envolvidos. Deve-se incluir, nessa reflexão, instituições das três esferas de gestão (pública, privada e sociedade civil) dos temas segurança do trabalho, saúde, pesca e ciência, tecnologia e inovação.



FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA RESEX DE TRACUATEUA (PA)

Quadro 3 – Proposta de sistematização da experiência da Resex de Tracuateua (PA).

Objeto:	Objetivo:	Pergunta-eixo:
Feira de Economia Solidária e Agroextrativista da Resex de Tracuateua enquanto instrumento de inclusão social, econômica e de conservação ambiental.	compreender os contextos e fatores que favoreceram e/ou dificultaram o êxito da atividade de comercialização solidária na reserva e entender como este processo dialoga ou não com a participação social na gestão da UC e com a conservação da biodiversidade na sua área de abrangência e entorno.	Como ocorreu o processo de desenvolvimento da atividade produtiva e como esta atividade influenciou ou não a participação social na gestão da reserva e na conservação de sua biodiversidade?

Informações sobre a Resex de Tracuateua (PA)

Criada através do Decreto s/n de 20/05/2005, com uma área de 27.864,08 hectares, a Reserva Extrativista de Tracuateua, inserida os municípios de Bragança e Tracuateua (PA), localiza-se no litoral paraense, que compreende também as Reservas Extrativistas Mãe Grande de Curuçá, São João da Ponta, Caeté-Taperaçu, Araí Peroba, Gurupi-Piriá, Chocoaré-Mato Grosso e Soure.

A Resex de Tracuateua apresenta fitofisionomia de formações pioneiras em mais de 58% de sua área. A vegetação é composta principalmente por *Rhizophora sp*, *Avicenia sp* e *Laguncularia sp*. Em toda a região do litoral paraense predomina, entre as populações tradicionais, a atividade de artesanato, associada à pesca artesanal e à cata do caranguejo.

A Associação dos Usuários da Reserva Extrativista de Tracuateua (Auremat) congrega o conjunto das famílias organizadas nas comunidades e polos e é a concessionária da área das unidades de conservação desde março de 2010.

Histórico da Feira Solidária na Resex de Tracuateua (PA)

A economia solidária é uma forma de produção, comercialização e distribuição de riqueza voltada ao bem-estar do ser humano e à sustentabilidade ambiental.

Na região bragantina, a economia solidária se manifesta através das iniciativas informais de mutirão e troca de produtos, através das associações e cooperativas de agricultores familiares e extrativistas e das redes de empreendimentos solidários. Essas iniciativas constituem importantes exemplos de desenvolvimento sustentável, fundadas nos princípios da democracia, autogestão e da conservação do meio ambiente.

A Feira de Economia Solidária e Agroextrativismo da Resex de Tracuateua constitui uma importante oportunidade para a exposição e valorização dos produtos agroextrativistas e para a apresentação dos princípios que norteiam o trabalho das famílias envolvidas, além de possibilitar

a participação desses grupos em seminários e oficinas temáticas voltadas para a melhoria dessas práticas produtivas.

O Projeto Tracuateua, criado para viabilizar a feira, teve início em 2014 e contou com o apoio da União Europeia e do Banco da Amazônia. Seu objetivo é contribuir com a conservação dos recursos naturais da região por meio da promoção da diversificação das fontes sustentáveis de geração de renda e da sensibilização das famílias que vivem no entorno da reserva extrativista para a importância da legislação ambiental e a necessidade de garantir a conservação da biodiversidade.

O projeto é executado pela Auremat em colaboração com a Associação Unidade e Cooperação para o Desenvolvimento dos Povos (Ucodep) e o ICMBio. A partir da mobilização de jovens extrativistas, o projeto promove a economia solidária através da realização de feiras e do estímulo ao acesso aos mercados, inclusive institucionais.

Até o presente momento, o projeto apoiou a realização de três tipos de experiências de venda dos produtos da sociobiodiversidade: (i) feiras de economia solidária; (ii) venda direta de produtos; e (iii) venda de caranguejos em canais alternativos. Entre os meses de agosto de 2014 e janeiro de 2015, foram realizadas três feiras, todas na sede do município de Tracuateua.

Organização social na gestão da Resex de Tracuateua

A gestão da unidade de conservação é organizada por comunidades, cada uma com seus representantes em polos. O conjunto de polos congregam-se em associações ou associação-mãe, segundo o gestor da unidade, Paulo Oliveira, no momento da realização do trabalho de campo.

O conselho gestor da UC é apontado pelos comunitários como o fórum ordinário, que se reúne a cada três meses para tratar das metas, avaliar as atividades desenvolvidas, deliberar e aprovar ou não as ações propostas. Os representantes dos polos têm assento no conselho.

As organizações de apoio da feira, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Prefeitura e o representante da União Europeia, lembram que a organização social teve início na discussão sobre a UC, liderada pelo poder público nos anos de 1990. Nessa discussão, foram integradas as comunidades do campo, da colônia de pescadores e da praia. Foram envolvidos também a Emater e a Prefeitura, pela boa relação com as associações locais.

Num primeiro momento foram identificadas 35 associações, muitas das quais criadas para acessar créditos públicos logo após a Rio-92; assim, a maioria dessas associações estava inativa. Foi realizado então, um processo de qualificação sobre os aspectos administrativos e financeiros das



Figura 10 – Feira de Economia Solidária da Resex de Tracuateua. Foto: Auremat.

associações. Um evento com 60 associações da região foi organizado, uma vez que a ausência de políticas públicas no território e de documentação pessoal era muito grande.

“De todas as Resex do Brasil me parece que fomos uma das poucas a fazer esse trabalho de qualificação das associações... as organizações devem ser fortalecidas. Não dá pra pensar em um órgão que gere uma área de 27.000 hectares com tantas pessoas sem trabalhar com associações. A associação tem o direito real de uso com seus direitos e deveres”. Paulo Oliveira, gestor da UC.

Por meio da criação da reserva, surgiu a Auremat. A unidade de conservação ainda não possui plano de manejo, mas, apesar disso, sua gestão trabalha na construção coletiva de regras e normas. A formalização do documento é, então, uma consequência: “A nossa lógica é a prática e construção das regras e normas, a partir da construção coletiva”, afirma o gestor da UC.

Os entrevistados apontam, além do conselho gestor, o acordo de gestão e o levantamento de dados das famílias da reserva como instrumentos e iniciativas que contam com a participação das organizações sociais. O grupo de jovens relata que:

“...no acordo de gestão, a participação se dá em reuniões comunitárias onde são discutidas as regras de uso. É um trabalho que está sendo feito com o gestor da UC, o coordenador de campo (representante da União Europeia) e com o coordenador do projeto Tracuateua. São feitos diagnósticos participativos nas comunidades com o apoio de 13 agentes ambientais”. Paulo Oliveira, gestor da UC.

A gestão da UC vê o conselho como o principal instrumento de gestão da unidade e ressalta sua vinculação com a iniciativa econômica, lembrando que a origem da feira se deu no âmbito do conselho. “A reunião de conselho é de 40 pessoas em média. As reuniões são totalmente abertas. A gente notícia na rádio. É o lugar de acertar as diferenças”, segundo afirma o gestor da UC.

Atualmente há uma associação que congrega outras, mas que tem uma abrangência municipal, com 30% da população urbana e 42% da população rural, abrangendo cerca de 8.000 pessoas. Para o gestor, o trabalho com o fortalecimento das associações é fundamental e também é uma responsabilidade do ICMBio.

Outra questão importante a ser ressaltada na organização social é que por meio dessa é que se dá a prática e a construção coletiva de regras e normas para o uso da reserva extrativista. Quando a base está fortalecida e trabalhando em conjunto os instrumentos de gestão são construídos de forma fluída e conseqüentemente são incorporados na prática dos usuários. Outro exemplo, nesse sentido, é a formação de um mosaico de unidade de conservação na região do Litoral do Pará. No entendimento do gestor, esse deve se formar antes pela articulação prática das ações e não pela formalização.

Questão ainda pouco discutida, a gestão das organizações sociais representativas dos extrativistas, responsáveis pelo Contrato de Concessão Real de Uso junto ao órgão gestor da unidade de conservação, foi abordada pela consultora da Auremat (Projeto Tracuateua), na temática do fortalecimento organizacional e da gestão administrativa e financeira do projeto. Algumas de suas reflexões sobre os avanços na gestão das organizações sociais e na gestão da UC são apresentadas na página seguinte:

Avanços na gestão da Resex de Tracuateua

Um dos pontos positivos com relação à associação Auremat foi o apoio do ICMBio que, com recurso do PNUD (Projeto BRA 08/023), financiou ações para o fortalecimento da gestão da associação através da realização de cursos de formação para gestão administrativa e financeira, além de regularizar cinco anos de escrituração contábil, incluindo a prestação de contas dos recursos do Programa Crédito Instalação do INCRA, que movimentou nas contas da associação aproximadamente 23 milhões de reais durante esse período.

Após a regularização da Auremat foi possível apresentar o Projeto Tracuateua para União Europeia, que hoje está em pleno funcionamento e mantendo a associação funcionando e formando mais jovens lideranças para fazer a gestão da associação concessionária e da reserva extrativista.

Outro ponto positivo é continuação das ações de fortalecimento das associações, que agora são financiadas pela própria associação concessionária, a Auremat, com recursos do Projeto Tracuateua, que incluiu as reservas extrativistas de Bragança, Viseu e Augusto Correa, o que possibilitou a apresentação e aprovação do Projeto Ecoforte para a associação concessionária de Viseu.” Maria Antônia Nascimento, consultora da Auremat.

Organização social na gestão da iniciativa

A organização social da reserva, representada pela Auremat, já possuía uma articulação forte com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Tracuateua, inclusive com a colaboração do sindicato no esforço de cadastramento das famílias da unidade de conservação. Os recursos disponibilizados pela União Europeia, por meio do projeto, ampliaram as oportunidades de atuação da Auremat no município, que convidou o STR e levou a discussão do projeto da feira para o conselho deliberativo da reserva. Desse modo, a organização da feira ocorreu por meio de articulações institucionais, como uma estratégia de ampliar a inserção da Auremat na sociedade local. A iniciativa nasce, na percepção do grupo de jovens, de reuniões entre os representantes comunitários e a diretoria da Auremat e apoio do coordenador do Projeto Tracuateua. Já para as organizações de apoio, a feira é percebida como uma estratégia de integração da reserva extrativista com o município com a função de mostrar a produção da associação formada por moradores da UC.

A iniciativa influenciou os agroextrativistas sobre a importância de se organizar para vender seus produtos direto ao consumidor, sem a necessidade do atravessador. Também



Figura 11 – Feira de Economia Solidária da Resex de Tracuateua.
Foto: acervo do ICMBio.

ajudou o expositor a estar consciente de suas atribuições dentro dessa atividade e a administrar suas tarefas e responsabilidades perante o grupo.

“Por meio da feira a organização social está sendo fortalecida para que se alcance a autonomia na tomada de decisão”. Grupo dos Apoiadores¹⁰

“No início o sentimento de desconfiança era geral. Hoje o pessoal já está com sua rede de venda, por causa da divulgação na feira. Tem gente que já fatura em torno de mil reais por mês.” Paulo Oliveira, gestor da UC.

O trabalho de organização comunitária foi a base da atividade produtiva, uma vez que durante as reuniões do conselho é que surgiu a necessidade de se buscar alternativas produtivas para os moradores. Assim, a Auremat e o sindicato dos trabalhadores somaram forças para desenvolver a feira, com o apoio do ICMBio e do Projeto Tracuateua. Fica explícito, nesse caso, o protagonismo da associação como instituição empoderada e articuladora da iniciativa dos produtores. Para o gestor da UC, o trabalho desenvolvido com base na educação popular junto às lideranças locais foi um diferencial nessa questão.

“O método da educação popular é que fez a diferença. Teve um trabalho com cursos de diction e oratória, de redação. Quando eu cheguei aqui, o Donda (pescador) não olhava para as pessoas, era inseguro. Hoje ele olha pra frente, com a cabeça erguida, se coloca. Eu gostaria de ter feito capacitações de forma sistemática, mas fiz em momentos necessários.” Paulo Oliveira, gestor da UC.

Para os beneficiários da reserva, o primeiro desafio da feira foi enfrentar a incerteza sobre se venderiam ou não os produtos. Foi vencido por meio dos esclarecimentos e incentivos aos expositores oferecidos por gestores da UC e parceiros. Além disso a superação foi imediata, porque a primeira feira foi um sucesso.

Gestão e sustentabilidade econômica da iniciativa produtiva

A feira é voltada para o agroextrativismo familiar, com o envolvimento de todos os seus membros, com exceção das crianças. As famílias são vinculadas às associações (Auremat e ao sindicato) e, portanto, a feira é catalisada pelo diálogo dos diferentes atores e pela inclusão de várias famílias.

No início, o ICMBio e a Auremat buscaram juntos parceiros para tornar realidade essa iniciativa. No entanto, todos os entrevistados concordam que o conjunto das instituições (ICMBio, Sindicato dos trabalhadores, Auremat, associações comunitárias, prefeitura e o empreendimento privado Hotel Fazenda Vitória) foram importantes e transmitiram confiança ao desenvolvimento do projeto.

A opção do apoiador financeiro foi a criação de espaços e oportunidades, segundo seu representante local. Nesse sentido, a primeira feira foi um experimento entre empreendedores e apoiadores, proposta pelos representantes da Auremat. Em seguida, houve o detalhamento da logística da feira envolvendo todos os parceiros. Outro aspecto que avançou foi a periodicidade de realização da feira, inicialmente prevista para acontecer apenas em datas festivas. Em seguida, a proposta da diretoria da Auremat foi para sua realização mensal. Entretanto, a equipe do projeto entendeu

¹⁰ As informações foram coletadas em oficina; o grupo de apoiadores refere-se à prefeitura, Projeto Tracuateua, STR, Emater, ICMBio, entre outros que apoiam a iniciativa da feira.

que esse era um passo difícil, pois a maior parte dos custos com a logística ainda são cobertos pelo projeto. Diante dessa ponderação, foi acordado que a feira ocorrerá bimestralmente.

Segundo os entrevistados, os produtos ofertados na feira são os disponíveis na época. O movimento das vendas aumenta quando as feiras acontecem próximo de datas festivas, como Círio de Nazaré, Natal e final do ano. Os principais compradores são os consumidores individuais (locais e de fora), restaurantes e outras feiras. No geral, a aceitação dos produtos pelos consumidores é positiva, em função da qualidade dos produtos, atendimento, organização e higiene do espaço e preço razoável. Os principais valores percebidos por expositores e pela sociedade local referem-se à origem dos produtos (reserva extrativista), ao fato de serem socialmente justos, saudáveis, não conterem agrotóxicos, serem frescos e possuírem menor preço em relação ao mercado tradicional.

A gestão da iniciativa implica em avaliações de controle que acontecem após cada feira para pontuar os aspectos positivos e negativos da conjuntura, observando a logística, a quantidade de cada produto vendido e quais produtos tiveram melhor desempenho na venda. Dessa forma, espera-se aprimorar a estratégia de atuação, ampliando cada vez mais as vendas. Do mesmo modo, a qualidade exigida pelos compradores também é monitorada pelo Projeto Tracuateua.

O valor total realizado com os primeiros três eventos foi de R\$ 11.345,60, incluindo as vendas realizadas antes e após a feira. O faturamento médio por empreendimento/expositor foi de R\$ 291,45.

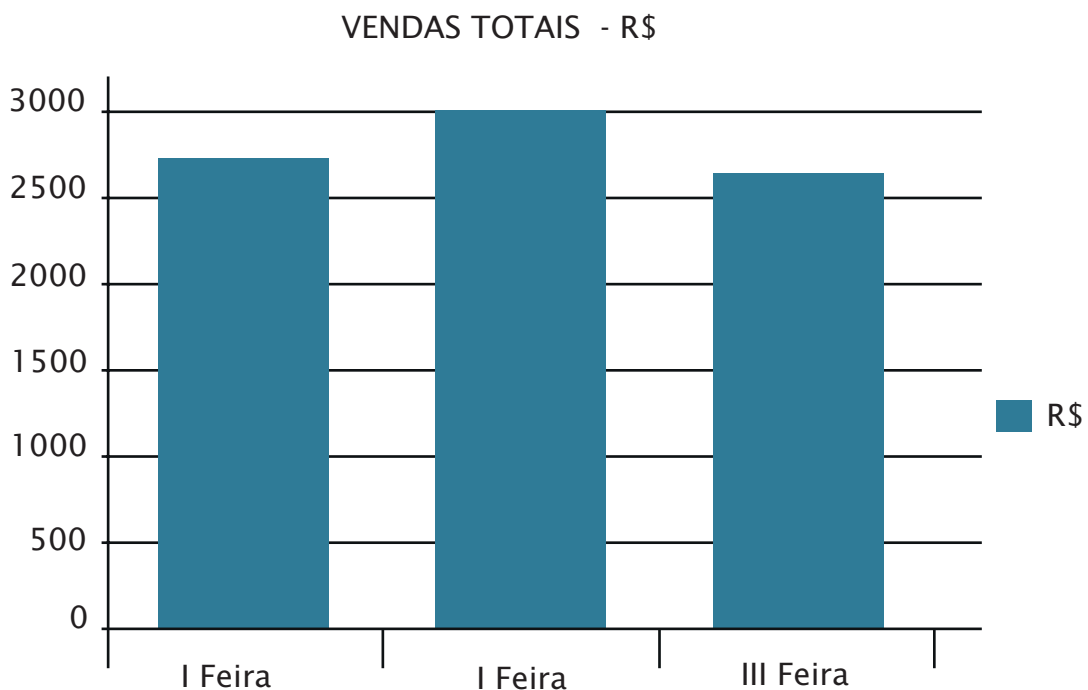


Figura 12 – Recursos apurados na realização das três primeiras feiras. Fonte: Projeto Tracuateua.

A ideia é apresentar, por meio da feira, os produtos da reserva para a sociedade local. Considerando que, até o momento dessa sistematização, haviam sido realizadas quatro feiras, a média de faturamento em vendas foi de R\$ 4.000 por feira. Existe um ciclo de planejamento realizado com a Auremat e, a partir daí, ajustes são feitos. No entanto, é importante citar que para o extrativista a prática do planejamento da produção e sua comercialização ainda é desafiante, pois sua forma de vida está fortemente orientada pelos ciclos naturais visando a extração dos recursos naturais. O planejamento com foco no mercado é uma nova forma de agir.

“Atualmente, quem realmente se firma na feira são os agricultores familiares, mas os extrativistas estão vindo a reboque. O extrativista não tem tanta tradição de planejamento, vive do que a natureza dá. A prática do planejamento não existe. Os resultados são surpreendentes. Por exemplo, há uma ilha muito afastada, sem estrutura. Na primeira feira, um morador dessa ilha trouxe pouco porque queriam que nós fossemos os atravessadores. Na segunda feira, eles vieram com dois sacos de sururu de 60 kg e venderam tudo. Ficaram super felizes, mas sempre tem a relação de dependência, queriam o dinheiro da volta, mas nós explicamos que não era mais preciso”. Alessandro Ugoline, coordenador do Projeto Tracuateua – União Europeia.

Com relação à gestão financeira observa-se que está estabelecida uma prática de transparência em todos os níveis. Estão acessíveis todas as informações sobre os recursos disponíveis por meio do Projeto Tracuateua e da comercialização dos produtos, que são destinados ao fundo que viabiliza a manutenção da logística da feira, administrado pela associação (3% do lucro são para fins administrativos).

Logística para a comercialização

A equipe da UC e do Projeto Tracuateua apoiam os expositores por meio do transporte dos produtos e alimentação. A prefeitura fornece o espaço público para a realização da feira.

Na reunião entre expositores, gestores e parceiros, que acontece antes das feiras, os expositores registram seus produtos e a quantidade que será comercializada. Isso é feito para controlar o volume de produtos e evitar desperdícios.

A partir da avaliação do terceiro evento, a associação assumiu a organização das feiras, dividindo as tarefas entre os associados, expositores e apoiadores.



Figura 13 – Feira de Economia Solidária da Resex de Tracuateua. Foto: acervo do ICMBio.

“Não tem jeito certo. No começo havia uma mentalidade de desconfiança e nós nos envolvemos até o último fio de cabelo. Hoje já está mais tranquilo. Até a terceira feira foi difícil. A partir da quarta, começamos a desmamar e eles quebraram um pouco a cabeça, mas faz parte do processo de desmame.” Paulo Oliveira, gestor da UC.

Nesse processo, um passo importante que está se exercitando é a autonomia do grupo, inclusive na logística de transporte dos produtos. Nesse caso, autonomia pode significar uma independência com apoio dos parceiros locais, mas sem o apoio do Projeto Tracuateua.

Para os usuários da reserva, nas primeiras feiras, coordenadas pelo Projeto Tracuateua, houve crescimento e depois aconteceu uma redução das vendas quando a Auremat assumiu a coordenação. Entretanto, a estratégia adotada pela coordenação do Projeto de exercitar a autonomia do grupo, nesse caso, foi compreendida e assimilada pelos associados.

Capacitação para a comercialização

Enquanto os sócios da Auremat receberam capacitação em gestão financeira, os demais expositores que não estão inseridos na reserva extrativista ainda não receberam esta formação. De modo geral, além das capacitações citadas, o treinamento para o aprimoramento da iniciativa também se dá nas reuniões de preparação e avaliação das feiras.

Conforme o representante da União Europeia no projeto:

“As atividades ou treinamentos realizados esse ano foram sobre a organização das feiras. Foi realizada uma oficina de comercialização. Esse ano se pretende realizar uma pesquisa de mercado participativa para entender como está se dando o mercado de compra na região do entorno. O objetivo é que os expositores façam seus planos de negócios. Primeiro, é preciso entender a cadeia de cada produto para entender onde se poderá ganhar mais e agregar valor”. Alessandro Ugoline, coordenador do Projeto Tracuateua.



A feira também é compreendida pelo Projeto Tracuateua como uma oportunidade para a realização de contatos comerciais e ampliação do mercado para os produtos agroextrativistas e, nesse sentido, é aproveitada pelos expositores.

No contexto das capacitações e inovações, o grupo dos expositores aponta como exemplos de aperfeiçoamento da iniciativa o uso das basquetas (caixas plásticas vazadas) para o transporte de caranguejo, que permitem a entrada de ar,

a umidificação e a redução da mortalidade dos animais, e a aquisição de mangueira para a manutenção dos peixes vivos.

Desafios e perspectivas no âmbito da gestão da iniciativa da Feira de Economia Solidária e Agroextrativismo

Sobre os principais desafios e sua superação, os entrevistados ressaltam: (i) a disponibilidade constante dos produtos do agroextrativismo, como caranguejo, camarão, turu, mexilhão, artesanato e sementes; (ii) transporte dos produtos implementado por meio da articulação dos parceiros e

do projeto, e; (iii) a organização e montagem das barracas de forma corresponsável pelo grupo de expositores.

Entre as perspectivas apontadas pelos entrevistados, citam-se:

1. melhoria do retorno da venda direta;
2. ampliação da autonomia, isto é, dar continuidade sem depender de projeto ou gestor (*“É bom contar com ajuda, mas não depender só dela”*, Grupo de Jovens);
3. viabilização de logística de transporte e estrutura física própria (barracas);
4. articulação com outras reservas extrativistas e maior diversidade e qualidade dos produtos ofertados;
5. viabilização de outras fontes de recursos para a continuidade da feira, como por exemplo, o Projeto Ecoforte do MDA;
6. transformação da feira em atividade permanente. No entanto, para isso é importante que a prefeitura absorva a feira como iniciativa das populações agroextrativistas locais para a sua manutenção econômica.
7. desenvolvimento de uma marca própria da iniciativa, estabelecendo uma conexão direta com a reserva extrativista e o município. Estabelecer um selo da feira e da reserva extrativista para uso em camisetas, bonés e sacolas e futuramente a organização e comercialização desse material;
8. acesso ao mercado de Belém para ampliar as possibilidades de ganho;
9. viabilizar as condições sanitárias para a comercialização para fora do município. Até o momento tem-se trabalhado apenas no mercado local.

Conservação da biodiversidade e sustentabilidade ambiental

Para o grupo de apoiadores a iniciativa da Feira de Economia Solidária e Agroextrativismo contribuiu para a redução de atividades ambientalmente impactantes, pois todos os produtos são de origem legal e sustentável. A fala de um dos expositores reforça esta percepção: *“Antes, com o atravessador, se retirava muito porque o objetivo era a quantidade. Agora, se retira menos e com tamanho maior, pois se deseja qualidade”*.

Além do trabalho de conscientização realizado pelo ICMBio, existe a reunião volante



Figura 15 – Feira de Economia Solidária da Resex de Tracuateua. Foto: Auremat.

nas comunidades com a ajuda da Auremat para orientar sobre o manejo dos recursos naturais. Os moradores que não participam da associação são os que mais agridem e infringem as normas de conservação das riquezas naturais, segundo os associados.

A Auremat também realizou um diagnóstico rural participativo que indicou a necessidade de algumas melhorias no manejo dos produtos agroextrativistas, como no caso do tamanho e transporte do caranguejo.

Um desafio enfrentado em relação à sustentabilidade ambiental foi o controle da venda de produtos não compatíveis com a conservação ambiental. Um exemplo, citado pelos expositores, foi o desejo de um morador de comercializar carvão. “Qualquer recurso fora do padrão não entra e isso tem apoio do grupo. Já negamos a entrada de caranguejo pequeno, mas é sempre uma decisão coletiva”.

Vencer o esquema dos atravessadores que querem comprar quantidade e não qualidade também representa um desafio para a sustentabilidade ambiental. A saída é a valorização do catador de caranguejo para que venda seu produto de forma direta, respeitando a sustentabilidade ambiental.

Quadro 4 – Síntese dos resultados, aprendizados e sugestões da Resex de Tracuateua.

Organização social na gestão da UC	
Resultados	Aprendizados
<ul style="list-style-type: none"> • Rede de organizações locais estabelecida e atuante. • Conselho fortalecido como fórum privilegiado de articulação e tomada de decisões. 	<ul style="list-style-type: none"> • Um trabalho responsável possibilita a construção de confiança entre o órgão público e as associações locais. • O arranjo institucional bem definido possibilita o fortalecimento da rede de organizações locais.

Recomendações:

“O ICMBio deve buscar ajudar as associações que recebem o CCDRU na gestão jurídica e financeira até que essas possam de fato fazerem isso por si mesmas, evitando cancelamento de CNPJ e consequências jurídicas que inviabilizam as associações e suas diretorias, inclusive impedindo o acesso a políticas, programas e projetos públicos e ao direito de aposentadoria dos seus dirigentes”. Paulo Oliveira, gestor da UC.

Quadro 4 – Síntese dos resultados, aprendizados e sugestões da Resex de Tracuateua (continuação).

Organização Social na Gestão da Atividade Produtiva	
Resultados	Aprendizados
<ul style="list-style-type: none"> • A feira é resultado da valorização e empoderamento das iniciativas e práticas locais e da organização da produção. • Parcerias estreitadas com STR, Cáritas, prefeitura e Hotel Fazenda. 	<ul style="list-style-type: none"> • O investimento no apoio e capacitação para a organização social gera resultados e é fundamental para a gestão bem sucedida das iniciativas produtivas. • A importância de investir na construção de parcerias para uma atuação coordenada com outras organizações. • Comunicação direta e fluida é fundamental.
Resultado finalístico	
Compartilhamento de poder por meio da construção coletiva.	<p><i>“Quem não se comunica se trumbica. Aproveitamos a estratégia da igreja de formação de alunos das escolas em curso de locução de rádio e apresentamos uma turma da Resex para fazer o curso. Isso fez diferença”.</i> Paulo Oliveira, gestor da UC.</p>

Recomendações:

- Fortalecimento das organizações e do comprometimento dos expositores com a iniciativa.
- Articular com o poder público para promover esse tipo de iniciativa como forma de investimento na população local.
- Investir no planejamento, avaliação e organização tanto das organizações sociais como da produção. *“Não há outro caminho senão o desenvolvimento organizacional”.*
- Atentar para a localização de empreendimentos comerciais é importante. *“A feira é na feira. Às vezes, se planeja de se fazer num lugar bonito, em uma festa, mas não vende porque o povo não está com dinheiro para fazer feira. O povo não quer carregar uma galinha no meio do passeio”.* Expositor.
- A capacidade de planejamento dos agricultores é maior do que a dos extrativistas, que não possuem essa cultura. Então, é necessário investimentos em capacitação para o planejamento e gestão de empreendimentos comerciais.

Quadro 4 – Síntese dos resultados, aprendizados e sugestões da Resex de Tracuateua (continuação).

Estruturação e Sustentabilidade Econômica	
Resultados	Aprendizados
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecidos contratos e relações de venda e potenciais clientes identificados. • Venda direta do produtor para o consumidor. • Produtos da reserva extrativista divulgados e reconhecidos pela população urbana do município. 	<ul style="list-style-type: none"> • A venda direta ao consumidor gera aumento de renda para os agroextrativistas. • Parcerias ajudam a viabilizar experiências de comercialização que podem gerar aprendizados para as organizações de base de agricultores e extrativistas.
Resultados finalísticos	
A oferta de produtos de qualidade com preço razoável contribuiu para o desenvolvimento das famílias da UC.	

Recomendações:

- Incentivar os produtores a apresentarem sua produção.
- Promover a diversificação e qualidade de produtos comercializados.
- Definir mecanismos orientados para a sustentabilidade da feira.

Manejo de Recursos Naturais e Sustentabilidade Ambiental	
Resultados de processo	Aprendizados
<p>A feira contribui com a sustentabilidade ambiental da reserva extrativista, por meio da compreensão ampliada dos moradores.</p> <p><i>“Através da feira se abriu os olhos para contribuir e controlar, ajudando os recursos naturais no período do defeso”.</i> Associado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os compradores valorizam os produtos com qualidade, como hortaliças sem agrotóxico e caranguejos e camarões grandes, e isso inibe a coleta de animais em fase juvenil e motiva a não utilização do agrotóxico na produção. • O manejo dos recursos naturais deve ser orientado por estudos sobre sua capacidade de regeneração.
Resultados finalísticos	
Redução da pressão sobre os recursos naturais, especialmente na época do defeso.	

Recomendações:

Investir na realização de estudo da capacidade de suporte do caranguejo no sistema estuarino lagunar é uma recomendação do gestor da unidade na época da realização da sistematização.



Foto: acervo ICMBio



BANCO COMUNITÁRIO NA RESEX DE CANAVIEIRAS (BA)

Quadro 5 – Proposta de sistematização da experiência na Resex de Canavieiras (BA).

Objeto:	Objetivo:	Pergunta-eixo:
Banco Social da Associação Mãe da Resex de Canavieiras (Bamex).	compreender como o Bamex se estruturou e desenvolve sua atividade econômica frente a uma nova lógica de economia social.	Como o desenvolvimento de uma lógica econômica social vem auxiliando a conservação dos recursos da UC e a divulgação positiva de sua imagem associada?

Informações sobre a Resex de Canavieiras, Bahia

A Reserva Extrativista de Canavieiras foi criada por meio de Decreto s/nº de 5 de junho de 2006 e está localizada nos municípios de Canavieiras, Belmonte e Una, Estado da Bahia, com uma área aproximada de 100.645,85 hectares. Tem por objetivo proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

As principais atividades produtivas das populações residentes na reserva são a pesca, a coleta do caranguejo e o extrativismo da piaçava. A pesca e a coleta de caranguejos devem seguir os períodos de defeso de cada espécie para assegurar o sucesso reprodutivo e a manutenção dos estoques pesqueiros. A pesca tem sempre como foco prioritário o consumo interno das comunidades extrativistas e, posteriormente, a venda em pequena escala.

Histórico do Bamex

O Banco Comunitário da Associação Mãe dos Extrativistas de Canavieiras (Bamex) foi inaugurado, oficialmente, em 7 de dezembro de 2013 como resultado das discussões lideradas pela Amex (Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras) e pela Incubadora de Economia Solidária da Universidade Federal da Bahia. Desde seu início, o Bamex contou com a participação de uma rede de agentes que foram essenciais para a sua consolidação.

Segundo o secretário da Amex, a principal dificuldade era a disponibilidade do capital inicial para a constituição do fundo necessário para a circulação da moeda social. Esse capital surgiu quando a Amex teve a oportunidade de gerenciar a implementação de um Programa de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP), uma exigência do licenciamento ambiental de petróleo e gás conduzido pela Coordenadoria de Petróleo e Gás do Ibama (CGPEG/Ibama).

Para se entender as origens do recurso é necessário explicar brevemente os processos de petróleo e gás. Em 2011, uma empresa que explora petróleo e gás natural, por meio de sua subsidiária, descobre petróleo na Bacia do Jequitinhonha. Essas atividades de prospecção só são liberadas via monitoramentos e projetos de compensação, caso se comprove impactos às atividades econômicas locais. Para além dessa compensação, a empresa deve apresentar uma série de projetos relacionados ao monitoramento da qualidade ambiental.

Esse contexto é relevante, pois quando questionados sobre os recursos que possibilitaram a criação do fundo de reserva do banco, fator essencial para a criação da moeda (vinculada à Caixa Econômica Federal, que regula a troca da moeda, a moeda do extrativista), o secretário e a agente de crédito do banco com orgulho apontam para as economias que a Amex e as associações de Una, Belmonte e Canavieiras realizaram ao longo do processo de construção e reforma das associações, no contexto do programa de compensação.

Dessa afirmativa surge novo questionamento, considerando que as compensações são implementadas por consultorias: como economizaram recursos? Apresentando o seu caráter inovador e de agente ativo, a Amex e seus representantes se orgulham de terem implementado de forma independente o PCAP. Ou seja, eles construíram e reformaram as sedes e o que foi economizado pela eficiência administrativa da comunidade, ajudou a compor o fundo de reserva para a criação do Bamex. Assim sendo, os recursos do PCAP, implementados entre 2012 e 2013, foram essenciais para as origens do Bamex de Canavieiras.

Cabe ressaltar o protagonismo da Amex e seus associados, pois eles foram a primeira associação a implementar um PCAP por conta própria e em pouco tempo, e foram também os primeiros a implementar um banco comunitário em uma reserva extrativista.

Todavia, o protagonismo da Amex não se baseia em uma relação autossuficiente. Acreditando na potencialidade das parcerias, a instituição mantém conexões com parceiros essenciais para a sua estruturação e estabilidade. No caso do Bamex, pode-se citar o papel preponderante da Incubadora de Economia Solidária da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Centro Público de Economia Solidária (Cesol), dois atores que dão suporte à superação dos desafios burocráticos, legais e, sobretudo, ajudam na construção de uma nova visão econômica financeira baseada na circulação de recursos.

Na busca por ilustrar as relações descritas nas entrevistas de campo, um diagrama de Venn ou diagrama de relações foi elaborado por Alysson Fraga (figura 14). Em sua leitura, é necessário, entretanto, considerar três aspectos: as relações não são estáticas, a representação retrata o momento no qual foi realizado o trabalho de campo e está baseada na análise de dados secundários e entrevistas de campo.

O diagrama deve ser lido a partir dos seguintes critérios metodológicos: (i) a instituição/ação principal está no centro; (ii) quem está mais próximo mantém relações institucionais com o centro, quanto mais próximo maior a relação; (iii) o tamanho da circunferência é referente ao poder da instituição em relação a ação: apoio técnico, regulação e gestão; e; (iv) todos que surgem no diagrama, mesmo distantes, mantém algum nível de relação, seja direta e/ou indireta.



Figura 16 - Orla no rio Pardo, junto ao Centro Histórico de Canavieiras. Foto: Alysson Fraga.

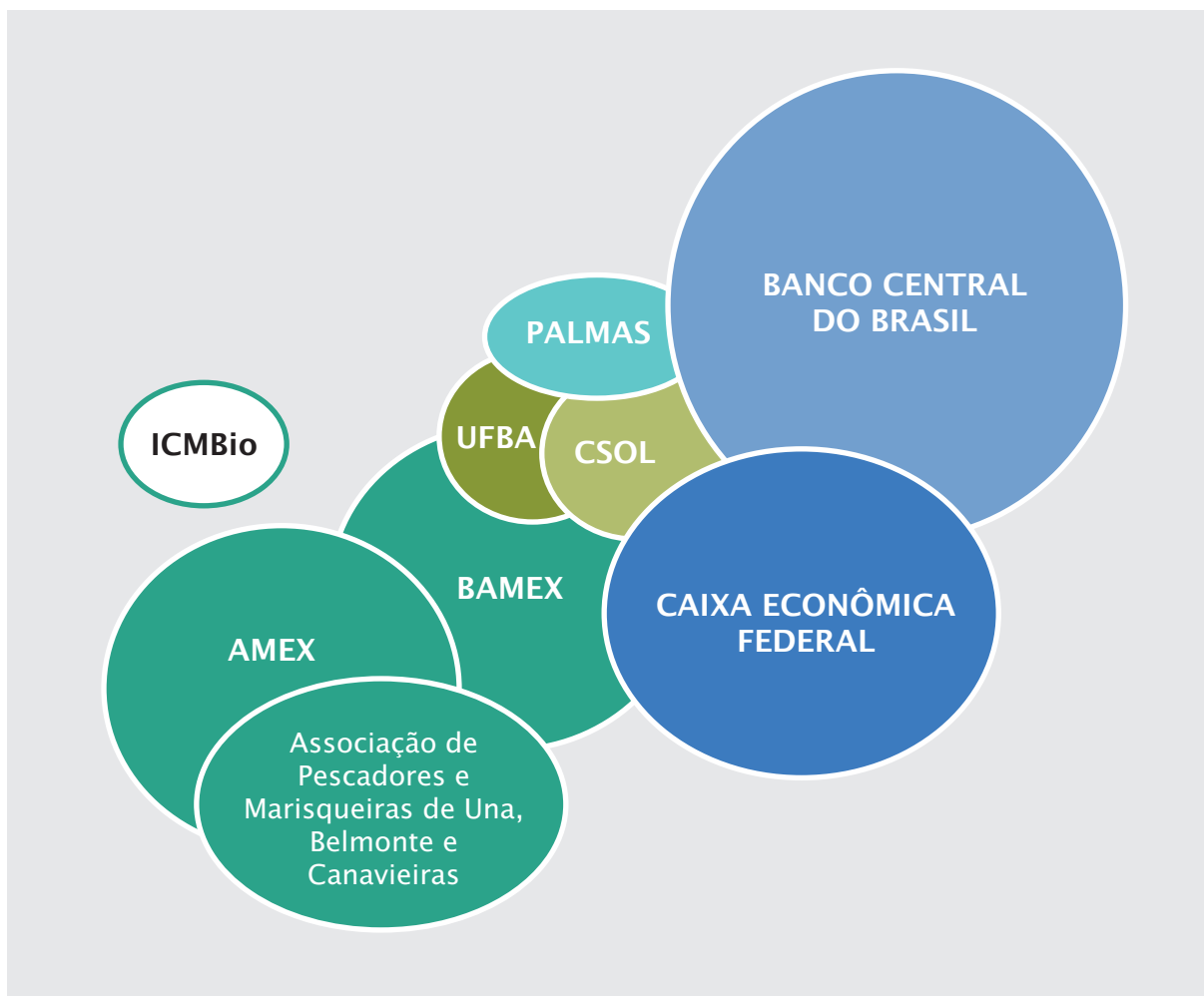


Figura 17 - Diagrama de Relações do Bamex. Produção de Alysson Fraga.

Organização social e sua relevância na gestão da UC

Para iniciar uma discussão sobre a organização social na gestão da reserva extrativista é necessário fazer uma apresentação da Amex, o que significa remontar parte da história de lutas do povo oprimido da cidade de Canavieiras, segundo o secretário-geral da associação. De forma resumida, a história da luta pela criação da UC gerou a divisão da cidade em dois movimentos: um “pró-Resex” e outro “natureza sim, Resex não”.

O fato de parte da população ter opinião contrária à criação da reserva extrativista está vinculado ao direito de posse e propriedade, pois algumas propriedades de sujeitos abastados estão dentro de áreas da reserva. Esses proprietários necessitariam se retirar das áreas protegidas na medida em que fossem indenizados. Porém, seus negócios e interesses seriam afetados. Dessa forma, o movimento “natureza sim, Resex não” contou com o apoio de famílias ricas da região, enquanto que as famílias extrativistas tiveram que unir forças para levar sua campanha adiante.

Os extrativistas de Canavieiras, Una e Belmonte tiveram a prova de que só poderiam superar suas fragilidades unindo forças, segundo o secretário-geral da Amex, e, com a criação da reserva, foi possível unificar as forças regionais, que se materializaram na instituição-mãe da unidade de conservação.

Hoje, a Amex é reconhecida pelas instituições e fortalecida pela Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros (Confrem), detendo autonomia e poder para exigir o devido controle social que lhe cabe. Esse novo cenário ainda precisa de amadurecimento interinstitucional entre ICMBio e Amex, principalmente no que concerne às questões jurídicas. Localmente, a relação entre as instituições tem avançado devido à postura de diálogo adotada nos últimos anos pelos analistas ambientais.

A reserva está finalizando o levantamento de famílias e a definição do perfil de beneficiários. Ambas as ações comprovam a importância de uma parceria entre ICMBio e Amex, pois quando essas instituições trabalham em conjunto, as ações tendem ao sucesso, já que o esforço diminui e os resultados favorecem os beneficiários e as instituições da reserva extrativista.

Um dos aspectos observados durante esse levantamento foi que tanto a tensão entre as instituições quanto a relação de alguns moradores com ambas parece estar melhorando. No entanto, embora o conselho deliberativo da UC seja um espaço legítimo de valorização da organização social, em alguns momentos não consegue avançar na discussão de ideias como deveria. Segundo a gestão da unidade, há pouco reconhecimento da importância do conselho por parte dos representantes estaduais e municipais e também de alguns moradores extrativistas. Embora esse fórum tenha caráter deliberativo, muitas questões precisam ser levadas ao entendimento jurídico do ICMBio para garantir a legalidade das ações dentro da unidade.

Organização social para a estruturação do Bamex

O Bamex deriva de um movimento para fortalecer a organização de base das comunidades da Resex de Canavieiras. Empresas consultoras apoiaram os procedimentos iniciais até a aprovação do orçamento e a Amex foi a responsável pela implementação do projeto juntamente com as associações locais beneficiadas.

Logo depois da transferência dos recursos, as dez associações que compõem a Amex decidiram que os valores obtidos na economia de gastos com as obras deveriam financiar outras atividades, entre essas, o Banco Comunitário da Associação Mãe dos Extrativistas de Canavieiras (Bamex). Desse modo, 10% de todo o recurso economizado foi investido no banco para a criação da moex, a moeda do extrativista. A importância dessa decisão é revelada na fala da presidência da Associação: “O resultado das economias da Amex é que possibilitaram a criação do fundo.”

A moeda foi criada de forma democrática, a fim de possibilitar a inclusão produtiva e comercial dos extrativistas mais vulneráveis economicamente a um mercado em expansão na cidade de Canavieiras. Importante considerar que o benefício, no caso, é mútuo, pois a inclusão de novos sujeitos economicamente ativos auxilia em um novo ciclo de crescimento para a cidade.

A decisão de fundar o Bamex foi orientada pela Amex, que tem uma relação intrínseca com o mesmo, já que o corpo gestor do banco é diretamente vinculado à associação. Esse fator garante controle social e inclusão das comunidades mais distantes no processo de gestão do banco, uma vez que a direção da Amex é composta por membros das associações locais, as mesmas que decidiram fundar o banco.

Além de ter seu conselho vinculado à Amex, o Bamex conta com um conselho financeiro para realizar empréstimos, o Conselho para Avaliação de Crédito (CAC). Esse conselho é composto por um representante do comércio local, um representante da associação local (lugar de origem do solicitante do empréstimo), duas agentes de crédito do banco e mais dois informantes das comunidades que são mantidos anônimos. Essa estrutura, segundo a agente de crédito do Bamex,

auxilia a decidir se uma pessoa que solicita um empréstimo necessita de fato desse recurso e se está em condições de saldar a dívida contraída, considerando sua vulnerabilidade e honradez.

As duas agentes de crédito foram treinadas para operar com as linhas de crédito, administrar os recursos, abrir novos mercados para a aceitação da moeda e buscar novos apoiadores para o projeto. As agentes devem ter alinhamento ideológico com a linha de formação dos bancos comunitários: (i) inserção da mulher na economia formal; (ii) inclusão dos mais vulneráveis economicamente à economia formal; (iii) garantir as mais baixas taxas de juros, até a taxa zero; e, (iv) funcionar em uma lógica inversa a do capitalismo. O importante aqui é a alta circulação da moeda e não o acúmulo de capital pelo banco e tampouco o acúmulo de renda pelos beneficiários.

Dessa forma, o banco acaba sendo um reflexo dos movimentos sociais que visam a inclusão de suas bases via distribuição de riqueza e renda. Sendo fundamental o controle social exercido pelas associações para o sucesso da instituição, pois das organizações emana a ideologia e o modo operante do banco.

Estruturação e estabilidade econômica do Bamex

A estruturação do Bamex não se deve apenas aos aportes financeiros das associações que compõe a Amex. Muito de sua estruturação se deve a uma parceria imprescindível com a UFBA, na qual uma incubadora de ideias sociais foi montada na Faculdade de Economia e, desde então, vem fomentando a criação de bancos sociais na Bahia.

A incubadora já fundou sete bancos no estado e agora busca estruturar uma federação para discutir critérios, modos operantes e fortalecimento estrutural, via expansão da ideologia do desenvolvimento local. A estratégia de circulação de riqueza monetária visa ampliar e manter a diversidade produtiva local e regional, com ênfase na inclusão econômica da mulher e de grupos ambientalmente vulneráveis.

A ideia de se fundar um banco social não é baseada apenas na necessidade real, mas na vontade que a comunidade tem de se superar frente às dificuldades impostas por sua história e modo de vida. Outra questão posta pelo Cesol, colaborador da incubadora, é a capacidade de vincular a ação do banco ao desenvolvimento local e ao fortalecimento da identidade das populações envolvidas nos processos, diversificando as suas formas produtivas e fortalecendo as potencialidades existentes.

Voltados para o desenvolvimento local, via ampliação da circulação de recursos financeiros, os bancos sociais devem contar em seus quadros com sujeitos capazes de avaliar e apoiar as iniciativas de produção e comércio local. Esses sujeitos, chamados de agentes de crédito, não



Figura 18 - Pesca artesanal com lançamento de tarrafa.
Foto: Enrico Marone.

só aprovam a linha de crédito, mas são responsáveis pela manutenção da atuação ideológica do banco, pois a expansão de sua rede depende diretamente do conhecimento. Nesse sentido, é preciso clareza quanto a questões como: “para que o banco existe?”, “como ele opera?” e “qual a diferença entre ele e um banco da rede oficial?” Segundo a agente do Bamex, esse é grande desafio para a expansão dos serviços do banco.

Dessa forma, a expansão ideológica é um método de fortalecimento e manutenção da rede, pois a sua sustentabilidade depende da vinculação dos seus beneficiários ao fortalecimento e manutenção do banco. Esse deve ser absorvido pela comunidade, que deve ter sentimento de pertencimento para que a estrutura do banco funcione. No caso de Canavieiras, uma solução simples e eficaz foi desenvolvida: os beneficiários do Bamex são os próprios associados às instituições extrativistas da reserva, que são aprovados para as linhas de crédito pelo Conselho para Avaliação de Crédito (CAC).



Figura 19 – Retirada de caranguejo pela técnica do braceamento. Foto: Enrico Marone.

O impacto econômico na vida dos beneficiários do Bamex

Nos posicionamentos das agentes de crédito e dos beneficiários da ação (associados da Amex), nota-se a importância que uma iniciativa financeira exerce em comunidades vulneráveis, com forte caráter produtivo e tradicional. A ação do banco fortalece o campo produtivo e, ao ampliar sua capacidade produtiva, eleva o nível de renda dos sujeitos e possibilita ao próprio banco expandir suas ações para outras pessoas e comunidades da região, como relata a fala abaixo.

“Quando o catador de caranguejo não tem recurso financeiro, ele precisa vender o seu caranguejo ao atravessador por qualquer preço, mas com a linha de crédito para consumo nós podemos ter um dinheiro em nossa mão e negociar um pouco mais com o atravessador”. João Gonçalves de Santana, Amex.

Para se entender um pouco melhor, torna-se necessário conhecer o dia a dia da pesca e suas dificuldades, como a compra de petrechos, a falta de espaços para armazenamento e beneficiamento da produção e a baixa disseminação de redes solidárias de compra e venda de mercadorias. Assim sendo, qualquer forma de apoio que venha a reduzir essas pressões é tida como positiva.

Contando com quatro linhas de crédito, o Bamex vem fortalecendo os investimentos na produção e ampliando o acesso ao mercado formal de sujeitos excluídos do mundo financeiro. Essa ação só é possível porque aqueles que não atendem aos critérios para retirada de crédito na rede de bancos oficiais são bem avaliados em sua comunidade e contam com a melhor rede de fiadores possível: seus vizinhos, representantes políticos e familiares, segundo a agente de

crédito do Bamex. O quadro abaixo apresenta as linhas de crédito do banco, no momento da realização dessa sistematização.

Quadro 6 – Linhas de crédito do Bamex. Fonte: Bamex

Linha de Crédito	Forma de Empréstimo	Valor	Número de Parcelas	Juros (%) a.m	TAC
Consumo	Moeda social	Até M\$ 180,00	3	0	0%
Reforma e construção	Moeda social e Real	Até M\$/R\$ 300,00	5	2	0%
Produção	Moeda social e Real	Até M\$/R\$ 400,00	5	2,5	0%
Pesca e mariscagem	Moeda social e Real	Até M\$/R\$ 400,00	6	2,5	0%

Com linhas de crédito aprovadas por seus parceiros comunitários, os beneficiários do Bamex assumem com alta responsabilidade os empréstimos retirados no banco. Conforme a agente de crédito do Bamex, neste caso, a comunidade é quem empresta recursos e o banco apenas administra. Essa ideia da comunidade emprestar recursos é interessante por três motivos centrais: (i) o dinheiro é sempre emprestado ao mais necessitado; (ii) não há juros para as linhas de consumo e, nas que possuem juros, esses são amortizados nas prestações; e, (iii) pagar é uma obrigação a se cumprir com os outros que também necessitam dos recursos do banco.

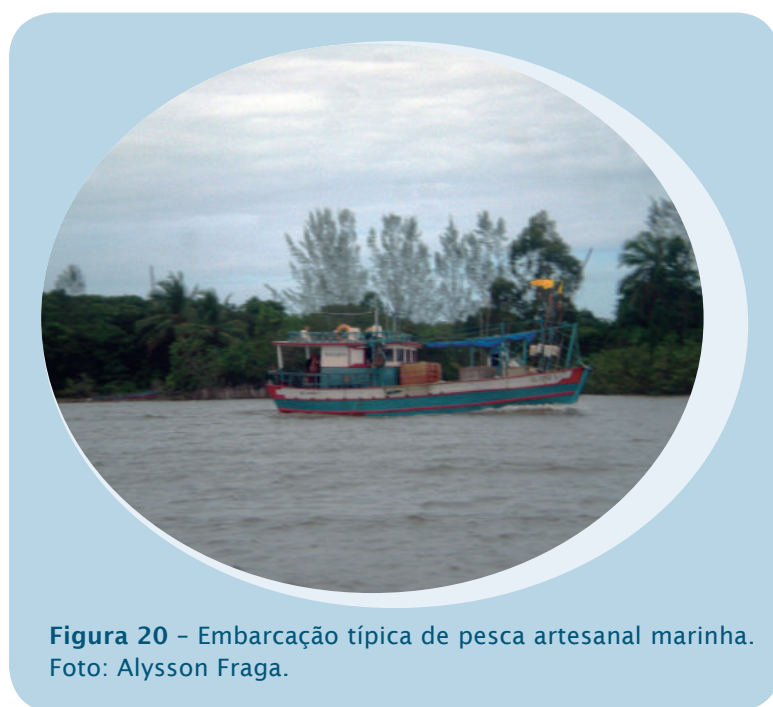


Figura 20 – Embarcação típica de pesca artesanal marinha. Foto: Alysson Fraga.

O impacto real na vida dos beneficiários do banco pode ser medido de diversas formas, mas existe uma tendência a se avaliar o benefício imediato, pela aprovação do crédito, de forma rápida, que ocasiona mudanças positivas no campo econômico. No entanto, o impacto a médio e longo prazos é o que determinará o sucesso do banco e se a linha de crédito atende as necessidades para as quais foi criada.

Em médio prazo, pode-se avaliar se a produção está agregando valor e se o esforço do trabalho diminuiu. No longo prazo, pode ser analisado se os sujeitos estão pagando suas dívidas, se estão

poupando ou se estão recuperando a capacidade de investimento e de pagamento à vista das mercadorias de consumo diário.

Todavia, as análises acima citadas necessitam de tempo, metodologia específica e recursos para a coleta de dados primários e não são objeto desta sistematização. O que se fala na região entre

comerciantes, beneficiários, representantes políticos e agentes de crédito é que a situação das pessoas que acessaram o crédito do Bamex melhorou, mas ainda falta um pouco mais de investimento social para que elas rompam com a necessidade de acessar novas linhas de crédito do Bamex.

Capacidade de influência institucional

O ICMBio respeitou a organização social da reserva extrativista e não exerceu influência sobre o processo de formação do Bamex e tampouco nos processos de decisão sobre seus modos operantes. Entretanto, pode decidir como apoiar a iniciativa e auxiliar o Bamex rumo a sua expansão, preservando a autonomia e independência das duas instituições.

A experiência do banco segue ampliando as oportunidades na unidade de conservação, garantindo a diversidade produtiva e favorecendo a conservação ambiental. Além disso, os beneficiários aprendem economia doméstica e iniciam uma campanha pela valorização do seu trabalho ao mesmo tempo em que fortalecem sua identidade extrativista tradicional, conforme refletem as moedas do extrativista.



Figura 21– Moedas do Bamex ressaltam as atividades extrativistas da Resex de Canavieiras.

Além de buscar fortalecer a identidade extrativista, o Bamex é uma forma de divulgar e fortalecer a imagem da UC dentro e fora do município de Canavieiras. Atualmente, o banco participa de diversas redes nacionais de bancos sociais organizadas pelo Banco Palmas do Ceará e, na cidade de Canavieiras, vem conseguindo romper pré-conceitos e ampliar sua rede de parceiros comerciais.

Embora o interesse inicial da parceria tenha sido exclusivamente monetário, essa rede pode atrair sujeitos comprometidos também com a conservação da UC. Vale ressaltar que os comerciantes que aceitam a moex são potenciais parceiros da conservação da Resex de Canavieiras.



Figura 22 – Foto da sede do Bamex com lista dos empreendimentos comerciais que aceitam a moeda social. Foto: Alysso Fraga.

Essa capilaridade do banco pode auxiliar tanto os extrativistas a ganharem o devido respeito quanto o ICMBio a fortalecer a discussão sobre a importância da UC como instrumento de conservação da biodiversidade para a região.

Conservação da biodiversidade e sustentabilidade ambiental

Com forte preocupação ambiental, por ser o banco dos extrativistas, o Bamex e as associações da região trabalham para incentivar as boas práticas e agregar valor aos produtos locais. Esta ação é, em grande medida, financiada por parceiros externos¹¹, pois o Bamex não tem recursos financeiros suficientes para expandir seu campo de ação.

Entretanto, mesmo com recursos limitados, o Bamex tem papel central para a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental, pois suas ações são baseadas no esforço coletivo financeiro e ambiental.

Suas linhas de crédito financiam as atividades legais de extrativistas que possuem boas práticas, reconhecidas por suas comunidades e associações políticas. Outra questão é o fortalecimento da identidade extrativista, que depende diretamente dos recursos naturais e de sua conservação para a garantia de seus ganhos.

Além disso, a linha de consumo é outro instrumento que favorece a conservação, pois quem tem acesso à rede de consumo não precisa aumentar desproporcionalmente a captura de peixes,

¹¹Organizações não governamentais (ONG), associações amigas, empresas que tentam se instalar na área de influência da reserva extrativista e UFBA.

mariscos e caranguejos para suprir uma necessidade extraordinária, pois “...eles podem acessar a linha de crédito e comprar um remédio extra, um material escolar ou qualquer outra necessidade especial que surja sem precisar cometer nenhum atentado contra o meio ambiente”, conforme diz Thauara Santana Souza, agente de crédito do Bamex.

As linhas de crédito para a produção também são instrumentos para o combate à pobreza e aos crimes ambientais, da mesma forma que a linha de consumo, pois o sujeito só acessa a linha de crédito de produção se tiver suas boas práticas reconhecidas por sua comunidade.

Os beneficiários usam o crédito para modernizar seus equipamentos de trabalho, assim como para sair do controle do atravessador. Dessa forma, conseguem viabilizar melhores preços para os seus produtos, reduzindo a necessidade de intensificação da captura de pescados.



Figura 23 – Pesca de tarrafa. Foto: Enrico Marone.

De todo modo, uma análise aprofundada sobre os impactos das ações do Bamex sobre os recursos da unidade pode ser interessante para o banco e o ICMBio. Alerta-se que a intervenção do banco não pode ser analisada de forma isolada das ações que a Amex vem desenvolvendo

dentro da UC, como a construção de casas populares, a implementação de projetos de compensação e a estruturação de alguns campos produtivos.



Figura 24 – Extração de ostra com uso de faca ou facão sem corte das gadeiras (técnica permitida, com impacto reduzido). Foto: Enrico Marone.

Verificou-se que o Bamex depende de suas relações com comunidades, associações e suas atividades. Uma ação exclusivamente financeira não traria resultado algum à comunidade; no entanto, quando essa ação se relaciona com as demais atividades

produtivas de uma região, é possível constatar seu potencial para o desenvolvimento local e a redução da pobreza.

Resultados e aprendizados obtidos por tema e recomendações

Quadro 7 – Síntese dos resultados, aprendizados e recomendações da Resex de Canavieiras.

Organização social e sua relevância na gestão da UC	
Resultados de processo	Aprendizados
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da confiança nas instituições e na organização coletiva. • Compreensão dos extrativistas sobre a necessidade de conservar os recursos da UC. 	<ul style="list-style-type: none"> • A organização de base fortalece e amplia os campos de atuação da comunidade. • A ação coletiva prepara os sujeitos para enfrentar as adversidades e a superar os desafios. • As organizações de base são espaços privilegiados para implementação do controle social que deve se estender ao Estado. • Os extrativistas são os principais interessados em manter e conservar os recursos da UC; por isso, suas organizações devem ter em suas diretrizes de base proteger os recursos da unidade de conservação para os seus beneficiários.
<p>Resultado finalístico</p> <p>Controle social sobre as instituições e suas ações.</p>	

Recomendações:

Tanto a Amex como o ICMBio consideram que o fortalecimento do conselho gestor da UC é uma prioridade.

Quadro 7 – Síntese dos resultados, aprendizados e recomendações Resex de Canavieiras (continuação).

Organização social para produção	
Resultados de processo	Aprendizados
<ul style="list-style-type: none"> • Propagação de uma ideologia econômica justa. • Fortalecimento das bases e de suas instituições. 	<ul style="list-style-type: none"> • É necessário alto grau de especialização para se atuar no campo financeiro. • A estrutura ideológica dos movimentos sociais fortalece as ações no campo econômico. • A organização de atividades pela coletividade diminui esforços e distribui responsabilidades. • Quando o aprendizado é coletivizado/compartilhado, as instituições se fortalecem.
Resultados finalísticos	
<ul style="list-style-type: none"> • Implementação do projeto do banco. • Administração do banco pela Amex. • Maior diversidade produtiva e comercial. 	

Recomendações:

Há uma recomendação para que todos invistam no fortalecimento das instituições de base, visando ampliar o controle social da reserva extrativista.

Estruturação e sustentabilidade econômica	
Resultados	Aprendizados
Fortalecimento institucional do Bamex.	<ul style="list-style-type: none"> • A estruturação e sustentabilidade de qualquer iniciativa dependem de parceiros e esforço das bases envolvidas e de suas instituições político organizacionais. • O conhecimento gerado e assimilado ao longo das ações é a base da sustentação do Bamex.
Resultado finalístico	
Melhoria nas condições econômicas dos moradores da reserva extrativista	

Recomendações:

- Maior investimento financeiro em atividades produtivas dentro da reserva extrativista.
- Maior investimento para se ampliar a diversidade comercial e produtiva da UC.

Quadro 7 – Síntese dos resultados, aprendizados e recomendações Resex de Canavieiras (continuação).

Capacidade de influência institucional	
Resultado	Aprendizado
ICMBio respeita e não interfere nas ações do Bamex na Resex de Canavieiras.	Investir na linha de mediação de conflitos é uma maneira de construir parcerias.

Recomendações:

- Fortalecer o diálogo e desenvolvimento de projetos em parceria entre ICMBio, Amex e Bamex.
- Investir na mediação de conflitos institucionais.

Conservação da biodiversidade e sustentabilidade ambiental	
Resultado de processo	Aprendizados
Melhoramento da imagem da reserva junto às comunidades extrativistas da UC e à população urbana de Canavieiras.	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade de geração de renda e trabalho diminui as atividades consideradas ilegais. • A geração de conhecimento e o fortalecimento da identidade extrativista auxiliam na conservação dos recursos da UC.
Resultado finalístico	
Redução da pressão sobre os recursos naturais da UC são percebidos.	

Recomendações:

- Investimentos do ICMBio no fortalecimento da organização social pode contribuir para robustecer a identidade extrativista.
- Fortalecer os critérios ambientais na avaliação de concessão de crédito do Bamex.



Experiências de Acordos Sociais para a Manejo dos Recursos Naturais

As experiências apresentadas a seguir referem-se a processos de ordenamento do uso e manejo de recursos naturais por meio da construção coletiva de acordos, envolvendo populações extrativistas e moradores das UC estudadas, suas representações, além de técnicos de instituições públicas, organizações não governamentais e instituições de ensino e pesquisa. A mesma pergunta-eixo foi utilizada para guiar a investigação, com adequações à experiência estudada em cada UC.

CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE NORMATIVA PARA A PESCA DA LULA NA RESEX DE ARRAIAL DO CABO (RJ)

Quadro 8 – Proposta da sistematização da experiência na Resex de Arraial do Cabo (RJ).

Objeto:	Objetivo:	Pergunta-eixo:
ordenamento da pesca da lula com beneficiários da Resex de Arraial do Cabo	análise do ordenamento pesqueiro e do seu processo de construção	como o ordenamento da lula vem auxiliando na conservação dos recursos pesqueiros da UC?

Informações sobre a Resex de Arraial do Cabo

A Resex de Arraial do Cabo está localizada em Arraial do Cabo, na Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro. Foi criada por interesse ecológico e social por meio de Decreto Presidencial em 03 de janeiro de 1997. A área da reserva se estende em um cinturão pesqueiro entre a praia de Massambaba, na localidade de Pernambuco, e a praia do Pontal, na divisa com Cabo Frio, com um trecho de mar de três milhas, contemplando uma área de 56.769 hectares de faixa marinha. Seu objetivo é garantir a exploração autosustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados para a pesca artesanal por população extrativista do município de Arraial do Cabo.

Histórico do processo de ordenamento da lula

Em Arraial do Cabo ocorre um dos grandes fenômenos pesqueiros da região dos lagos no Norte Fluminense: a ressurgência marinha¹², que favorece a pesca da lula. Com a criação da reserva extrativista, em 1997, e com uma forte migração sazonal de pescadores para a pesca da lula, surgiram diversas preocupações em relação ao controle tanto dos estoques desse recurso quanto da atividade.

¹² Em Arraial do Cabo, a ressurgência ocorre como resultado da ação dos ventos do quadrante leste/nordeste aliado ao movimento de rotação da terra, que provoca o afastamento das águas quentes da Corrente do Brasil e que descem pela costa do nordeste em direção ao sul. Quando essas águas afastam-se da costa, há uma subida das águas frias da Corrente das Malvinas que correm em sentido contrário ao das águas do corrente do Brasil, ou seja, se deslocam do sul em direção ao nordeste. Este fenômeno arrasta os nutrientes que repousam no fundo até as camadas iluminadas do mar. No fundo, na ausência de luz, esses nutrientes são inertes. No entanto, quando atingem as camadas iluminadas, são utilizados pelas algas microscópicas, através da fotossíntese, e provocam uma “explosão” das microalgas (o fitoplâncton) que são o início da cadeia alimentar marinha.

O Plano de Utilização da Unidade de Conservação, instituído pela Portaria Ibama nº 17-N, de 18 de fevereiro de 1999, com o tempo ficou ultrapassado frente a “transformações significativas no esforço de pesca, na pressão sobre os estoques pesqueiros e mudança das espécies-alvo, nas artes e perfil da pesca, no quantitativo de beneficiários e usuários, bem como nas transformações sócio econômicas e sócio espaciais da região. Além da defasagem temporal do Plano, ele não acompanha a legislação ambiental e pesqueira atual, as novas tecnologias e práticas adotadas nas atividades existentes tampouco as mudanças no mundo da pesca e do crescente turismo na região em que a Resex está inserida” (ICMBio, 2013).

Devido à defasagem do documento e aos conflitos por ela ocasionados, decidiu-se em 2011, por revisar o plano de utilização, atualmente denominado acordo de gestão. Essa decisão orientou a instituição de um grupo de trabalho no conselho deliberativo em dezembro de 2012, responsável por revisar o plano de utilização. O grupo foi formado por lideranças representantes da comunidade de pesca, representantes do turismo náutico, do mergulho recreativo e servidores do ICMBio.

Seguindo as diretrizes institucionais de promover a participação efetiva das comunidades, a equipe da Resex de Arraial do Cabo vislumbrou a necessidade de ampliar a discussão com os pescadores, para além de suas lideranças representadas no conselho deliberativo. Desse modo, todo o processo de construção da normativa foi realizado em duas fases orientadas por metodologias participativas “desenvolvidas por meio de oficinas participativas realizadas em cada praia, com as



Figura 25 - Oficina de diagnóstico participativo com pescadores de lula na Praia Grande - mapa falado. Foto: Rafaela Farias.

comunidades de pescadores, ou grupo focal, com dois objetivos: (a) construção de um diagnóstico participativo; e (b) construção participativa das regras de uso nas praias da Resex” (ICMBio, 2013).

As discussões para a elaboração do novo acordo de gestão da reserva foram realizadas junto aos pescadores das praias dos Anjos, Grande, Figueira, Monte Alto, Caiçara, Sabiá e Pernambuco e, ainda, com grupos focais definidos por suas particularidades, como pesca de lula, pesca de traineiras e mariscagem.

Entre os grupos focais, foi priorizado o da pesca da lula, considerando alguns aspectos como: (i) intensidade de exploração do recurso pesqueiro; (ii) o surgimento de novos métodos e petrechos de pesca; e (iii) a necessidade de atendimento às demandas dos pescadores beneficiários da reserva em busca de solução para diversos conflitos existentes (ICMBio, 2013).

Segundo informações secundárias levantadas nesta sistematização, a pesca da lula nos limites da UC é praticada por pescadores artesanais no período noturno por quatro artes de pesca distintas, denominadas ‘caícos’, ‘pesqueiros’, ‘boca aberta’ e ‘canoas de redinha’, que aludem ao tipo de embarcação e aos modos diferenciados de pesca desenvolvidos. Com relação aos petrechos,

são utilizados redinhas (por canoas pequenas), redinha de armar (por canoas e botes de boca aberta), e linha com o anzol denominado 'zangarejo' (por pescadores de pedra, 'pesqueiros' e botes de boca aberta, caícos). Apenas a arte de pesca das canoas não utiliza equipamento luminoso como atrativo do recurso.

Em função dessa diversidade de grupos e artes de pesca, os conflitos são recorrentes e muitas vezes são levados à gestão da unidade. Dentre as questões conflituosas, os pescadores apontam a intensidade da luminosidade, o tempo de gancho de canoas, a quantidade de caícos, as competições por espaço e recurso e o uso de gerador. Considerando a diversidade de interesses, a gestão da UC acatou a sugestão de realizar encontros com cada grupo de pescadores de lula e levantar as distintas perspectivas.

Quadro 9 – Problemas e conflitos apresentados por pescadores de lula. Fonte: ICMBio, 2013.

'Pesqueiros' e pescadores de pedra	Canoas de redinha	Caícos e boca aberta
<ul style="list-style-type: none"> • Gerador com muita luz; • Caícos não tem regras; • Pescadores de fora em cima dos pesqueiros de lula: turistas; • Caícos chegam ou saem com luz acesa; • Lancha em cima do pesqueiro espantando a lula; • Caícos guardados na frente dos 'pesqueiros'; • Horário das redes: antes eram 2h (de tempo do gancho), hoje fica muito mais tempo. Antes a outra canoa só poderia fazer outro gancho depois de retirar a lula da redinha da canoa anterior; • Pedra do cabo x canoa • redinha – uma canoa no canto, outra na beira da praia; • Pesqueiros são propriedades. Outro não pode, não tem lugar. • 'Cabo de caícos': um caíco amarrado no outro aumenta a claridade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Gerador com muita luz; • Caícos na 'boca' da rede; • Saída dos caícos por dentro das redes; • Caíco fundeado na "praiinha" atrapalha a puxada de rede; • Muito caíco (falta limite); • Gerador com muito barulho ("dá labirintite"); • Acabou a luz da Álcalis na Ponta do Cabeça (ajudava redinha) • Em noite de lua, a lula vem por terra, tem caícos pela beira da praia que não deixa a lula chegar na redinha. 	<ul style="list-style-type: none"> • Bateria é muito pesada; • Claridade é muita; • Não tem ponto de energia; • Traineira não respeita caícos (não são todas as traineiras); Traineiras não tem limites para pescar na beira da praia; • Turistas de fora vem pescar lula: de lancha ou pela praia (bugre, caminhonete); desembarcam pela praia; • Rede de tresmalhos atrapalha a pescaria; • Pescadores sem barraco não tem onde guardar materiais de pesca; • Gente que tem profissão e pega lula, compete o recurso; • Quantidade de caícos: tem muito, sem controle; • Tem muitos caícos. Marcas de local de pescaria (portelinha, boca da vala) gera conflitos.

Na fase de construção do diagnóstico, foram resgatados a história da pesca da lula (pode ser observado abaixo), sua distribuição pelo território e ao longo do ano e os principais problemas e conflitos, registrados conforme apresentado no quadro acima. Segundo registro da equipe da reserva, o mapa produzido revelou a ocupação das diferentes artes de pesca e também as sobreposições dessas entre si e entre outros usos praticados por não pescadores de lula – traineiras, turistas e pescadores de fora.



Figura 26 – Oficina participativa de construção de regras com pescadores de lula na Praia Grande. Foto: Paulo Sérgio Barreto.

Quadro 10 – Linha do Tempo: a memória da pesca da lula (Praia Grande, 03 de novembro de 2012). Fonte: ICMBio, 2013.

	1900	1950	1960	1980	2000	HOJE
MUDANÇAS GERAIS NA PESCA		Surge o lampião	Surgiu rede de nylon (fabricado)		Surge Zangarejo (novo petrecho/anzol) para pesca de lula	Pescarias de lula ocorrem na Praia Grande, Praia dos Anjos, Prainha até o Pontal
					Surge bateria (uso de lâmpadas) e, no final da década, o uso de gerador	
					Começou a variar a potência das lâmpadas	

Quadro 10 – Linha do Tempo: a memória da pesca da lula (Praia Grande, 03 de novembro de 2012).
 Fonte: ICMBio, 2013.

ARTES DE PESCA E SUAS TRANSFORMAÇÕES AO LONGO DO TEMPO	1900	1950	1960
	CANOA PEQUENA DE REDINHA		
	Petrecho e materiais para pesca de lula: redinha. 100 a 120 braças de comprimento; malha 12; material da rede: pita	material da rede: gerbo e pita	rede muda material para nylon
	modo: gancho de redinha; não usa iluminação artificial		
	Em torno de 7 ou 8 canoas empenhadas na prática na Praia Grande. Canoa pequena (de lula) também empenhada na pesca de linha		
PESQUEIROS			
Petrecho e materiais para pesca de lula: puçá e tarrafa, samburá		Surgem/constróem pontes ('pesqueiros') na Ponta do Cabeça/ Praia grande	
Uso de Cambona (iluminação)	Surge lampião a querosene		
Não tinha pontes ('pesqueiros'). Pesca na pedra, direito de vez. Sai um entra outro			

ARTES DE PESCA E SUAS TRANSFORMAÇÕES AO LONGO DO TEMPO	1980	2000	HOJE
			mantém prática, materiais e locais
			Praia Grande sempre foi o foco da lula (não há pesca de lula por canoas em outra localidade)
			Clareza segura a lula no barco; laridade demais atrapalha
	Lampião a gás		

Quadro 10 – Linha do Tempo: a memória da pesca da lula (Praia Grande, 03 de novembro de 2012).
 Fonte: ICMBio, 2013.

ARTES DE PESCA E SUAS TRANSFORMAÇÕES AO LONGO DO TEMPO	1900	1950	1960	1980
	BOTES DE BOCA ABERTA			
	Poucos (2 a 3) botes na Praia dos Anjos	mais botes		
	Petrechos e materiais para pesca de lula: linha e puçá. Linha de algodão e tucum (feitas no fuso). Luminosidade: uso de lampião a querosene	surge redinha de armar, novo petrecho		Luminosidade: uso de Lampião a gás
	Pescavam na Ponta do Focinho, Praia Grande e Ilha dos Franceses			

ARTES DE PESCA E SUAS TRANSFORMAÇÕES AO LONGO DO TEMPO	2000		HOJE
	Uso de Baterias e lâmpadas. (início dos anos 2000)	Apareceu gerador 2008/2009	Quantidade de lâmpadas e calhas variada, sem limites
		começou a variar a potência das lâmpadas	
	CAÍCOS DE LULA		
Petrechos e materiais para pesca de lula: zangarejo e lâmpada com bateria	Passou-se, depois, a usar 2 lâmpadas (uma de cada lado, fora d'água, totalizando 40w). No final da década 2000, ainda com auxílio de baterias, passou-se a usar até 4 lâmpadas, 2 de cada lado, em calhas espelhadas para dobrar claridade	Muita claridade (desordenado). Hoje, só pesca quem consegue investir em muita lâmpada: pescaria desigual	

Na fase de construção das regras, o mapa da reserva foi utilizado para apresentar e validar as informações levantadas no diagnóstico. A partir disso, foi construído uma matriz de problemas e soluções, registrado conforme abaixo.

Quadro 11 – Matriz de problemas e soluções: a construção dos acordos para o ordenamento da pesca da lula.

Problemas e Conflitos	Soluções - construção de regras
<p>MUITA LUZ</p> <p>Cabo de caícos aumenta a claridade</p> <p>Gerador: faz mal à saúde, produz luz e barulho intenso;</p> <p>Bateria: é muito pesada; não tem ponto de energia.</p>	<p>Padronizar a luz: 10W, 60 cada lado;</p> <p>O gerador está permitido até que se instale ponto de energia;</p> <p>Buscar mais informações sobre o conversor.</p>
<p>CAÍCOS NÃO TÊM REGRAS</p> <p>Saída de caícos por dentro das redes;</p> <p>Caícos fundeados na “prainha” atrapalham puxada de rede;</p> <p>Caícos na “boca” da rede;</p> <p>Conflitos com marcas de local de pescaria (Portelinha e Boca da Vala): muitos caícos;</p> <p>Caícos saem ou chegam com luz acesa;</p> <p>Caícos guardados em frente aos pesqueiros;</p> <p>Caícos na beira da praia não deixa a lula entrar na redinha (noite de lua a lula vem por terra);</p> <p>Muito caíco, falta limite.</p>	<p>Caícos não ficarão mais na Portelinha e “boca” da rede;</p> <p>Área de caícos: do Combo Grande para fora (mar aberto);</p> <p>Caícos devem ficar a 10m dos pesqueiros;</p> <p>Quando não tiver canoa pescando, os caícos podem ocupar área em direção à Ponta do Cabeça, tendo como limite a “Barca”;</p> <p>Caícos só podem acender a luz após apoiar;</p> <p>Em relação à proximidade da praia, caícos só podem pescar a partir da Casinha do Pescador na Ponta do Cabeça para fora.</p>
<p>PESCADORES DE FORA E TURISTAS</p> <p>Lanchas em cima dos pesqueiros espanta a lula.</p>	<p>Cadastro de beneficiários e ordenamento do turismo.</p>
<p>NÃO PESCADOR COMPETE PELO RECURSO</p> <p>Lanchas em cima dos pesqueiros espanta a lula.</p>	<p>Cadastro de beneficiários e ordenamento do turismo.</p>
<p>TEMPO DO GANCHO DA REDE</p> <p>Antes duas horas, hoje muito mais tempo. Lula não chega aos “Pesqueiros”.</p>	<p>O cerco só pode durar duas horas. A outra rede pode ser armada após a retirada da lula da puxada anterior.</p>
<p>PEDRA DO CABO X CANOA</p> <p>REDINHA: UMA CANOA NO CANTO E UMA NA BEIRA DA PRAIA.</p>	<p>Organização dos espaços.</p>

Fonte: ICMBio, 2013.

Quadro 11 – Matriz de problemas e soluções: a construção dos acordos para o ordenamento da pesca da lula (continuação).

Problemas e Conflitos	Soluções - construção de regras
<p>PESQUEIROS SÃO PROPRIEDADE</p> <p>Outro pescador não pode, não tem lugar.</p>	<p>Venda de pesqueiro, rampa ou paiol, perde direito de fazer outro;</p> <p>Não poderá a construção de “pesqueiros” novos;</p> <p>Pesqueiros só podem ser repassados para futuras gerações, na mesma família.</p>
<p>TRAINEIRAS NÃO RESPEITAM CAÍCOS</p> <p>Traineiras não têm limites de navegar ou pescar na beira da praia.</p>	<p>Recifes artificiais agarrados nos costões evitam a proximidade da rede da traineira;</p> <p>Manter distância mínima da praia e dos costões rochosos de 600m (para traineiras sem sonar) e 1 milha náutica (para traineiras equipadas com sonar a alador).</p>
<p>AUMENTO EXAGERADO DO Nº DE BARRACOS/PAIÓIS</p> <p>Alguns pescadores não têm local para guarda de materiais de pesca.</p>	<p>Busca de soluções em andamento através de projetos em parceria com o município, estado e entidades representativas da pesca para organização dos espaços na Ponta do Cabeça;</p> <p>Proibir construção de novos paióis.</p>
<p>REDE DE TRESMALHO ATRAPALHA PESCARIA</p>	<p>Fiscalização.</p>

Fonte: ICMBio, 2013.

Segundo a equipe da reserva, as oficinas relativas à temática da lula contaram com ampla mobilização social, sendo registrado a participação de 80 pescadores na última oficina. A equipe atribui a elevada participação ao grande número de pescadores envolvidos e à centralidade do tema para as comunidades pesqueiras locais, assim como ao aumento da credibilidade do ICMBio junto a essas comunidades. O ICMBio aproximou-se do cotidiano e construiu relações de confiança com os pescadores, disseminando informações sobre a gestão da reserva ao mesmo tempo em que ampliava o conhecimento da equipe sobre a realidade local. Nesse sentido, a equipe indica também que houve aumento do envolvimento dos pescadores na gestão da unidade, para além da participação nas oficinas do processo de revisão do acordo de gestão.

O calendário da pesca da lula demandou urgência no estabelecimento de normas e, desse modo, a normatização da lula se descolou do plano de utilização e foi implementada por meio de portaria do órgão gestor. Espera-se que, posteriormente, as regras sejam incorporadas ao plano de utilização/acordo de gestão e que a portaria possa ser revogada



Figura 27 – Oficina participativa de construção de regras da pesca da lula. Foto: Paulo Sérgio Barreto.

Quadro 12 – Linha do tempo na Resex de Arraial do Cabo e o processo de construção da normativa da lula.

Eventos na Resex de Arraial do Cabo								ICMBio sede
1997	Criação da unidade							
1999	Plano de Utilização							
2010	Homologação do conselho							
2010	CCDRU							
	2011 decisão de revisar o plano de utilização							
2012	GT para revisar o plano de utilização							
	21/11/2013 aprovação minuta do regramento da lula no GT							
	Dez/2013 Encaminhado pelo conselho deliberativo para aprovação							
								29/01/2014 Publicação da IN da lula.

Organização social na gestão da Resex de Arraial do Cabo

Em Arraial do Cabo, há uma profusão de organizações sociais. Entre essas, destacam-se a Associação da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo (Aremac), a Colônia de Pescadores Z-5, a Associação Comercial, Industrial e Pesqueira de Arraial do Cabo (Acipac), a Associação de Turismo de Arraial do Cabo (Atac) e a Associação de Operadores de Mergulho de Arraial do Cabo (Ama). Além dessas, existem lideranças diversas que se organizam para representar grupos específicos, como pescadores que usam caícos e canoas, grupos que se formam por praias e pescadores que realizam caça de mergulho. Cada grupo encontra-se em processo de organização de suas instituições e, dessa forma, ocupam espaço no conselho gestor da UC.

Quadro 13 – Exemplos de denominações de embarcações e petrechos usados na Resex de Arraial do Cabo.



Puçá: tipo de peneira utilizada para captura de lula e em algumas modalidades de pesca para auxiliar na captura de peixes. Possui formato de coador. Foto: Luiz Sérgio.



Bote boca aberta: este tipo de embarcação caracterizada por possuir a proa ("boca") mais larga, é muito utilizada para a pesca de peixes diversos utilizando linha de mão ou mergulho profissional, sendo adaptada na pesca de lula através do uso de redinhas de armar ou de linha de mão com zangarejo, sempre com uso de atrativo luminoso para captura de lula. O porte dos botes da Resex possui em média 11 metros de comprimento e 3,5 de largura. Foto: Rafaela Farias.



Traineira: é um pequeno barco de pesca, com a popa (parte traseira) reta para facilitar o lançamento das redes de captura de peixes através do cerco. (a traineira não pesca lula. se dispor sobre a traineira, acho necessário dispor sobre a canoa). Foto: Rafaela Farias.

Quadro 13 – Exemplos de denominações de embarcações e petrechos usados na Resex de Arraial do Cabo (continuação).



Zangarejo ou zangareio: ferramenta usada para a pesca de lula com quatro anzóis juntos. Foto: Rafaela Farias.



Lula/Pesqueiro de pedra: a pesca de lula também é praticada nos costões rochosos da Resex nos pesqueiros em madeira (similares a pequenos trapiches), através do uso de linha de mão com zangarejos e puçás. Foto: Rafaela Farias.



Caíco: pequeno bote de duas proas e de fundo chato. Utilizado na pesca de linha de mão para captura de peixes diversos e de lula com o uso do zangarejo e de atrativo luminoso. Foto: Rafaela Farias.

Com relação à Aremac, sua formação derivou do movimento de criação da unidade para administrar e representar a reserva em diversos campos de ação. Naquele momento, o discurso de empoderamento local ganhou força e expressão na voz dos beneficiários da UC, que vinham sendo pressionados especialmente pela pesca industrial e pela especulação imobiliária em virtude do crescimento da cidade.

Como a Aremac foi criada antes da instituição da lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC), a associação assumiu diversas funções no âmbito da gestão da reserva extrativista como resposta à expectativa geral, inclusive governamental, de protagonismo das organizações sociais na gestão das reservas.

No entanto, no ano de 2000, a instituição da lei do SNUC reconheceu a reserva extrativista como categoria de unidade de conservação da natureza e estabeleceu o papel do governo em sua gestão, criando, entre outros instrumentos, a figura do gestor e do conselho deliberativo. Entre os instrumentos da categoria, está também o Contrato de Concessão Real de Uso (CCDRU), a ser assinado entre o representante dos beneficiários da reserva e o ICMBio, órgão público responsável pela gestão das UC federais. Na Resex de Arraial do Cabo, o CCDRU foi assinado em 2010.

Ao longo desse histórico de atuação, tensões diversas foram criadas na relação entre Aremac e ICMBio com relação à gestão da reserva. Com o passar do tempo, o governo federal foi direcionando recursos e funcionários para tentar atender as demandas da unidade de conservação. Desse modo, o ICMBio, mesmo com um quadro de funcionários reduzido, foi sendo capaz de assumir demandas administrativas, como o cadastro dos barcos de pesca e turismo, cadastro de

beneficiários e construção de portarias específicas, como a da lula. Criou, assim, uma identidade institucional voltada para a conservação e o uso sustentável e seu empoderamento é fortemente notado na região, conforme a percepção dos envolvidos nessa sistematização.

Infelizmente, esse empoderamento foi incorporado como elemento conflituoso na relação com a diretoria da Aremac. O fortalecimento de uma instituição foi entendido como o enfraquecimento da outra. Essa percepção é compartilhada entre os diretores da Aremac e a equipe gestora do ICM-Bio. E como resultado está em andamento a estruturação de uma linha de ação da reserva visando promover a negociação e a mediação no sentido de reequilibrar esta situação.

Organização social para produção e sua sustentabilidade

Em Arraial do Cabo a produção pesqueira está envolvida em conflitos diversos. O fomento do turismo náutico causou impactos à atividade, mas os próprios pescadores, sobretudo os das traíneras e da pesca industrial, são igualmente acusados de serem causadores de impactos negativos sobre os recursos pesqueiros da região.

Com uma costa beneficiada pela ressurgência marinha, Arraial do Cabo possui uma capacidade produtiva imensa, fator que tradicionalmente atrai pescadores de regiões vizinhas. Porém, com a instituição da reserva, os pescadores da região dos lagos, não beneficiários da unidade de conservação, foram proibidos de pescar dentro do limite de três milhas náuticas da UC.

Entretanto, deve-se salientar que em Arraial do Cabo, fora o esforço de indivíduos, de pequenos empresários e concessionárias de turismo, não existe nenhuma estrutura organizada de produção pesqueira. As associações, a colônia e a Aremac são instituições que se voltam à representação política. Na região há apenas uma entidade que pretende dedicar-se à organização da produção da lula e à restauração da vegetação da restinga: a Cooperativa das Mulheres Nativas, que, todavia, encontra-se em processo de formalização e ainda não possui sede e equipamentos para a produção.

Os pescadores, junto ao ICMBio, conseguiram criar um instrumento de ordenamento da pesca da lula: uma portaria que determina regras e exigências para a pesca de acordo com as artes adotadas. Porém, como todo instrumento burocrático, carece de empenho dos envolvidos para tornar-se um elemento fortalecedor das relações de produção e reprodução cultural.

Estruturação e estabilidade econômica

O fenômeno da lula em Arraial do Cabo merece ser estudado do ponto de vista biológico e socioeconômico, pois no período de pesca, que vai de novembro a março, a cidade se volta para



Figura 28 – Pesca de canoa na Praia do Pontal. Foto: Paulo Sergio Barreto.



Figura 29 – Família de marisqueiros da Prainha em atividade de limpeza de mexilhão Foto: Rafaela Farias.

a pesca da lula. Os depoimentos da colônia, Aremac, ICMBio e pescadores corroboram a ideia de que toda a cidade se volta para a captura da lula de modo a potencializar os seus ganhos financeiros na alta estação de pesca, pois com o fim da temporada da lula os recursos tornam-se escassos e as dificuldades para se sustentar por meio da pesca aumentam consideravelmente.

Não era foco desta sistematização coletar informações sobre quantidades e valores comercializados na pesca da lula. Desse modo, não se pode fazer afirmações sobre a estabilidade econômica da atividade pesqueira.

Entretanto, os relatos apontam que existem dificuldades e há migração da força de trabalho da pesca para atividades turísticas, industriais e para o crescente setor de serviços que absorve a mão de obra local em determinadas épocas do ano, sobretudo no verão.

A importância econômica da pesca da lula na região demanda estatísticas pesqueiras, monitoramento das vendas e estudo da cadeia produtiva como um todo. De fato, cabe um estudo que acompanhe a vida dos pescadores ao longo de pelo menos dois anos para se levantar o impacto financeiro real da lula e como esse ganho auxilia os sujeitos envolvidos na captura/pesca a se manterem economicamente em momentos de escassez.

Capacidade de influência institucional

O ICMBio vem ampliando a sua capacidade de influenciar as atividades da UC a partir do fortalecimento institucional para o controle do território via cadastros, normativas e portarias. Sendo esse o primeiro ano de implementação da portaria da lula, ainda é cedo para medir sua efetividade. O que se pode apontar é que os resultados da participação na construção da portaria, trabalho bem construído e conduzido, passam por um processo de consolidação e necessitam da atenção da gestão da UC. É necessário encontrar pontos de diálogo e discussão, a fim de alinhar diretrizes para a ação, pois um plano de ordenamento deve ser uma prática internalizada e implementada cotidianamente entre todos os beneficiários da reserva extrativista.

Conservação da biodiversidade e sustentabilidade ambiental

O ICMBio tem na conservação da biodiversidade sua missão institucional que se traduz na prática funcional e institucional, enquanto as demais entidades da reserva estão voltadas primordialmente para a viabilização da capacidade produtiva local e para formas de reestabelecer um equilíbrio econômico de suas bases.

Em função do pouco tempo de operacionalização da portaria da lula, ainda é impossível verificar alterações ou impactos na conservação da biodiversidade. A equipe gestora pondera que:

“Apesar da reflexão sobre a sustentabilidade da pesca ter sido estimulada nos diversos debates durante as oficinas de construção da normativa, é necessário pesquisas que enfoquem a capacidade de suporte dos estoques de lula, produza conhecimentos para melhor entendimento tanto dos aspectos biológicos da espécie quanto dos aspectos socioeconômicos e culturais desta pescaria, de forma a enriquecer as discussões e proporcionar complemento do subsídio técnico para o processo de tomada de decisão junto aos pescadores, já com vistas ao plano de manejo da Resex marinha” (Rafaela C. Rodeiro de Farias, Analista Ambiental da Resex de Arraial do Cabo).

Um dos caminhos é o fortalecimento do conselho deliberativo e dos processos de diálogo entre os diferentes atores envolvidos na gestão da Resex de Arraial do Cabo para construir, aprofundar e internalizar modos operantes entre as diversas atividades da região baseados no respeito à produção, à conservação e aos sujeitos sociais de acordo com suas práticas e costumes culturais.

O fortalecimento de parcerias, sobretudo com o fim de conservar o meio ambiente e oferecer alternativas produtivas para a região, é um caminho possível. A parceria com a Cooperativa Mulheres Nativas, moderada por um sociólogo¹³, apesar de ser incipiente, tem um grande potencial e pode ser uma porta de entrada para o diálogo com a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj) e demais pesquisadores que vêm buscando compreender o fenômeno da lula, do meio ambiente marinho e da restinga em Arraial do Cabo. Dessa relação pode surgir a linha principal para as discussões sobre meio ambiente, conservação e produção sustentável.



Figura 30 – Pescadores de canoa lançando o cerco na Prainha.
Foto: Rafaela Farias.

Perspectivas: parceria para compreender o fenômeno da lula

As parcerias para a compreensão do fenômeno da lula são organizadas pela Fiperj. Os estudos são orientados por uma pesquisadora estadunidense e, em menor proporção, por alunos e pesquisadores da UFRJ.

Mesmo com o empenho dos estudos financiados por essa fundação, o fenômeno da lula em Arraial do Cabo necessita de uma maior sistematização e análise para subsidiar a elaboração de uma política de uso sustentável a ser implementada na região. No momento, o interesse do estudo está centrado em técnicas de captura, tratamento e armazenamento para a comercialização regulamentada por selos de qualidade, a fim de oferecer o produto ao delicado mercado de restaurantes especializados que fornecerão a alimentação aos atletas olímpicos em 2016 no Rio de Janeiro.

¹³ Paulo Sergio, pesquisador autônomo e voluntário no ICMBio.

Existe interesse por parte do ICMBio em se implementar estudos orientados para um possível manejo da lula na UC, faltando-lhe apenas, para essa implementação, recursos financeiros e humanos. Entretanto, iniciar um política de aproximação com a Fiperj e universidades que pesquisam o fenômeno da ressurgência e a aparição da lula nesse período pode ser uma alternativa viável. Para tanto, a parceria com a Cooperativa das Mulheres Nativas pode ser um caminho para estudos preliminares visando o aprofundamento sobre o ciclo da lula, pois trata-se de um grupo social organizado que reconhece no ICMBio um parceiro real.

Dessa forma, iniciar projetos que possam viabilizar novos campos e frentes produtivas, apoiando uma ação focal, poderia ser uma forma de construir relações positivas e agregar massa crítica para um trabalho de conservação e monitoramento dentro da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo.

Resultados, aprendizados e recomendações

Quadro 14 – Síntese dos resultados, aprendizados e recomendações da Resex de Arraial do Cabo.

Organização social na gestão da UC	
Resultados de processo	Aprendizado
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do envolvimento e participação dos pescadores nas temáticas da gestão da reserva. • Mobilização das bases para a construção coletiva de normativas de uso e manejo de recursos. 	Com o investimento em participação de base é possível desenvolver processos democráticos e bem-sucedidos com início, meio e fim.
Resultados finalísticos	
Instrução Normativa da Lula.	

Recomendações:

- Investir em mediação de conflito e na atualização do plano de utilização como instrumento mediador de boas práticas.
- Buscar parcerias com instituições de pesquisa para ampliar o conhecimento ambiental e socioeconômico sobre o fenômeno de lula, visando subsidiar o ordenamento da pesca na unidade de conservação.

Quadro 14 – Síntese dos resultados, aprendizados e recomendações da Resex de Arraial do Cabo (continuação).

Organização social para produção	
Resultados	Aprendizados
Organização da Cooperativa de Mulheres Nativas.	Conflitos internos nas organizações sociais fragilizam a atuação e reduzem as possibilidades de êxito de iniciativas produtivas.

Recomendações:

- Apoiar ações inovadoras como a Cooperativa das Mulheres Nativas, mas sem gerar favorecimento de grupo.
- Organizar a produção para ampliar o monitoramento e aprofundar o conhecimento sobre o ciclo da lula (Colônia Z-5).
- Com a produção organizada, as invasões de área e os conflitos poderão diminuir; cabe ao ICM-Bio auxiliar no surgimento de instituições sociais produtivas na reserva extrativista (Apescac).

Estruturação e sustentabilidade econômica

Recomendações: estruturar as instituições da reserva para a produção por meio de cooperativas (Cooperativa de Mulheres Nativas).

Capacidade de influência institucional

Resultado	Aprendizado
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento da atuação institucional pelos pescadores. • Ampliação do conhecimento do ICMBio sobre o uso dos recursos na UC. 	A ausência do órgão gestor cria espaços para atuação de terceiros e a retomada do cumprimento das atribuições institucionais gera conflitos e demanda investimento excessivo de tempo e pessoal.

Recomendações:

O ICMBio deve ser articulador das ações que ocorrem na reserva. Deve ampliar as linhas e espaços de diálogos com as demais instituições da reserva para que elas possam auxiliar na implementação de portarias e acordos de utilização (de Aremac).

Quadro 14 – Síntese dos resultados, aprendizados e recomendações da Resex de Arraial do Cabo (continuação).

Conservação da biodiversidade e sustentabilidade ambiental	
Resultado	Aprendizado
	<p><i>“Apesar da reflexão sobre a sustentabilidade da pesca ter sido estimulada nos diversos debates durante as oficinas de construção da normativa, é necessário pesquisas que enfoquem a capacidade de suporte dos estoques de lula, produza conhecimentos para melhor entendimento tanto dos aspectos biológicos da espécie quanto dos aspectos socioeconômicos e culturais desta pescaria, de forma a enriquecer as discussões e proporcionar complemento do subsídio técnico para o processo de tomada de decisão junto aos pescadores, já com vistas ao plano de manejo da Resex marinha” (Rafaela C. Rodeiro de Farias, analista ambiental da Resex de Arraial do Cabo</i></p>

Recomendações:

- Elaborar o plano de manejo.
- Realizar parcerias para ampliar as pesquisas que enfoquem a capacidade de suporte da pescaria da lula.



Foto: Rafaela Farias



MANEJO DA BARRA DA LAGOA DE IBIRAQUERA NA APA DA BALEIA FRANCA (SC)

Quadro 15 – Proposta de sistematização da experiência na APA da Baleia Franca.

Objeto:	Objetivo:	Pergunta-eixo:
o manejo da abertura da barra da lagoa, pelo comitê de gestão local, a partir do processo de negociação de critérios em 2010 até o presente momento.	compreender os contextos e fatores que favoreceram e/ou dificultaram o processo de negociação sobre os critérios de abertura da barra da lagoa. A partir desses critérios, refletir sobre os cinco anos dessa experiência e entender se esse processo dialoga ou não com a participação social na gestão da UC e com a conservação da biodiversidade na APA da Baleia Franca.	como ocorreu o processo de negociação e o decorrente manejo da abertura da barra da lagoa e como essas atividades influenciam ou não a participação social na gestão da APA da Baleia Franca e na conservação de sua biodiversidade?

Informações sobre a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (SC)

A Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF) localiza-se no litoral do sul de Santa Catarina e foi criada por decreto federal em 14 de setembro de 2000. Com uma área de 156 mil hectares, 130 km de costa marítima, abrange nove municípios, desde o sul da ilha de Santa Catarina até o Balneário Rincão, no litoral sul do Estado.

As finalidades da APA da Baleia Franca são proteger, em águas brasileiras, a baleia franca austral (*Eubalaena australis*), ordenar e garantir o uso racional dos recursos naturais da região, ordenar a ocupação e utilização do solo e das águas, ordenar o uso turístico e recreativo, as atividades de pesquisa e o tráfego local de embarcações e aeronaves.

Em sua rota migratória reprodutiva, a baleia franca passa pela região entre os meses de junho e novembro. As riquezas naturais protegidas pela APA vão além da baleia franca e incluem outras espécies de animais e vegetais nativos, promontórios, costões rochosos, praias, ilhas, lagoas, banhados, marismas, áreas de restinga, dunas, além de sítios arqueológicos, como os sambaquis e as oficinas líticas.

Histórico da negociação para o Manejo da Barra da Lagoa de Ibiraquera/Imbituba¹⁴

A (APABF) localiza-se na região litorânea centro-sul do Estado de Santa Catarina e abrange nove municípios: Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba, Laguna, Jaguaruna, Tubarão e Balneário Rincão, este último recentemente emancipado do município de Içara. Con-

¹⁴Fonte: ICMBio. Informação Técnica nº 06/2010 – APA da Baleia Franca.

figura-se como uma área de proteção basicamente marinha. No entanto, o seu espaço terrestre envolve praias, costões, dunas, lagoas, banhados e matas remanescentes.

As lagoas estão inclusas na área da unidade de conservação em partes ou no seu todo e, no caso da lagoa de Ibiraquera, apenas pequena parte da área da barra da lagoa pertence à APA. No entanto, é inegável o valor ecológico e cultural que a lagoa possui, por se configurar em área de reprodução e abrigo de uma diversidade de espécies aquáticas, grande parte delas com valor comercial, tais como o camarão, o siri e várias espécies de peixes, como a tainha, que garante a reprodução social e a sobrevivência de um grande número de pescadores artesanais da região.

O manejo de abertura da barra da lagoa de Ibiraquera¹⁵ ao mar faz parte da tradição dos pescadores artesanais, desde que ali se instalaram e passaram a sobreviver da pesca, antes dos anos 1960 (SEIXAS & BERKES, 2005). Tal manejo era exercido sob a coordenação das lideranças pesqueiras com tradição e conhecimento local.



Figura 31 – Vista aérea da Barra de Ibiraquera. Foto: Miguel von Behr.

A expansão urbana do município de Imbituba, somada às demandas do setor de turismo, trouxe várias alterações ao ecossistema e ao modo de vida da população tradicional ali instalada. Atualmente é grande o número de moradias, fixas e de veranistas, pousadas, estradas e vias públicas ao redor de todo o

complexo lagunar. Em vista disso, nos períodos de alta pluviosidade, quando ocorria elevação do lençol freático e aumento do nível de água da lagoa, as pessoas se sentiam ameaçadas e buscavam apoio junto à Prefeitura Municipal de Imbituba (PMI), solicitando a abertura da barra da lagoa para o seu rápido vazamento.

Nos últimos anos a abertura da barra, portanto, vinha sendo realizada pela PMI, ora por solicitação dos pescadores, ora por solicitação de moradores, veranistas, pousadeiros e outros, com a ocorrência, porém, de conflitos entre os vários setores, que divergem sobre a melhor época e os procedimentos para abri-la. Os pescadores queriam a barra aberta nos períodos de entrada de larvas de camarão, em setembro, e de cardumes de tainhas e outros peixes em maio, e dessa forma garantir suas atividades de pesca na lagoa. Os veranistas e alguns empresários do setor de turismo e parcela dos moradores exigiam que as aberturas fossem feitas nos períodos de chuvas intensas, para evitar alagamentos e garantir o bom funcionamento das fossas das casas. O setor de turismo possui diferentes posições, muitos pousadeiros e donos de restaurantes defendem a barra aberta no verão, pois acreditam que dessa forma ela funciona como atrativo turístico e, além disso, querem evitar o trânsito de veículos pela barra, assim como os altos índices de coliformes fecais que normalmente

¹⁵ A abertura da barra da lagoa de Ibiraquera tem grande importância para as comunidades que vivem no seu entorno, pois garante a renovação das águas da lagoa e a entrada de peixes e larvas de camarão, cuja pesca é uma das atividades econômicas da população da região.

ocorrem quando a barra da lagoa está fechada e há grande movimento de veranistas. Já os esportistas náuticos, setor que normalmente não era consultado, sempre era surpreendido e obrigado a se adequar para acessar o local com seus equipamentos, acontecendo inclusive de aberturas ocorrerem em período de campeonatos esportivos na praia adjacente à barra da lagoa, afetando diretamente a sua organização.

Tendo em vista essa situação e considerando que a APA é uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável dos recursos (SNUC, Lei nº 9.985/2000) e que a barra da lagoa de Ibiraquera está dentro dos seus limites, o município passou a consultar a gestão da APA para que autorizasse a abertura da barra sempre que isso fosse solicitado. A PMI foi informada que as intervenções ali devem considerar critérios ambientais como parte do processo de autorização e que, além disso, tratava-se de um caso emblemático em que a gestão ambiental deveria agir como mediadora do conflito socioambiental que se configurava.

No final do ano de 2009, a APABF convidou a PMI para juntos organizarem e executarem um processo de construção participativa de critérios para definir a melhor época e os procedimentos de abertura da barra da lagoa de Ibiraquera, tendo em vista os variados interesses envolvidos e as responsabilidades de ambos os poderes públicos, municipal e federal, diante desse assunto. Foi, então, formado um grupo de trabalho interinstitucional (GTI), composto por técnicos da APABF e da PMI para conceber, organizar e implementar esse processo.

O Processo de construção dos critérios

O processo de construção dos critérios previu quatro etapas. A etapa 1 envolveu o GTI para planejar e organizar o processo e ocorreu entre os meses de dezembro de 2009 e janeiro de 2010. Nesse período, o grupo fez uma profunda revisão, tanto da legislação quanto dos estudos realizados e publicados que envolviam o assunto.

A etapa 2 consistiu na realização de oficinas com os diversos setores envolvidos em datas, horários e locais específicos para cada setor. O GTI considerou que, em um primeiro momento, era necessário ouvir as diversas opiniões sobre a abertura da barra da lagoa com os atores sociais em separado, dando a eles maior espaço e tranquilidade para expor sua opinião sem a intervenção dos atores com posições divergentes.

Abaixo, algumas falas e reflexões sobre a importância da lagoa pinçadas das oficinas setoriais:

- Moradores: “os moradores se criaram dentro da lagoa; se não tiver um órgão para cuidar dela, daqui a cinco anos ela vai acabar”; “nossa vida é a lagoa”; “se a lagoa tiver poluída, não vai ter mais turismo, pesca, esporte, lazer, renda familiar, saúde”.

- Esportistas: “todos devem lutar pelo melhor para a lagoa”.

- Setor de turismo: “os turistas se manifestam sobre a qualidade ambiental (da lagoa) e sobre o que a pousada está fazendo a favor disso”.

- Pescadores: “a lagoa é nossa mãe”; “a lagoa criou meu pai, me criou e agora está criando meu filho”.

A partir disso, o GTI sistematizou as sugestões de critérios e procedimentos para a abertura da barra da lagoa construídos nas oficinas setoriais, que apontaram para uma grande

conjugação de interesses dos participantes e uma preocupação comum pelas condições ambientais da lagoa:

- para ser aberta, a lagoa deve possuir volume ou peso de água tal, de maneira a formar um canal profundo, possibilitando maior troca de cardumes e invertebrados com o mar e minimizando os impactos de possíveis assoreamentos na lagoa;

- os períodos de entrada de espécies com valor para a sustentabilidade da pesca artesanal devem ser considerados;

- as condições de “quadra de mar” (ventos e maré) são determinantes para definir uma abertura de barra duradoura e evitar assoreamentos; porém, essas condições não são previsíveis com grande antecedência;

- a saúde pública fica ameaçada quando o nível da lagoa sobe acima de determinado nível e as estruturas sanitárias dos domicílios e pousadas param de funcionar;

- devem ser considerados o saber técnico, o saber dos pescadores e a segurança dos banhistas.

Com base nesses resultados, se passou para a etapa 3 do processo, a qual foi denominada de “mesa de negociação social”. A “mesa” foi composta pelos 16 representantes (quatro de cada setor: moradores, pesca, turismo e esporte) eleitos nas oficinas da etapa 2. Também se contou com a presença, como observadoras, das instituições governamentais e não governamentais com atividades e/ou interesses na lagoa e praia de Ibraquera. Abaixo seguem os critérios para abertura da Barra construídos nessa etapa:

Critério I – Volume de água, presença de cardumes e/ou larvas e quadra de mar. Quando a água atinge a cota A, os setores organizados passam a dialogar internamente e entre eles, dando-se maior atenção ao monitoramento dos indicadores; (i) quando o nível da água atingir a cota A da régua afixada no ponto X; (ii) quando houver presença ou possibilidade de cardumes de peixes ou larvas de camarão, na região de influência da lagoa; e (iii) quando as condições de maré e vento sejam propícias, de acordo com o parecer dos pescadores.

Critério II – Quando o nível de água atingir a cota B, maior que a cota A, o comitê se reunirá extraordinariamente e decidirá sobre a abertura emergencial. Os procedimentos de abertura da barra da lagoa de Ibraquera serão administrados por um comitê gestor, constituído por um representante de cada grupo social, sendo:

- 1 do esporte: Associação de Surfistas de Imbituba (ASI);
- 1 do turismo: Associação Empresarial de Imbituba (ACIM);
- 1 dos moradores: Fórum Agenda 21 Ibraquera;
- 3 representantes da PMI: Sedurb, SEAP, SDR/Norte;
- 3 representantes da APABF;
- 1 representante da Câmara de Vereadores: Comissão de Agricultura e Pesca;
- 3 pescadores com comprovada tradição de pesca na lagoa e experiência na abertura da barra: Mario Cesar de Carvalho (Cesinhá), Manuel Marques (Neca) e Lédio da Silveira.

Concluída a etapa de negociação social, se passou à etapa 4, de institucionalização dos critérios e procedimentos acordados. A equipe técnica da APA da Baleia Franca reuniu a Câmara Técnica da Pesca de seu conselho gestor e submeteu todo o processo e o produto final a seus integrantes, que concordaram em levar à plenária do conselho uma proposta de recomendação. Seguindo todos os ritos previstos no regimento interno do conselho, na plenária do dia 16 de Abril de 2010 foi aprovada a Recomendação nº 01/2010¹⁶.

Organização social na gestão da APA da Baleia Franca

De modo geral, os entrevistados sentem-se representados no manejo da barra da lagoa e na gestão da unidade por meio, respectivamente do comitê e do conselho gestor da APA. A maioria reconhece os benefícios e melhorias para os diferentes setores envolvidos, como demonstra a fala de um representante dos pescadores:

“Estávamos sendo lesados pelo turismo desorganizado, que prejudica os berçários, mata as larvas que vem do mar. Com o acordo atual, tá melhor para a pesca e para o turismo porque tem camarão para todos” (Anastácio Silveira, liderança da pesca tradicional).

Outro fato é que os entrevistados identificam o comitê de gestão e o Conselho Gestor da APA da Baleia Franca como importantes instrumentos de gestão participativa da unidade de conservação. Em contraponto, mesmo reconhecendo o apoio da equipe da UC para viabilizar uma participação de qualidade, um representante histórico dos pescadores revelou que sente um certo incômodo na sua participação no conselho gestor, pois percebe que ainda há mais espaço para conhecimento formal em detrimento do saber tradicional.

“Quanto à participação na APA, fui conselheiro, mas não me sentia muito bem e saí porque achei que não havia favorecimento para os pescadores. Era preciso muita briga para sermos vistos. Como não tenho estudo, não me sentia bem. Os da caneta falavam mais. Eu ia empurrado pela Enize e pela Dete” Anastácio Silveira, liderança da pesca (tradicional).

Organização social para o manejo da barra da lagoa de Ibiraquera

Quando as condições da lagoa se aproximam dos critérios acordados e há necessidade de abertura da barra, os representantes dos setores da pesca, esporte, turismo e dos moradores consultam e discutem com suas bases. Então, o comitê gestor se reúne e, considerando os conhecimentos e experiências sobre os ventos, as marés e as correntes marítimas, assim como as questões de segurança dos frequentadores do local, decidem sobre o melhor dia, horário e procedimentos para abrir a barra.

O setor governamental, formado pela APABF e prefeitura municipal, assumiram a responsabilidade e organizaram juntos o processo de negociação social, como também o funcionamento do Comitê Gestor. Nos últimos anos, o Laboratório de Ciências Marinhas da Unisul foi convidado pela APABF para fazer o acompanhamento e monitoramento dos impactos da abertura da barra da lagoa da Ibiraquera.

Todos os entrevistados concordam que o manejo da barra da lagoa influencia a autonomia das partes envolvidas, estimula a conscientização e facilita a comunicação entre

¹⁶ Fonte: ICMBio. Informação Técnica nº 06/2010 – APA da Baleia Franca.

os segmentos por meio da manifestação e negociação dos diferentes interesses. Foi apontado, também, que há compartilhamento de responsabilidades no desenvolvimento de tarefas, como pesquisa e divulgação, assim como no empréstimo de máquinas e equipamentos de sinalização, durante as aberturas da barra.

Um líder dos pescadores artesanais revela que todos concordam que houve um avanço grande, mas reconhece também que ainda existem aspectos que precisam ser melhorados no manejo participativo, como por exemplo a questão da representatividade de participação da classe de pescadores. Nesse sentido, ressalta a importância da participação dos pescadores ter peso maior para garantir seus direitos e evitar conflitos e tensões.

Outra questão, é que a liderança histórica de pesca reconhece a importância da participação da classe em todas as instâncias e, ainda, que houve um crescimento na taxa de filhos de pescadores com ensino universitário, propiciando uma melhor qualificação no processo de participação.

“Quando colocaram que a APA viria eu deveria ter participado mais, ainda não tinha a Aspeci¹⁷. Hoje, após onze anos de associação, temos a casa cheia e só com um aviso todos vem. Os filhos estudaram e netos também, ninguém é empregado, todos se sustentam e trabalham por conta própria. São médicos, advogados...” (Anastácio Silveira, liderança tradicional de pesca).

O planejamento da iniciativa de manejo da abertura da barra

Conforme mencionado, inicialmente APABF e prefeitura municipal se reuniram e planejaram um processo de negociação junto aos diversos setores envolvidos. Para embasar o processo, um diagnóstico foi realizado e foram levantadas informações secundárias, incluindo os estudos realizados para a criação da reserva¹⁸ e de outras experiências no Parque Nacional de Jurubatiba (RJ) e em Portugal. Esse esforço foi complementado com levantamentos sobre a base legal.

Os demais setores entrevistados ressaltaram que o processo de negociação se deu por meio de diversas reuniões em cada setor; entretanto, não identificaram o devido empenho na realização de estudos prévios para o manejo da barra pelas instituições que lideraram a iniciativa. Aponta-se que o planejamento inicial foi focado nos atores sociais e segmentos organizados, excluindo, em um primeiro momento, a comunidade científica¹⁹, que se envolveu posteriormente.

“A iniciativa foi planejada pelos órgãos gestores que convidaram os segmentos para participarem das discussões e auxiliar na construção da gestão, porém não temos conhecimento de que foram feitos estudos de viabilidade econômica e ambiental, uma vez que não houve a participação ativa e integral dos técnicos ambientais e econômicos.” (Lingue Waker, Ivan T. Santos Enno Leale e Paulo Sefton, representantes do setor de esporte e turismo).

¹⁷ Associação dos Pescadores da Ibiraquera.

¹⁸ Processo ainda em curso no ICMBio, visando a criação de uma reserva extrativista envolvendo áreas das lagoas de Ibiraquera e de Garopaba, além de áreas marinhas situadas entre os municípios de Imbituba e Garopaba (SC).

¹⁹ O órgão gestor esclareceu que a comunidade científica foi convidada, mas não participou. No caso do curso de Oceanografia da UFSC, deduziu-se que o motivo da ausência deveu-se ao período de férias dezembro/09 e março/10. Posteriormente, o convite foi reiterado, pela Coordenação Regional do ICMBio ao professor Jarbas Bonetti, da UFSC, para realizar acompanhamento e pesquisas. Nessa ocasião, a UFSC manifestou que não havia recursos disponíveis e que, por isso, necessitava que o ICMBio financiasse as atividades.

Também se observa entre os atores envolvidos, o reconhecimento que o início do trabalho exigiu cuidados no sentido de aparar arestas e construir confiança entre os diferentes setores, o que foi feito gradativamente.

A maioria dos entrevistados aponta que a comunidade de pescadores conferiu prestígio e confiança à iniciativa em sua fase inicial, por seu envolvimento direto e sua competência advinda das atividades de subsistência e manejo histórico.

Em contraponto, observa-se que a relevância proporcionada pela APABF aos pescadores de notório saber ainda é questionada, principalmente pelos setores do turismo e esporte,

uma vez que existem dúvidas quanto a real representação de toda a classe de pescadores e consequentemente do conhecimento histórico. Entretanto, mesmo com essa crítica, os pescadores, a APABF e a prefeitura são assinalados como setores que proporcionaram credibilidade ao processo.



Figura 32 - Costão rochoso com bromélias, APA da Baleia Franca
Foto: Leonardo Milano.

“APABF trouxe confiança aos setores sobre a conservação ambiental e a prefeitura trouxe confiança aos pescadores que resistiram a gestão da APABF.” (Hemerson Mafra e Evaldo de Souza, representantes da Prefeitura Municipal de Ibraquera).

Gestão da iniciativa de manejo da abertura da barra da lagoa

O principal investimento para alavancar a iniciativa, por parte da prefeitura e APABF foi o apoio institucional por meio de equipe técnica, máquinas e mão de obra. Nesse sentido, cada instituição é responsável pelo gerenciamento de seus recursos. O setor da pesca contribuiu com recursos humanos voluntários.

Os investimentos estruturais, como o muro de contenção e o marco altimétrico, assim como recursos humanos são identificados pelos setores do esporte e turismo como advindos da prefeitura e comunidade.

Com relação à logística do processo de abertura da barra, os entrevistados relatam que seu início se dá com a convocação dos membros do comitê, a partir do momento que os critérios que normatizam a abertura da barra são atingidos, conforme relataram os entrevistados. As tarefas são distribuídas e assumidas pelos membros do comitê gestor. Entretanto, o representante do setor de esporte e turismo insiste na necessidade de acompanhamento técnico-científico para respaldar a atividade.

Todos os entrevistados relataram que são realizadas reuniões de avaliação e monitoramento para a adoção de melhorias após cada abertura da barra. Essas avaliações são realizadas por todos

os setores representados no comitê, sendo o ponto de vista de cada um registrado na memória da reunião. Os setores de esporte e turismo consideram as avaliações demasiadamente informais e superficiais, apesar de reconhecerem que elas contribuíram de alguma forma para alterações no processo.

Há unanimidade entre os entrevistados em apontar como principal desafio da iniciativa de manejo da barra, o estabelecimento do diálogo entre os diferentes setores, alguns com divergências históricas profundas, como o caso da prefeitura e da APA, da Aspeci e da colônia e entre esportistas e pescadores. Esses desafios foram superados por meio da participação das partes para a definição das regras de manejo para abertura da barra.

“O principal desafio foi compartilhar o nosso olhar com os outros setores, tão diversos, e também escutar a opinião do outro.” (Volnei Silveira, Manoel Marques, Maria Aparecida Ferreira e Lédio da Silveira, representantes do setor da pesca, Colônia Z -13).

O manejo e seu reflexo na sustentabilidade econômica e ambiental

Há o reconhecimento, entre os entrevistados, da pesca como importante atividade econômica local. Assim, é consenso que o critério prioritário para o manejo da barra da lagoa deva ser a manutenção adequada da pesca e que os detentores desse conhecimento são os pescadores, em função de sua experiência.

“Os pescadores sabiam como garantir a saúde da lagoa”, “a barra era aberta pelos pescadores há mais de 60 anos”. (Volnei Silveira, Manoel Marques, Maria Aparecida Ferreira e Lédio da Silveira, representantes do setor da pesca, Colônia Z -13).



Figura 33 – As baleias francas se aproximam muito da costa. Foto: acervo da APA da Baleia Franca.

“Os conhecimentos tradicionais, passados de geração a geração, foram decisivos para a definição dos critérios de manejo e, naquele momento, não houve envolvimento das universidades e, portanto, do conhecimento formal.” (Lingue Waker, Ivan T. Santos Enno Leale e Paulo Sefton, representantes do setor de esporte e turismo).

Desse modo, os conhecimentos tradicionais, passados de geração a geração, foram decisivos para a definição dos critérios de manejo e, naquele momento, não houve envolvimento das universidades e, portanto, do conhecimento formal.

“Os conhecimentos contribuíram em parte na questão do repovoamento da lagoa porque a prioridade sempre

Todos os entrevistados concordam que o manejo da barra gerou redução dos impactos negativos e proporcionou melhorias nas condições da lagoa, evidenciadas pela qualidade do peixe e do camarão. Entretanto, os setores de esporte e turismo alertam que sem o envolvimento da comunidade científica existe o risco de no futuro ocorrer assoreamento, redução da biodiversidade e poluição da água.

Os representantes da APABF entrevistados reconhecem que a abertura sistemática da lagoa pode trazer o assoreamento. Com relação a outros efeitos, como poluição e perda de biodiversidade, apontam que mais estudos são necessários para embasar qualquer afirmação.

A liderança tradicional da pesca e o setor institucional apontam que outras atividades possuem potencial de provocar maior impacto negativo do que o manejo da barra, como por exemplo, o uso indevido das margens (com esgoto e criação de animais) e a presença de banhistas, que podem assustar e impedir a entrada na lagoa de determinadas espécies de peixes, como tainhota e parati.



Figura 34 – Pesca tradicional. Foto: acervo da APA da Baleia Franca.

Desafios em relação à conservação da biodiversidade e à sustentabilidade ambiental

Como principais dificuldades em relação à sustentabilidade ambiental, os entrevistados apontaram a ausência de conhecimento científico aprofundado para subsidiar a tomada de decisão mais qualificada em relação à época adequada para a abertura do canal, da melhor definição dos níveis altimétricos e sobre a posição do canal piloto. Do mesmo modo, são unânimes em reconhecer que o processo não é “engessado” e que os desafios foram superados até o momento, principalmente a partir do conhecimento tradicional.

A construção de embasamento científico e o respeito aos acordos firmados são desafios que ainda necessitam ser superados em termos de sustentabilidade ambiental, segundo os setores do esporte, turismo e da pesca. O setor institucional aponta como principal desafio o monitoramento para acompanhar potenciais impactos sobre a biodiversidade e sobre a dinâmica social, cultural e econômica local.

“Fazer monitoramento com metodologias científicas que considerem os impactos na conservação da biodiversidade, e do ambiente, na vida social, cultural e econômica dos atores envolvidos.” (Enise Maria Bezerra Ito, analista ambiental da APABF).

Percepção dos aspectos positivos e negativos do manejo da barra

Como um aspecto positivo decorrente do adequado manejo da barra, uma liderança pesqueira tradicional ressalta a valorização do pescado local, pela qualidade de seu ambiente de origem e pela qualidade diferenciada de sua carne. O setor institucional reforça que a qualidade do camarão de Ibraquera sempre foi valorizada pelo mercado.

Outro aspecto positivo, identificado pelo setor da pesca tradicional, foi a redução do assoreamento.

Os setores da pesca, do esporte e turismo e das instituições apontam como aspecto positivo a boa relação interinstitucional, caracterizada pelo respeito, amadurecimento e ampliação do conhecimento por parte de todos os envolvidos, o que tem gerado maior segurança na definição do processo de abertura e ampliado a confiança da sociedade na gestão da UC.

Nenhum dos entrevistados apontou aspecto negativo diretamente relacionado à abertura da barra da lagoa para seu setor.

Em relação à aspectos que devem ser melhorados, os setores do esporte e turismo ponderam ser necessário um ajuste nos níveis altimétricos que definem a abertura da barra e as instituições (APABF e secretarias municipais) avaliam a existência de lacunas de conhecimento, que estão sendo suprimidas pelo trabalho da Unisul e de outras quatro universidades interessadas em contribuir com o processo.



Figura 35 – Abertura do canal da Barra de Ibraquera. Foto: acervo da APA da Baleia Franca.

A liderança dos pescadores tradicionais identifica que outro problema ainda precisa ser solucionado para a melhora da sustentabilidade ambiental da lagoa, mas não o atribui ao manejo da barra da lagoa.

“A pesca predatória com berimbau (entrenós muito pequenos), que tira o camarão miúdo e leva as algas pequenas que são as comidas das larvas, mas isso não é culpa da abertura da barra, e sim da falta de fiscalização.” (Anastácio Silveira, liderança tradicional de pesca).

Perspectivas do manejo da abertura da barra da lagoa para os próximos cinco anos

Com o olhar no futuro, os representantes do setor da pesca apontaram que o desafio é ampliar o envolvimento de suas bases no processo. Já os setores de esporte e turismo e das

instituições convergiram assinalando como atividades necessárias para o futuro a construção de base científica sólida para aprofundar estudos, visando consolidar os avanços alcançados nos primeiros cinco anos. Do mesmo modo, apontam que o caminho para o futuro passa, também, por prosseguir estimulando a participação social no sentido de consolidar o comitê gestor. O representante dos pescadores tradicionais complementa lembrando da necessidade de coibir a pesca predatória e controlar a emissão de esgoto doméstico.

Aprendizados em relação à organização social e ao manejo de recursos naturais e à sustentabilidade ambiental

Os entrevistados apontam aprendizados relevantes sobre direitos e deveres de todos os setores e ganhos nos processos participativos e democráticos na construção de acordos de uso do território e de seus recursos e sobre tomada de decisão a partir do conhecimento existente.



Figura 36 – Canal aberto da Barra de Ibiraquera. Foto: acervo da APA da Baleia Franca.

território e de seus recursos e sobre tomada de decisão a partir do conhecimento existente.

“Todos têm os mesmos direitos e deveres, independentemente de ser pescador. E todo espaço que é organizado para a tomada de decisões conjuntas fica mais saudável em todos os sentidos.” (Volnei Silveira, Manoel Marques, Maria Aparecida Ferreira e Lédio da Silveira, representantes do setor da pesca, Colônia Z 13).

“Compreender a necessidade do diálogo e respeito de todos os atores envolvidos no processo”. (Lingue Waker, Ivan T. Santos Enno Leale e Paulo Sefton, representantes do setor de esporte e turismo).

“A falta de estudos científicos não pode engessar o processo de gestão, de mediação de conflitos. Sempre podemos ter um pacto de partida com base no saber local, tradicional, e estarmos abertos a mudanças necessárias que o processo demandar.” (Enise Maria Bezerra Ito, analista ambiental APABF).

A experiência gerou também, segundo os entrevistados, aprendizados profundos quanto à compreensão que “a verdade é construída a partir dos diferentes olhares” e que, o manejo compartilhado possibilitou o despertar da comunidade para a importância da qualidade ambiental da lagoa para a população humana e para a fauna e flora da região.

Outro fato foi que a experiência demonstrou a possibilidade da gestão colaborativa da unidade de conservação de uso sustentável com o compartilhamento de responsabilidades entre diferentes esferas de governo, como município e governo federal.

“Numa UC de uso sustentável temos responsabilidades compartilhadas com outras esferas de poder público, município, por exemplo. É possível fazer junto, colaborativamente, e não competitivamente.” (Enise Maria Bezerra Ito, analista ambiental APABF).

Recomendações à gestão institucional do ICMBio

As recomendações dos entrevistados para o aprimoramento da gestão do ICMBio abrangem a ampliação do envolvimento de especialistas da academia para apoiar os processos de decisão; o estudo para a criação na região de outras unidades de conservação de uso sustentável, para ampliar o controle da sociedade no uso e conservação da natureza; o cuidado no diálogo com comunidades locais para não gerar expectativas frustradas; a preparação, por parte do ICMBio, com planejamento e clareza, de princípios para fazer a gestão socioambiental respeitando as diferenças de opinião e fortalecendo a cidadania para a conservação da biodiversidade.

“Fazer gestão socioambiental ouvindo os diferentes setores interessados em situações de conflito é possível, mas é preciso se preparar, planejar, ser fiel à princípios de participação social (vencer assimetrias de poder, respeitar as diferenças de opinião e fortalecer a cidadania).” (Enise Maria Bezerra Ito, analista ambiental APABF).

“É importante aumentar a participação de especialistas em monitoramento do ambiente, como as universidades, com o objetivo de conhecer e se aprofundar nas particularidades das relações que regem esse ecossistema específico.” (Lingue Waker, Ivan T. Santos Enno Leale e Paulo Sefton, representantes do setor de esporte e turismo).

“Se tivéssemos conseguido a criação de uma Resex na região, íamos ter mais controle. A APA ajuda, mas não dá conta. Ia ter mais fiscalização da comunidade, porque seria por nossa conta, mas também teria mais ajuda das autoridades.” (Volnei Silveira, Manoel Marques, Maria Aparecida Ferreira e Lédio da Silveira, representantes do setor da pesca, Colônia Z -13).

Quadro 16 – Síntese dos resultados, aprendizados e recomendações.

Organização Social na gestão da APA	
Resultados	Aprendizados
<ul style="list-style-type: none"> • Compartilhamento de responsabilidades na gestão do território e seus recursos. • Ampliação dos fóruns de participação social da APA da Baleia Franca. 	<p>“Compreender a necessidade do diálogo e respeito de todos os atores envolvidos no processo”. (Representante do setor do esporte e turismo).</p>

Recomendações:

“Fazer gestão socioambiental ouvindo os diferentes setores interessados em situações de conflito é possível, mas é preciso se preparar, planejar, ser fiel aos princípios de participação social (vencer assimetrias de poder, respeitar as diferenças de opinião e fortalecer a cidadania).”

(Enise Maria Bezerra Ito, analista ambiental da APABF).

Quadro 16 – Síntese de resultados, aprendizados e recomendações (continuação).

Organização Social no manejo da Barra da Lagoa de Ibiraquera	
Resultados	Aprendizados
Regras e procedimentos construídos coletivamente.	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento de que há ganho na tomada de decisão a partir do conhecimento existente. • Direitos e deveres de todos os setores devem ser reconhecidos. • Trabalho participativo e democrático é importante na construção de acordos de uso do território e de seus recursos.
Resultados finalísticos	
Implementação sistemática de procedimentos e funções estabelecidas coletivamente.	<ul style="list-style-type: none"> • Todo espaço que é organizado para a tomada de decisões conjuntas se torna mais saudável em todos os sentidos.

Recomendações:

- Monitorar por meio do envolvimento de instituições de pesquisa para orientar e aprimorar o processo de decisão.
- Prosseguir estimulando a participação social visando consolidar o comitê gestor.
- Zelar pelo diálogo com comunidades locais para não gerar entendimentos equivocados e expectativas frustradas.

O manejo e seu reflexo na sustentabilidade econômica dos setores envolvidos	
Resultados	Aprendizados
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do recurso pesqueiro, especialmente do camarão. • Redução dos impactos negativos e melhorias nas condições da lagoa, evidenciadas pela qualidade do peixe e do camarão. 	<p>Reconhecimento e valorização do saber dos pescadores tradicionais e da pesca como principal atividade econômica local.</p> <p><i>“...os conhecimentos contribuíram em parte na questão do repovoamento da lagoa porque a prioridade sempre foi a pesca. Lembrando que a quantidade de pesca está diretamente relacionada a sustentabilidade da lagoa.”</i> (Representante do setor de esporte e turismo).</p>

Quadro 16 – Síntese de resultados, aprendizados e recomendações (continuação).

Manejo da barra da lagoa e a sustentabilidade ambiental	
Resultados	Aprendizados
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da quantidade de pescado (peixe, camarão e siri). • Maior controle ambiental da lagoa por todos os envolvidos. • Comunidade local mais atenta sobre a conservação ambiental da lagoa. 	<p>A verdade é construída a partir dos diferentes olhares. O manejo compartilhado possibilitou o despertar da comunidade para a importância da qualidade ambiental da lagoa para a população humana e para a fauna e flora da região. Também demonstrou a possibilidade da gestão colaborativa de unidade de conservação de uso sustentável com compartilhamento de responsabilidades entre diferentes esferas de governo, como município e governo federal.</p> <p><i>“É possível fazer junto, colaborativamente e não competitivamente.” (Enise Maria Bezerra Ito, analista ambiental da APABF).</i></p>

Recomendações:

- Ampliação do envolvimento de especialistas da academia para apoiar os processos de decisão.
- Realizar monitoramento com metodologias que considerem os impactos na conservação da biodiversidade e do ambiente, na vida social, cultural e econômica dos atores envolvidos.
- Criação de outras categorias de unidades de conservação de uso sustentável para ampliar o engajamento da sociedade no uso e conservação da natureza.
- Ampliar infraestrutura para fiscalização.

APRENDIZADOS, CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS

A reflexão crítica realizada nas diferentes experiências sistematizadas possibilitou a verificação de algumas constatações, aprendizados e recomendações entendidas como condições que se apresentaram como comuns e podem auxiliar no trabalho desenvolvido em outras unidades de conservação.

Aprendizados e Constatações

- A atuação dialógica e articuladora, aliada à identificação prévia dos conflitos existentes em atividades produtivas nas UC, por parte do ICMBio, pode resultar em um aprimoramento da gestão ambiental e da conservação da biodiversidade nesses territórios;
- A sabedoria popular tem muito a ensinar em qualquer dimensão de proteção ambiental ou do uso sustentável;
- Com a valorização e o aproveitamento dos conhecimentos tradicionais e locais nas iniciativas, as organizações sociais passam a deter maior controle sobre a cadeia produtiva;
- O posicionamento e o perfil da equipe de gestão, quanto à atuação junto à iniciativa produtiva, tem colaborado de maneira estruturante para o sucesso ou o retrocesso da atividade;
- A alta rotatividade das equipes locais aliada à falta de infraestrutura e de recursos humanos e financeiros na gestão influenciam, negativamente, a estruturação das atividades produtivas, com descontinuidade de ações e projetos;
- O isolamento dos comunitários e das organizações sociais é prejudicial para a gestão da UC, além de se tornar um provável foco de geração de conflitos;
- Os espaços de participação de base comunitária são essenciais para o alinhamento entre moradores, lideranças e o órgão gestor na UC;
- A participação nos espaços de discussão e tomadas de decisão de forma qualificada traz resultados concretos;
- Projetos que pretendem ser participativos devem iniciar de modo participativo. Para que uma ação conjunta possa produzir resultados expressivos, durante a gestão de projetos participativos é necessária a soma das capacidades de todas as partes envolvidas na ação e dos pontos de convergência no alcance dos objetivos;

Aprendizados e Constatações

- A qualidade da tomada de decisão dentro das iniciativas produtivas (e na gestão das UC de uso sustentável) está diretamente relacionada com o volume e a qualidade de informações que se dispõe a respeito de suas cadeias de produção;
- O mapeamento e análise de informações, realizados com qualidade e levando em consideração o saber tradicional, no caso das UC de uso sustentável, tem sido fundamental para a manutenção de diálogos com as diversas partes envolvidas na construção de parcerias saudáveis e equânimes;
- A inovação social realizada por meio do conhecimento tradicional levanta uma reflexão no ICMBio sobre a elaboração de instruções normativas de atividades produtivas, baseadas no etnoconhecimento das populações tradicionais em UC de uso sustentável;
- O cenário da organização social nas UC de uso sustentável é um reflexo das políticas de gestão das unidades de conservação que antecederam o SNUC;
- O acompanhamento permanente das instituições parceiras na estruturação produtiva e econômica da iniciativa resulta não só na melhoria contínua desse processo como em aprendizagem compartilhada entre as organizações envolvidas na parceria;
- O monitoramento de mudanças e resultados na iniciativa produtiva é essencial para o êxito socioeconômico da experiência;
- É necessário buscar a autossuficiência dos grupos envolvidos e criar condições para que as organizações possam cumprir as normas de uso dos recursos e contribuir efetivamente para a gestão da UC.

Recomendações gerais

- Mobilizar as comunidades para que criem suas organizações, a fim de garantir a diversidade institucional no processo de tomada de decisão na base comunitária (ICMBio);
- Investir no esclarecimento das comunidades sobre o papel do ICMBio na gestão da UC e no relacionamento com demais atores e sobre a função dos instrumentos e procedimento de gestão existentes (ICMBio);
- Investir mais em comunicação e informação com as comunidades (ICMBio);
- Validar na base comunitária as decisões tomadas por meio dos instrumentos normativos disponíveis, enquanto não há uma participação efetiva da base no conselho gestor da unidade (ICMBio);
- O ICMBio precisa aprender a trabalhar com gente para poder trabalhar a cogestão do território e a implementação de políticas públicas no mesmo (ICMBio);
- Desenvolver um processo de capacitação permanente dos membros do conselho gestor e de seus conselheiros;
- Refletir sobre o fomento às associações mães e sobre seu papel, onde houver, e trabalhar com as comunidades para que possam fortalecer suas organizações, por meio do fortalecimento da base comunitária (ICMBio).



Considerações Finais

Ponderando sobre o grande período em que as populações tradicionais no Brasil ficaram marginalizadas em relação à organização e à gestão de seus territórios, torna-se importante ressaltar seu crescente aparecimento nas discussões relativas à gestão das reservas extrativistas, aos seus meios de produção e aos problemas regionais, nos quais elas estão inseridas.

Não se trata de uma visibilidade restrita à participação no conselho deliberativo das UC, mas de autoreconhecimento de homens e mulheres enquanto sujeitos fundamentais na construção da cogestão do território. Esses atores passaram a expressar-se de acordo com seus saberes adquiridos na vivência do lugar, mesclando-os ao conhecimento técnico-científico, manifestando interesses e necessidades coletivas e provocando, assim, a transformação gradual de suas realidades.

De modo geral, no bojo das discussões sobre a ocupação humana em áreas de conservação ambiental está o dilema entre desenvolvimento socioeconômico e o conceito de sustentabilidade ecológica, social e econômica. A análise crítica realizada pelos principais atores envolvidos chegou à conclusão que é possível o uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais e a sua conservação, mediante métodos e práticas de uso em bases sustentáveis.

As experiências de inclusão produtiva

O desenvolvimento da cogestão e sua efetivação na Resex de São João da Ponta, por exemplo, estão intrinsecamente ligados ao êxito do uso das basquetas no transporte do caranguejo, com resultados expressivos nos três temas (econômico, social e ambiental) que compõe o conceito de sustentabilidade. Em uma análise crítica mais aprofundada, o êxito da iniciativa aqui sistematizada passa, ainda, pela valorização do conhecimento e do saber tradicional do pescador artesanal à medida que a população local compreende que seu modo de vida é fundamental para a conservação do ambiente no qual está inserida e que, nesse sentido, é necessária a sua organização para tornar eficiente a busca de soluções e de perspectivas coerentes com o desenvolvimento de seu território.

Tanto na Resex de São João da Ponta como na Resex de Tracuateua, a cogestão tem sido demonstrada por meio da organização das comunidades em comitês comunitários, polos e pelo surgimento de lideranças participativas entre homens e mulheres. Do mesmo modo, é evidente a importância, para a gestão da Resex de Canavieiras, o trabalho da AMEX junto aos extrativistas dessa unidade de conservação.

Concomitantemente, para que se garanta a gestão coletiva de tais territórios de forma profícua, fica clara a necessidade de um investimento substancial da instituição no apoio e na capacitação dessas organizações. É preciso internalizar a responsabilidade e a complexidade que é a gestão de unidades de conservação que dependem diretamente do funcionamento saudável de organizações comunitárias e que, por sua vez, manejam seus recursos naturais.

Com relação às iniciativas de inclusão produtiva, ficou claro também o papel preponderante dessas organizações sociais como fatores de êxito em cada experiência sistematizada. A fundação e gestão do Bamex, por exemplo, é fruto do trabalho e empenho das comunidades consolidadas na associação-mãe da reserva extrativista – a Amex. Ademais, o êxito da introdução das basquetas na Resex de São João da Ponta é atribuído, pela Sedap, à existência de uma organização social forte e articulada.

Outros aspectos relevantes para o êxito das experiências, que merecem ser salientados, foram as parcerias construídas entre as organizações sociais, a gestão local do ICMBio e instituições diversas, como prefeituras, empreendimentos privados, órgãos de assistência técnica, órgãos estaduais de desenvolvimento e fomento produtivo e instituições de ensino e pesquisa.

Ressalta-se, também, que as experiências demonstram que o acompanhamento sistemático das instituições parceiras na estruturação das iniciativas resultam não só em melhorias, mas em aprendizados compartilhados entre todos os atores envolvidos.

Reforçando a importância das parcerias está a recomendação de investir esforços na pesquisa e no monitoramento ambiental, em especial dos recursos naturais tradicionalmente manejados pelas populações, com vistas a subsidiar e qualificar melhor a tomada de decisão na busca da sustentabilidade ambiental e, conseqüentemente, dos objetivos de conservação das UC.

Somando-se a estes fatores, menciona-se também a capacidade e postura das equipes das unidades de conservação em estabelecer e manter diálogos com os distintos atores locais para o alcance dos amplos objetivos da categoria reserva extrativista: proteger os meios de vida e a cultura das populações tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Nesse sentido, há a recomendação de que projetos que pretendem ser participativos devem buscar a participação social desde seu início. Para uma ação conjunta produzir resultados expressivos, durante a gestão de projetos participativos é necessária a soma das capacidades de todas as partes envolvidas, com práticas, visões, opiniões, contatos e pontos de convergência em termos de alcance dos objetivos. Mapear e analisar essas informações com qualidade, levando em consideração o saber tradicional, e fomentar e manter diálogos com as diversas partes envolvidas na construção de parcerias saudáveis e equânimes, têm sido fundamentais para esses processos.

O fomento e a ampliação da participação e a prática da transparência permearam os processos de construção e fortalecimento das experiências produtivas sistematizadas em São João da Ponta e Tracuateua. As iniciativas demonstram o quanto as cadeias produtivas, na atualidade, precisam refletir a soma dos atores e das ações nelas envolvidas. E nisso reside uma recomendação: essas cadeias, em UC de uso sustentável, podem e devem ser entendidas como o extrativista e o urbano somados, o tradicional e o científico, o artesanal e o técnico, pois um não existe sem o outro.

Reconhecendo a importância do Bamex e da Amex para os extrativistas da Resex de Canavieiras, recomenda-se do mesmo modo o estreitamento das relações entre ICMBio e as lideranças locais, no sentido de fortalecer as iniciativas endógenas e demonstrar o impacto positivo da experiência na conservação da biodiversidade da unidade de conservação. Por exemplo, por meio do desenvolvimento de indicadores de monitoramento e da inclusão, de forma clara e explícita, das boas práticas de extração, pesca e coleta como critério para o acesso aos recursos do banco, sempre de forma dialogada e respeitando os limites dos sujeitos envolvidos na ação. Outra possibilidade seria a participação do Bamex no conselho deliberativo, de forma a contribuir com a reestruturação do conselho como fórum central de uma gestão efetiva e colaborativa com foco no desenvolvimento local e na conservação da biodiversidade da UC.

É importante lembrar que Canavieiras tem um grande potencial produtivo e comercial e deve ser aproveitado por meio da implementação de ações diversas, garantindo a diversidade produtiva e comercial necessária à conservação e sustentabilidade dos recursos naturais da UC.

Mesmo reconhecendo o empenho das equipes gestoras, os atores envolvidos nas experiências sistematizadas apontam que é necessário fazer mais. Há uma recomendação de atuação responsável

do ICMBio especialmente com relação ao apoio jurídico administrativo visando o funcionamento adequado das organizações representativas das populações tradicionais beneficiárias das unidades de conservação.

As experiências de construção de acordos de uso e manejo de recursos

Com relação às experiências sistematizadas de construção de acordos coletivos de uso e manejo de recursos, é importante salientar que gerir espaços naturais protegidos envolve, frequentemente, a gestão de conflitos socioambientais em disputas cada vez mais acirradas, em função da crescente escassez de recursos naturais. O papel do ICMBio, como gestor das unidades de conservação federais, é central nesse contexto e pode contribuir para a construção de estruturas de governança eficazes do ponto de vista da conservação da biodiversidade.

As duas experiências sistematizadas, com seus distintos tempos de maturação, demonstraram realidades com grande complexidade. Algumas vezes, resultado de mudanças ao longo do tempo na compreensão e atuação dos diversos órgãos governamentais envolvidos; outras vezes, como resultado das alterações nas políticas nacionais de conservação, como foi o caso das reservas extrativistas, que, no período anterior a Lei do SNUC, tinha a perspectiva de ser gerida com maior protagonismo das organizações sociais. No entanto, com a lei e seu decreto de regulamentação, a gestão dessas unidades passou a contar com uma estrutura distinta, incorporando em especial a figura do gestor governamental e do conselho deliberativo, composto por diferentes segmentos sociais, além dos beneficiários diretos da unidade de conservação.

Nessa realidade, mapear conflitos, em especial naquelas UC com um histórico rico e controverso de relações, e investir esforços no desenvolvimento de estratégias consistentes de atuação pode ser uma escolha capaz de produzir, no médio e longo prazo, efeitos positivos na gestão dessas unidades.

A experiência de construção da normativa da lula na Resex de Arraial do Cabo, mesmo que esteja ainda em processo de consolidação, demonstra o quanto a força institucional do ICMBio pode e deve ser usada no ordenamento, fortalecimento e na inclusão efetiva de populações tradicionais, no processo decisório e regulatório de atividades produtivas em UC de uso sustentável. As iniciativas aqui sistematizadas demonstram que essa força, quando utilizada de forma articuladora, minimiza os principais conflitos existentes e fomenta um processo dialógico entre os diversos atores envolvidos na produção, sendo capaz de alcançar resultados positivos tanto na gestão do território, quanto na conservação de sua biodiversidade.

Interações frutíferas com as populações tradicionais beneficiárias das unidades de conservação e suas representações, assim como a construção de parcerias com atores-chaves, como universidades, institutos de pesquisa e órgãos de extensão rural, podem gerar resultados efetivos para a conservação da biodiversidade.

A força das populações tradicionais em UC de uso sustentável reside, exatamente, nos espaços de articulação coletiva, que servem como *locus* de mediação de negociações com diferentes atores, públicos e privados, envolvidos no uso dos recursos naturais desses territórios. Esses espaços, por sua vez, devem constituir-se em zonas permanentes de participação por meio do apoio e fomento do ICMBio para a elaboração, acompanhamento e desenvolvimento de políticas ligadas às atividades produtivas das UC e à gestão e conservação da biodiversidade de seus territórios.

No caso da Resex de Arraial do Cabo, buscar apoio de instituições parceiras na mediação dos conflitos locais pode acelerar o processo de revisão do plano de utilização e elaboração do plano

de manejo e pavimentar o caminho da gestão focado na conservação da biodiversidade, base da sustentabilidade econômica dos beneficiários da unidade.

A construção de parcerias é uma possibilidade também para ampliar o conhecimento sobre a dinâmica da lula por meio de um plano de monitoramento participativo da capacidade pesqueira, do esforço de captura, do impacto sobre a fauna marinha, entre outros. Esse esforço pode, inclusive, coibir invasões e técnicas de pesca predatórias como decorrência de um maior envolvimento dos beneficiários nas ações.

A experiência sistematizada na APA da Baleia Franca, por ser a mais antiga, possui um processo conflituoso apaziguado que foi sendo amadurecido, com acordos e regras construídos coletivamente por meio de um trabalho cuidadoso que deve servir de referência para outras unidades de conservação de uso sustentável.

Vale salientar que essa experiência revela a aplicação prática de vários princípios do enfoque ecossistêmico adotado pela Convenção da Diversidade Biológica, da qual o Brasil é signatário. Entre seus 12 princípios, é possível identificar pelo menos sete na construção do acordo de manejo da abertura da barra da lagoa de Ibraquera: (i) a decisão da gestão dos recursos deve estar na mão da sociedade, (ii) descentralização da gestão ao nível mais baixo possível, (iii) compreensão do contexto econômico na gestão dos recursos, (iv) conservação e estrutura do ecossistema são prioridades, (v) busca pelo equilíbrio apropriado entre conservação e o uso da diversidade biológica, (vi) consideração de todas as informações disponíveis, incluindo os conhecimentos tradicionais de populações locais e (vii) busca pelo envolvimento todos os setores da sociedade e de todas as disciplinas do conhecimento.

Outro importante aprendizado dessa unidade reside no fato de que a falta de estudos científicos não deve paralisar um processo de gestão. Por vezes, é preciso se estabelecer um pacto de partida com base no saber histórico tradicional e possibilitar sua melhoria, ao longo do caminho, por meio da contribuição do conhecimento científico.

Percebe-se também, por meio das experiências aqui sistematizadas, que as iniciativas foram construídas por diferentes olhares e que, a gestão compartilhada, embora ainda em construção e carente de ajustes, ampliou, em todos os casos, o “olhar” sobre os recursos naturais e estimulou seu uso de forma mais cuidadosa e responsável.

Foi constatado, tanto pelas populações que ocupam as áreas de uso sustentável quanto pelo ICMBio e outros atores envolvidos, que as iniciativas demonstraram cuidado com os limites sustentáveis da exploração dos recursos naturais; reconheceram a importância das formas organizativas da base e de produção e a cogestão da UC, aspectos que podem evitar ou solucionar os conflitos entre população local e restrições colocadas pelo SNUC; e que o acesso das populações a recursos financeiros advindos de seu trabalho nas UC contribui para a redução da pobreza, fator que é considerado com uma das causas da insustentabilidade ecológica²⁰.

Em suma, a adoção de diferentes determinações e mecanismos orientados pelo SNUC, como a efetiva participação das populações locais na elaboração de zoneamentos, planos de manejo e planos de gestão, levando em conta os valores da sociobiodiversidade, podem conduzir ao desenvolvimento em bases sustentáveis, além de contribuir para a economia nacional.

²⁰ Ver Cristina F. Teixeira no documento intitulado “O desenvolvimento sustentável em Unidades de Conservação: a naturalização do social”, disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4037&Itemid=3

Esse trabalho reúne uma riqueza de informações, constatações e recomendações que, se observadas, podem levar às mudanças necessárias destinadas ao desenvolvimento de um novo padrão de gestão participativa dos recursos naturais nas UC de uso sustentável, com contribuições efetivas para a sustentabilidade social, econômica e dos recursos da natureza.

A sistematização de experiências, guiada pela pergunta eixo “Quais contextos e fatores favorecem a inclusão produtiva de populações tradicionais e como influenciam a conservação da biodiversidade em unidades de conservação (UC) de uso sustentável?”, demonstrou que há diferentes benefícios oriundos dessa inclusão em termos de desenvolvimento social e econômico e a real possibilidade de conservação dos recursos naturais.



Referências Bibliográficas

Abreu, F. 2005. Conhecimento: Uma vantagem sustentável, p.17-29. *In: Bom Sucesso, E. (org.). Competência em Consultoria. A teoria, na prática. Qualitymark.*

Arnstein, S.R. 2002. Uma escada da participação cidadã. *Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, 2(2): 4-13.*

Barnechea, M.M.; Gonzale, E. & Morgan, M. de la L. 2005. A produção de conhecimentos em sistematização. Duarte, V. (trad). *Biblioteca Virtual de Sistematización/ Programa Latinoamericano de Apoyo a La Sistematización Del CEAL.* <<http://www.cepalforja.org/sistematizacion/biblio.shtml>> (Acesso em abril/2011).

Bikel, A. 1998. *Síntesis Interpretativa de Las Sistematizaciones Regionales Alforja.* San Salvador.

Cardoso, R. 2011. Aventura de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. *In: Caldeira, T.P. do R. (org.). Ruth Cardoso: obras reunidas.* Ed. Mameluco.

Carrillo, A.C.; Luz, L.; Catapan, M.; Arguedas, S.; Zimmermann, N. 2011. Aprendizados para aprimorar a prática: a experiência da comunidade de ensino e aprendizagem em planejamento de unidades de conservação. *Série Cadernos ARPA, MMA.*

Cervera, J.P. & Franco, P.V. 2006. Manual para o uso não sexista da linguagem. Aliusprint S.A. de C.V. Tradução para o português disponível em: <<http://www.mulherespaz.org.br/wp-content/uploads/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem.pdf>> (Acesso em março/2014).

CGU (Controladoria-Geral da União). 2010. Cartilha Olho Vivo – **Controle Social e Cidadania.** Via Brasília. <<http://www.cgu.gov.br/publicacoes/CartilhaOlhoVivo/Arquivos/ControleSocial.pdf>>

Chavez-Tafur, J. 2007. **Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências.** AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa).

CIDA (Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional) 2003. **Sistematizando Caminhos. Transposição de obstáculos e ocupação de espaços no mundo do trabalho.** Zimmermann, N. (org). Publicação do Fundo para Igualdade de Gênero (FIG).

DFID (MINISTÉRIO BRITÂNICO PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL). **Manual de Orientação sobre Meios de Vida Sustentáveis**. These Guidance Sheets aim to stimulate reflection and learning. <<http://www.ids.ac.uk> ou livelihoods-connect@ids.ac.uk.>

Druck, G. & Franco, T. 2009. **A perda da razão social do trabalho: Terceirização e Precarização**. Ed. Boitempo.

Loureiro, C.F.B.; AZAZIEL, M. & FRANCA, N. (org.). 2003. **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. Ibase e Ibama.

FAO/PESA (Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación/ Programa Especial para la Seguridad Alimentaria en Centroamérica). 2004. Guia Metodológica de Sistematización, Faoro, R. 2007. A república inacabada. Editora Globo S.A.

Ferreira, L. da C. 1993. **Os Fantasmas do Vale: qualidade ambiental e cidadania**. Editora da Unicamp.

Francke, M. & Morgan, M. 1995. **La sistematización: apuesta por la generación de conocimientos a partir de las experiencias de promoción**. Materiales didácticos nº 1, Escuela para el desarrollo.

Freire, P. 2001. **Educação e Mudança**. Gadotti, M. e Martin, L.L. (trads.). 24º Ed. Editora Paz e Terra.

Gledhill, J. 2000. **El poder y sus disfraces: Perspectiva antropológica de la política**. Ed. Edicions Bellaterra.

Gomes, M.A.O. 2014. Curso de Ferramentas de Ação Participativa. IPÊ/ESCAS (Instituto de Pesquisas Ecológicas/Escola Superior de Conservação Ambiental). Para acesso à apostila do curso: ortizmatao@gmail.com.

GTZ, WWF-Brasil, UICN, Núcleo Maturi. 2012. **Governança em cadeias de valor da sociobiodiversidade: experiências e aprendizados de grupos multi-institucionais do Castanha do Brasil e Borracha – FDL no Acre**. GIZ, Núcleo maturi, UICN, WWF-Brasil.

GTZ. 2009. **Guia Metodológico de Implementação das Oficinas de Promoção de Cadeias de Valor**. Programa para Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais do Brasil.

Guber, R. 2001. **La etnografía, método, campo y reflexividad**. Grupo Editorial Norma.

ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). 2013. Revisão Participativa do Acordo de Gestão (Plano de Utilização) da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo. Oficinas Participativas de Ordenamento da Pesca da Lula. Relatório Técnico Nº 01/2013 – RESEXMAR Arraial do Cabo.

Jara, O. 2001. Dilemas y Desafíos de la Sistematización de Experiencias. Texto apresentado no Seminário ASOCAM: Agricultura Sostenible Campesina de Montaña, Cochabamba.

_____. 2012. **A Sistematização de Experiência: prática e teoria para outros mundos possíveis**. Gafrée, L. & Silva Pineviro (Trads.); Falckembach, E.M. (col.). 1.ed. CONTAG.

- _____. 2006. **Para sistematizar experiências**. Resende, M.V.V. (Trad.) 2.ed. revista, MMA.
- Neiva, A. ...[et al.]. 2013. **Lições aprendidas sobre participação social na elaboração de planos de manejo de unidades de conservação: comunidade de ensino e aprendizagem em planejamento de unidades de conservação**. WWF-Brasil.
- Manzoni, G.C. 2005. Cultivo de mexilhões perna-perna: Evolução da atividade no Brasil e avaliação econômica da realidade de Santa Catarina. **Tese** (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Centro de Aquicultura, Jaboticabal/SP.
- Oakley, P. & Clayton, A. 2003. **Monitoramento e avaliação do empoderamento** (“empowerment”). Arashiro, Z. & Sameshima, R.D. (Trads). Instituto Pólis.
- Passos, P.H.S.; Coelho, M.C M.; Ribeiro, S.C.A.; Coelho, J.L. & Almeida, M.C. 2015. **Manejo do caranguejo-uçá: o método de embalagem para o transporte sustentável**. IDSM.
- Passos, P.H.S.; Ribeiro, S.C.A.; Silva, J.U.B.S. & Neves, C.R. 2015. A insustentável leveza do ser: a condição humana em debate na cadeia produtiva do caranguejo. *In*: Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Saúde e ambiente para as populações do campo, da floresta e das águas. Ministério da Saúde.
- Passos, P.H.S.; Vergara Filho; W.L., Coelho, J.L.; Coelho, M.C.M.; Ribeiro, S.C.A & Barbosa, M.M. s/d. **RESEXs Marinhas do Pará: Tecnologia e inovação social na pesca artesanal do caranguejo-uçá (U. Cordatus)**.
- Santos, B. de S. 2003. **Crítica de la Razón Indolente**. Editorial Desclée de Brouwer, S.A.
- _____. 2002. **Democracia e Participação: O Caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre**. Editora Porto Afrontamento.
- Santos, M. 2005. Da totalidade ao lugar, p. 93-116. *In*: **Globalização e meio técnico-científico**. EdUSP.
- SEIXAS, C. S. & BERKES, F. **Mudanças socioecológicas na pesca da Lagoa de Ibiraquera, Brasil**. *In*: P. F. Vieira, F. Berkes e C. S. Seixas, Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: APED & SECCO, 2005, p. 113-146.
- Selener, D.; ZAPATA, G. & PURDY, C. 1996. **Documenting, evaluating and learning from our development projects: a participatory systematization workbook**. International Institute for Rural Reconstruction (IIRR), Y. C. James Yen Centre.
- Souza Minayo, M.C. de. 2009. **La artesanía de la investigación cualitativa**. Editorial Lugar.
- Souza, J.F. s/d. **Sistematização: Um instrumento pedagógico nos projetos de desenvolvimento sustentável**. Artigo.
- Steiner, L. dos S. 2012. **Estudo Comparativo dos Processos de Produção do Mexilhão em Três Fazendas Marinhas da Grande Florianópolis**. Relatório de Estágio Supervisionado / Curso de Engenharia de Aquicultura do Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Zimmermann, N. 2014. **Oficina de Capacitação para Sistematização de Lições Aprendidas em Projetos de Inclusão Produtiva desenvolvidos por RESEX e FLONAS**. Documento 1: Orientações Metodológicas – Ferramentas Conceituais e Práticas, 7 a 9 de maio de 2014, Brasília.

_____. 2014. **Oficina de Capacitação para Sistematização de Aprendizados Organizacionais em Projetos de Inclusão Produtiva desenvolvidos em RESEX e FLONA** Documento 2 - Orientações Metodológicas: Ferramentas Práticas Complementares, 7 a 9 de maio de 2014, Brasília.

_____. 2014. **Metodologia de Sistematização de Experiências de Inclusão Produtiva em UC Costeiras**, ICMBio.

Sites e links consultados:

<http://www.afonsoflorence.com.br/extrativistas-de-canavieiras-comemoram-novas-conquistas/>

<http://www.inovacaoparainclusao.com/artigos-e-pesquisas.html>

<http://www.tabuonline.com.br/site/site.main.php?page=c2l0ZS5ub3RpY2lhLnBocA==&id=1797>

<https://www.youtube.com/watch?v=l7mwGVbcQY8>

<http://www.portaldotrabalho.ba.gov.br/servicos/economiasolidaria/cesol/apresentacao>

<https://confrem.wordpress.com/>



Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

